



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**BRANQUITUDE E OPERAÇÕES DE PAZ: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA  
MINUSTAH**

**NICOLAS VITOR RIBEIRO ROHRBACKER**

Foz do Iguaçu  
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**BRANQUITUDE E OPERAÇÕES DE PAZ: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA  
MINUSTAH**

**NICOLAS VITOR RIBEIRO ROHRBACKER**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto Latino-  
Americano de Economia, Sociedade e  
Política da Universidade Federal da  
Integração Latino-Americana, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais e  
Integração

**Orientador: Ramon Blanco de  
Freitas**

Foz do Iguaçu  
2023

NICOLAS VITOR RIBEIRO ROHRBACKER

**BRANQUITUDE E OPERAÇÕES DE PAZ: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA  
MINUSTAH**

**NICOLAS VITOR RIBEIRO ROHRBACKER**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto Latino-  
Americano de Economia, Sociedade e  
Política da Universidade Federal da  
Integração LatinoAmericana, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais e  
Integração

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador) UNILA

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

### Tipo de Documento

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> graduação      | <input type="checkbox"/> artigo                         |
| <input type="checkbox"/> especialização | <input type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso |
| <input type="checkbox"/> mestrado       | <input type="checkbox"/> monografia                     |
| <input type="checkbox"/> doutorado      | <input type="checkbox"/> dissertação                    |
|   | <input type="checkbox"/> tese                           |
|   | <input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais    |
|   | <input type="checkbox"/> _____                          |

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): \_\_\_\_\_

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração LatinoAmericana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca LatinoAmericana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública Creative Commons. Licença 3.0 Unported.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável

*“Se ver como um indivíduo com raça, em um embate racial, é entender até que ponto somos herdeiros e vítimas do colonialismo”*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer a minha família, em especial a minha Vó Rosi, que sempre deu seu máximo pela minha educação e que sempre acreditou em mim. Agradeço a todas as mulheres da minha família, a minha mãe, Terezinha, as minhas irmãs Nicolly e Isabelly, vocês moldaram o homem que sou hoje.

Agradeço ao meu companheiro, parceiro, e cúmplice, Ádisson Francisco, sem seu apoio e confiança nada disso seria possível. Obrigado por acreditar até nos momentos em que eu não acreditei. Você me ensinou o significado de Resiliência, mas também de ação, e por tanto eu sou grato.

Agradeço ao meu orientador Ramon Blanco que apresentou e me guiou pelo caminho da Pesquisa, o qual quero continuar a levar comigo. Sou grato por toda orientação, mas acima de tudo, sou grato pela compreensão e confiança.

A minha colega Letícia, com as quais tive diversas trocas que colaboraram na construção dessa pesquisa, obrigado pela paciência e pelas conversas, elas foram essenciais para me manter confiante no progresso.

A todos que confiaram e acreditaram em mim, e também aos que não, toda a minha gratidão, vocês me deram forças para chegar até aqui.

ROHRBACKER, Nicolas. Branquitude e operações de paz: Uma análise crítica da MINUSTAH. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacional e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

## RESUMO

O presente trabalho busca explorar os efeitos da branquitude na MINUSTAH, Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. O objetivo é questionar elementos chave desse processo histórico, e evidenciar o papel da branquitude nesse processo. Para isso, utiliza-se uma ampla gama de autores das Ciências Sociais e de Relações Internacionais. Nesse sentido, o argumento desenvolvido aqui é de que ao abordar criticamente o processo de *peacebuilding*, é possível delinear a forma como a branquitude é responsável por sustentar estruturas de violências, cultural e estrutural, em missões como a MINUSTAH. A fim de desenvolver esse argumento, o trabalho é elaborado em três capítulos. Primeiramente se conceitualiza a branquitude e suas características. Em segundo lugar, é dedicada a abordar os processos de *peacebuilding*. Por fim, o trabalho realiza um estudo de caso sobre a MINUSTAH, e destaca os elementos da branquitude presentes nesse processo. A perspectiva da branquitude como um elemento de influência nas Relações Internacionais e nos Estudos da Paz apresentada neste trabalho contribui com o debate de que o processo de paz deve ser analisado de forma plural, demonstrando a importância das relações raciais no desenvolvimento da paz.

**Palavras-chave:** Raça, Branquitude, Estudos-para-paz, Peacebuilding.

## RESUMEN

El presente trabajo busca explorar los efectos de la blancura en la MINUSTAH, la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití. El objetivo es cuestionar elementos clave de este proceso histórico y destacar el papel de la blancura en este proceso. Para ello, se utiliza una amplia gama de autores de las Ciencias Sociales y de las Relaciones Internacionales. En este sentido, el argumento desarrollado aquí es que al abordar críticamente el proceso de construcción de paz, es posible delinear cómo la blancura es responsable de sustentar estructuras de violencia, tanto cultural como estructural, en misiones como la MINUSTAH. Para desarrollar este argumento, el trabajo se divide en tres capítulos. En primer lugar, se conceptualiza la blancura y sus características. En segundo lugar, se dedica a abordar los procesos de construcción de paz. Finalmente, el trabajo realiza un estudio de caso sobre la MINUSTAH y destaca los elementos de la blancura presentes en este proceso. La perspectiva de la blancura como un elemento de influencia en las Relaciones Internacionales y en los Estudios de la Paz presentada en este trabajo contribuye al debate de que el proceso de paz debe ser analizado de forma plural, demostrando la importancia de las relaciones raciales en el desarrollo de la paz.

**Palabras clave:** Raza, Blancura, Estudios para la paz, Peacebuilding.

## ABSTRACT

The present work seeks to explore the effects of whiteness in the MINUSTAH, the United Nations Stabilization Mission in Haiti. The objective is to question key elements of this historical process, and to highlight the role of whiteness in this process. To do this, a wide range of authors from the Social Sciences and International Relations are used. In this sense, the argument developed here is that by critically approaching the peacebuilding process, it is possible to outline how whiteness is responsible for sustaining structures of violence, both cultural and structural, in missions such as MINUSTAH. In order to develop this argument, the work is divided into three chapters. Firstly, whiteness and its characteristics are conceptualized. Secondly, it is dedicated to addressing the processes of peacebuilding. Finally, the work conducts a case study on MINUSTAH, and highlights the elements of whiteness present in this process. The perspective of whiteness as an element of influence in International Relations and Peace Studies presented in this work contributes to the debate that the peace process must be analyzed in a plural way, demonstrating the importance of racial relations in the development of peace.

**Keywords:** Race, Whiteness, Peace Studies, Peacebuilding.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** - Missões de operações de Paz e densidade populacional .....69

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AGNU	Assembleia Geral da ONU
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSNU	Conselho de Segurança da ONU
DPKO	Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas
DPKO	Departamento de Operações de Paz da ONU
ESI	Equipe de Estudos de Intervenção
EUA	Estados Unidos da América
EU	União Europeia
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MOU	Memorando de Entendimento
ONU	Organização das Nações Unidas
PRIO	Instituto Internacional de Pesquisa da Paz
SOFA	Acordo de Status de Forças
TCC	Tropas Contribuintes
UNFICYP	Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas em Chipre
UNFICYP	Força de Manutenção da Paz da ONU em Chipre
UNMISS	Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
UNMISS	Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
UNPREDEP	Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas
UNPREDEP	Força de Desdobramento Preventivo da ONU
UNYOM	Missão de Observação das Nações Unidas no Iêmen
UNYOM	Missão de Observação da ONU no Iêmen
UNOGIL	Grupo de Observação das Nações Unidas no Líbano
UNOGIL	Grupo de Observação da ONU no Líbano
UNOMSIL	Missão de Observação das Nações Unidas em Serra Leoa
UNPROFOR	Força de Proteção da ONU
UNTSO	Organização das Nações Unidas para a Supervisão de Trégua
UNAMIR	Missão de Assistência das Nações Unidas para o Ruanda
MONUC	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo

UNTAET

Autoridade Executiva Temporária das Nações Unidas no  
Timor-Leste

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. A BRANQUITUDE NA S RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	20
<b>1.1 A criação da Raça</b> .....	22
1.1.1 <i>O Fardo do Homem Branco</i> .....	26
<b>1.2 As características da branquitude</b> .....	34
1.2.1 <i>Gênero e Raça</i> .....	36
1.2.2 <i>Os Estudos Críticos da Branquitude</i> .....	37
1.2.3 <i>O Branco crítico e acrítico</i> .....	40
1.2.4 <i>O Pacto Narcísico da Branquitude</i> .....	43
<b>1.3 A branquitude e sua dimensão internacional</b> .....	44
1.3.1 <i>A supremacia branca como sistema político</i> .....	44
1.3.2 <i>As organizações internacionais e a Raça</i> .....	50
1.3.3 <i>País do Homem Branco e os Estados Frágeis</i> .....	52
<b>1.4 Conclusões Parciais</b> .....	57
<b>2. AS OPERAÇÕES DE PAZ: DO TRADICIONAL AO MULTIDIMENSIONAL</b> .....	58
<b>2.1 O surgimento das Operações de Paz</b> .....	60
2.1.1 <i>Marcos Regulatórios</i> .....	62
2.1.2 <i>A primeira geração das operações de Paz</i> .....	66
<b>2.2 A transformação das operações de Paz e a Segunda Geração</b> .....	73
2.1.1. <i>A Agenda da paz</i> .....	76
<b>2.3. Elementos críticos e o fator em comum</b> .....	77
2.3.1 <i>Um fator em comum</i> .....	82
<b>2.4 Conclusões Parciais</b> .....	89
<b>3. A MINUSTAH</b> .....	91
<b>3.1 Histórico e causas da MINUSTAH</b> .....	93
<b>3.2 Os procedimentos e o progresso</b> .....	100
3.2.1 <i>Os processos da MINUSTAH</i> .....	100
3.2.2 <i>Resultados e Consequências</i> .....	102
<b>3.3 MINUSTAH e a Branquitude</b> .....	108
<b>3.4 Conclusões Parciais</b> .....	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	115

## INTRODUÇÃO

Raça, desde o início de sua concepção, sempre esteve atrelado a diferenciar e classificar, primeiramente os humanos se diferenciaram de plantas, animais, até o momento que fizeram isso consigo mesmos.(ALMEIDA, 2018). Segundo Silvio Almeida (2018), Raça é um fenômeno da modernidade, não é fixo e nem estático, e sempre há por trás relação de conflito e decisão. E como apontado por Achille Mbembe (2017, p. 11-17) ao passo que a raça foi aplicada aos humanos inaugura-se a dualidade da organização hierárquica do mundo moderno, é a partir disso que a cor começa a definir o superior/inferior, bom/mau, civilizado/selvagem.

Nesse sentido, é mais comum encontrar estudos sobre a negritude e racismo, mas não estudos sobre os indivíduos que saíram com os lucros do processo de escravidão, e colonização. Os criadores da marcação racial, saíram “invisíveis” desse processo(CARDOSO, 2008). Isso porque a Branquitude tem como característica ser considerada uma marca racial não visível na sociedade, uma vez que problemas como o racismo, são considerados questões dos negros, e não dos brancos, os prováveis colaboradores dessa violência, são deixados de lado nos estudos raciais (BENTO, 2002).

Da mesma maneira, das formar hierarquizadas e da dualidade do mundo, se forma no cenário internacional, ideias de estados modelos, e os outros. Ou seja, os “Estados Falidos, Falhados, e anormais”, essas são as formas ao qual as regiões que apresentam fraquezas e vulnerabilidades políticas são caracterizados.(ASHLEY, 1984) A fim de resolver tais questões, as políticas como as operações de paz foram sendo aplicadas, principalmente após o fim da guerra-fria. Antes usadas como forma de manter influência sobre regiões por parte das potencias do mundo bipolar. Passam a lidar com questões mais complexas após o destravamento do conselho de segurança, que passou a atuar no mundo unipolar. Isso tem influência de um processo de padronização, ou “normalização”, que busca padronizar os estados pós conflitos das relações internacionais em Estado de economia e política em formato liberal, que poder ser disseminado pela economia transnacional, e branca (BLANCO, 2017).

A Branquitude é um elemento importante para entender o racismo, e por sua vez, entender a colonialidade, é fundamental para se discutir o surgimento desse campo de estudo. Quando os colonizadores chegaram ao “Novo Mundo” eles próprios se caracterizaram como brancos em relação aos nativos. Certamente, esses ficariam surpresos quando um dia o sociólogo W.E.B Du Bois, escreveu “do alto de sua torre”, sobre a identidade do branco, especialmente em uma sociedade racista, como os Estado Unidos no século XX. Ele descreveu o que chama de “salário público e psicológico” para explicar a condição proveitosa do indivíduo branco, e a posição de excluído reservado aos indivíduos negros (DU BOIS, 1987). Ou seja, a branquitude refere-se à marca racial branca e seus privilégios.

Em relação à condição de exclusão, é esse o espaço de esquecimento sistemático das questões de raça, e da branquitude, na disciplina e na área de Relações Internacionais. Assim como discorrem autores que utilizam das teorias de de Du Bois, como por exemplo a sua teoria de “linha de cor global”, característica estruturante da área das relações internacionais. (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015). O autor afirma que a Primeira Guerra Mundial é identificada como o ponto auge do racismo, que já se movimentava nas relações internacionais nas ações colonialistas e imperialistas, principalmente no que toca as questões da divisão da África.(DU BOIS, 1987) É mais nítido essa compreensão quando se destaca que o artigo de Du Bois foi publicado em uma revista importante de RI, *Foreing Affairs*, sucessora do *Journal of Internacional Relations*, essa por sua vez, sucessora da *Journal of Racial Development*. Ou seja, há um apagamento sistemática da questão de Raça nas Relações Internacionais, sendo omissa nas questões que concernem ao racismo, a escravidão, e a centralidade do colonialismo para área. (JONES; 2006; KRISHNA; 2006 Apud SILVA, 2021).

Nesse sentido, os Estudos para a Paz, grande influência para as Operações de Paz, não desviam totalmente dessa crítica racial. Esse campo surge como “*Conflict Research*”, na década de 50, nos Estados Unidos, devido a emergência em estudos de resolução de conflitos de forma pacífica em larga escala, originando assim o *Journal of Conflict Resolution* (1957), e *Center for Research on conflict Resolution* (1959).(OLIVEIRA, 2017) Em paralelo a isso,

surge na Europa uma comunidade de pesquisa com objetivos semelhantes, mas sem o medo de colocar no centro de sua agenda de pesquisa o termo “paz”, foi esse o diferencial de Johan Galtung, e que a partir disso, deu-se origem ao *Peace Research*. Ao lançar o *Journal of Peace Research* (1964), vinculado ao *Internacional Peace Research Institute* (PRIO), criado em 1959, pelo mesmo acadêmico, para assim propor uma perspectiva metodológica mais flexível, ainda que firme no propósito de fazer a Paz um objeto científico, mesmo assim, no editorial inaugural do *Journal of Peace Research*, sugere que a consistência teórica seja o foco central da disciplina, e não a confirmação empírica (JPR, 1964 *apud* OLIVEIRA, 2017).

Como demonstrado por Lucas Guerra e Ramon Blanco (2018, p. 910), o modelo de pacificação dominante é a do *peacebuilding*, tendo como objetivo construir uma paz “sustentável”, ao combater as “causas estruturais” dos conflitos. Sendo assim, tem a função de restituir as capacidades principais em países devastados por conflitos, incluído diversas atividades desde desarmamento, a redação de novas constituições. Mas como apontado pelos mesmos teóricos, essa “paz sustentável”, tem um modelo definido, ou seja, a promoção de democracias liberais guiadas para o livre mercado, seguindo os princípios da “paz liberal”. A partir disso, surge um caminho para a análise crítica das operações de *peacebuilding*, e mais importante ainda, a partir de sua dimensão racializada. Essa pesquisa busca demonstrar que não é por coincidência que essas missões são enviadas unicamente para países pós-coloniais, os mesmos da periferia global, que possuiu como maior densidade demográfica corpos não-brancos. Aqui, diversos autores concordam que o argumento de “Estado falido”, é o que dá legitimidade às operações de *peacebuilding* (GUERRA, 2018).

Tendo isso em mente, o Haiti, o primeiro na inauguração da modernidade, e colonialidade, o primeiro país da América Latina e do Caribe a conquistar sua independência na Revolução Haitiana em 1804, mais ainda, a primeira do mundo protagonizada por negros. Dessa maneira, o seguinte trabalho apresenta o Haiti como um caso importante e necessário de ser investigado, principalmente por demonstrar conexões entre raça, racismo, branquitude e relações internacionais. Dessa forma o trabalho se guiará em responder, como a MINUSTAH, Missão

das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, ganhou legitimidade por um discurso racista, e principalmente tornar visível a participação da branquitude nesse processo.

As questões de raça e de branquitude ocupam um espaço de exclusão, tanto na disciplina, como na área. Desde o mito de Westfália. É mais nítido ainda essa compreensão quando se destaca que o artigo de Du Bois foi publicado em uma revista importante de RI, *Foreign Affairs*, sucessora do *Journal of International Relations*, essa por sua vez, sucessora da *Journal of Racial Development*. Ou seja, há um apagamento sistemática da questão de Raça nas Relações Internacionais, sendo omissa nas questões que concernem ao racismo, a escravidão, e a centralidade do colonialismo para área (JONES; 2006; KRISHNA; 2006 *apud* SILVA, 2021). E por esse motivo é necessário pesquisas que ampliem as margens críticas da disciplina e da área, em especial as que coloquem os efeitos do colonialismo em foco.

Sendo assim, os Estudos para a Paz, agenda que dentre muitas coisas culminou nos processos de *peacebuilding* da ONU, de operações de paz, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), são legitimadas por uma lógica racista e paternalista, é aplicada exclusivamente em países com maior densidade de indivíduos não brancos, ou seja, operando através na lógica da branquitude, assim é o caso do Haiti, que embora tenha conquistas históricas fundamentais - sendo o primeiro da América Latina e do Caribe, ao conquistar a independência, e do mundo realizado por uma população negra – e que como consequência, sofreu boicotes internacionais que os deixaram “necessitados” de ajuda para construir a Paz.

Dessa maneira, o presente trabalho pretende contribuir para o alargamento, tanto de estudos que demonstram a branquitude e seus privilégios, quanto para o espaço crítico das operações de paz, e para o processo de *peacebuilding*. Mais ainda, contribuir para o apontamento dos elementos raça, racismo, colonialismo e branquitude como elementos de grande importância para as relações internacionais

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre a branquitude, marca racial branca geralmente não problematizada no meio acadêmico, e sua influência na MINUSTAH, Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Sendo

assim, preencher um espaço quase em branco nessa agenda de estudo, ao abordar os elementos da branquitude presentes nas operações de paz, mais precisamente na operação de Paz da ONU, que se instaurou e permaneceu presente no Haiti durante treze anos, inaugurada com o objetivo de permitir a estruturação política do país, e em seguida como forma de auxílio às diferentes situações de calamidades enfrentadas pelo país durante todo esse tempo. Para tanto, o trabalho utilizará a revisão bibliográfica de autores das Ciências Sociais e de Relações Internacionais, além de autores fundamentais para a compreensão de operações de paz, do histórico do país, e da MINUSTAH.

Para isso, o trabalho se desenvolve em três capítulos. Primeiramente será abordada a compreensão do conceito de branquitude, e as suas características. Neste primeiro momento o foco será em apresentar a agenda que estuda as características dos indivíduos brancos, e elencar os elementos de aproximação dos estudos raciais com as relações internacionais, ponto importante para a compreensão mais íntima da branquitude com os processos de *peacebuilding*. Para tanto o capítulo busca nos autores das Ciências Sociais e Relações Internacionais para fundamentar tais argumentos.

Em segundo lugar, busca se explicar os elementos que insurgem na fundamentação das operações de paz, desde sua criação até os dias atuais, com destaque para as duas primeiras fases dessa política, ou seja, a primeira geração, fase tradicional, e a segunda geração, fase multidimensional. Dessa maneira explica-se de que forma o fim da guerra fria resulta em um destravamento das operações de paz que multiplicam suas instruções no mundo, motivado principalmente por conflitos internos, considerando que os conflitos não estariam mais guiados pela ideologia de uma potência ou outra. Dessa forma, foca-se nas abordagens críticas das operações de paz, com foco na crítica de cunho racial, que fundamenta o argumento desse trabalho da conexão entre as operações de paz e da Branquitude.

Por fim, será realizado um estudo de caso do Haiti, ao apontar os elementos da branquitude presentes na MINUSTAH, e suas consequências. Para tanto, em primeiro lugar é necessário a abordagem do histórico do país que precedem a MINUSTAH, assim compreender como se instala, as motivações, resultados e consequências de um formato de paz liberal. Busca se ressaltar as análises

críticas de cunho racial que destacam a presença da Branquitude nas operações de paz, e mais precisamente na MINUSTAH. Seja pela legitimação a partir de uma lógica racial, no contexto internacional, com a ideia de estados falidos e falhados designados a países não brancos, ou pelos critérios internos, como a formatação do país que se mantém em uma estrutura racial hierarquizada por raça, mesmo sendo o país que promoveu a primeira revolução, e independência na América Latina e, mas que não garantiu sua liberdade na sociedade internacional, que infantilizou esse país.

Esse trabalho pretende contribuir para ampliar a margem crítica das Operações de Paz, e ressaltar a importância da pluralidade na compreensão de paz, mais importante ainda, compreender como as heranças do colonialismo, a branquitude, atua nas sociedades, na dimensão nacional e internacional. Ao passo que reconhece as limitações, e definições de sucesso desse processo elenca como as considerações da raça são elementos importantes de análise para almejar uma paz positiva, e livre de interesses.

## 1. A BRANQUITUDE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Raça e as relações internacionais possuem muitas coisa em comum, mas isso não é explícito no meio acadêmico, mesmo sendo uma relação íntima, e de certa forma até causal. Foi o conceito de raça, como diferenciação e hierarquia humana, transpassando as ideias de diferenciação de espécies de animais e plantas, foi a legitimação espiritual, que desposou todos aqueles diferentes dos colonizadores de possuir alma e moral, a legitimação biológica e pseudocientífica que buscou centralizar uma raça como superior, a branca. Foi a raça, como consta Du Bois, uma influência para a criação da disciplina, que nasce com foco nos problemas e preocupações causadas por uma economia e relação internacional que se expandia devido a exploração e comercialização de uma raça, a negra. A preocupação com outro tipo de violência, a de gênero, introduz uma agenda preocupada com os privilégios raciais, dessa forma, surge uma necessidade e preocupação de investigar não apenas os indivíduos que são violentados, mas também aqueles que violentam, uma agenda preocupada com o oprimido, mas também com o opressor.

A autocrítica racial do sistema internacional, ou seja, se preocupar e problematizar o conceito que hierarquizava os humanos teve influência do imperialismo, que por sua vez, foi uma das causas da primeira guerra mundial, nasce então uma liga das nações preocupada em evitar possíveis confrontos entre as potências imperiais que colonizavam o mundo. Foi essa passividade, que culminou em um Hitler com sua eugenia e a Segunda Guerra Mundial, mas nem milhões de mortos foi capaz de fazer a agora, ONU, tendo em vista a falha da organização anterior em priorizar esse aspecto, e acaba por cometer o mesmo erro, ao criar políticas de paz disseminadas em um formato liberal, como as operações de paz, baseadas em conceitos e termos enviesados pelo eurocentrismo, colonialismo, e pela branquitude.

Neste capítulo abordaremos como foi conformada a marcação racial da branquitude a partir da construção e definições de raça, uma tecnologia de diferenciação que desde seu princípio estabelece a raça branca como a norma,

e possui uma relação íntima embora marginalizada com as relações internacionais. Este capítulo é dividido em três sessões, em primeiro lugar busca-se explicar a criação da raça, por e para os brancos, ao abordar os processos de legitimação e justificação da raça, como as formas espiritual e religiosa, fortemente relacionado ao processo de criação do “berço” da civilização, dessa maneira representar como a raça, e o ocidente, são conformados como uma forma de diferenciação. Assim como mostra os escritos de Montaigne, e as abordagens e contribuição dos autores contratualistas afim de explicar a criação de um contrato social, que se transformará ao longo da pesquisa em um contrato racial, como discute Charles W. Mills. Sendo assim, descrever como a ciência tratou o problema de forma biológico, e tentou de diferentes formas hierarquizar as raças.

Em seguida, busca-se explicar o “fardo do homem branco”, que envolve os ocidentais e os brancos serem considerados a norma, os responsáveis por moldar o mundo. Então, busca-se explicar a história e representações dos outros, como ocorre na ciência uma virada que busca descolonizar as ideias. Para isso, aborda-se desde a intersecção entre a raça e o sistema internacional, a visão eurocêntrica de Estado até as contribuições da teoria de “linha de cor global” de W.E.B Du Bois e o contrato racial de Mills. Por fim, trata-se de apontar como ocorre outra virada, mas que agora coloca a identidade do branco em foco.

Em segundo lugar, este capítulo busca explicitar as características da branquitude, e demonstrar as diferentes formas de estudo dessa marcação racial. Para isso se faz necessário explicar o surgimento dessa agenda de pesquisa através da intersecção entre gênero e raça, ao passo que investigadoras feministas apontam as diferentes identidades, ao mesmo tempo que investigam os papéis de gênero, há um incômodo com as questões raciais, como aponta McIntosh e Frankenberg ao introduzirem o conceito do privilégio branco. Para continuar nesta abordagem, busca-se conceitualizar os *Critical Whiteness Studies* que fazem parte do início das pesquisas preocupadas em investigar identidade branca, ou seja, A branquitude crítica. Para contraste, busca se explicar e diferenciar o branco antirracista, crítico ou ignorante, e o racista, acrítico ou com interesse, através das contribuições de Cardoso e Schuman. Para concluir esta sessão, o capítulo se ancora no “pacto narcísico” da

branquitude, de Cida Bento, para explicar como é possível o movimento da branquitude, que ao menor estresse pode se apresentar frágil, como demonstram as contribuições de DiAngelo. Se os acordos da branquitude os fazem Narciso, ao passo que se aproximam da luz do conhecimento, se apresentam como Ícaro.

Em último lugar, o capítulo busca explicitar a relação da branquitude e a dimensão internacional, ao passo que apresenta a supremacia branca como sistema político capaz de movimentar as estruturas da sociedade. Outro elemento destacado é o tratamento/relação das organizações internacionais e a raça. O foco aqui é demonstrar como há um apagamento e silenciamento da importância da raça nas relações internacionais. Para aprofundar esse tema, se faz necessário explicar como se conforma uma ideia de “país do homem branco” e a lógica dos estados frágeis, tópicos que são capazes de desencadear políticas internacionais falhas ou atitudes acríticas nas relações internacionais, um exemplo categórico é MINUSTAH, Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti, que representa como a Paz, assim como a Raça, não são termos fixos e nem estáticos e dependem do ponto de vista.

Por fim, busca se criar um aparato das características da branquitude, o que é relevante para compreender as problemáticas e visibilizar uma marcação racial que têm como característica sua invisibilidade, também busca-se compreender as diferentes abordagens e contribuições dos autores preocupados em investigar tanto o oprimido quanto o opressor, em busca de determinar até que ponto a branquitude é herdeiro e vítima da raça.

## **1.1 A criação da Raça**

É crucial compreender que a tecnologia da raça é uma construção social criada pelos seres humanos para diferenciar plantas, animais e, posteriormente, outras pessoas (ALMEIDA, 2018). Infelizmente, a importância da raça e da branquitude como elementos fundamentais e estruturantes da disciplina de Relações Internacionais tem sido amplamente negligenciada. (DU BOIS, 1987 Apud SILVA, 2021) A raça desde o princípio insurge em impor características negativas a todos diferentes dos colonizadores. Primeiramente esse processo

ocorre através de uma justificativa espiritual, religiosa, por exemplo diversas fontes de escritos gregos e romanos mencionavam a crença na superioridade de suas culturas em relação a outros povos, considerados para eles, “bárbaros” ou “pagãos”. Obras como Heródoto e Tácito apresentam visões etnocêntricas dos gregos e romanos sobre outros povos. Sendo assim criação da raça, e do ocidente, possuem uma ligação íntima. É Heródoto, considerado o “pai” da Europa eurocentrista, que “gera” a Europa como “berço” da civilização, criada do vazio, de uma geração espontânea. É ele quem diz que a Grécia é uma dádiva do Egito, e é responsável por “alertar” sobre a negritude vinda do Império da África. (DIOP, 1983, p.56 apud MACHADO, 2017).

“Em outras palavras, os antigos egípcios eram verdadeiros negros do mesmo tipo que todos os africanos nativos. (...) Mas retornando ao Egito, o fato que ele dá à história oferece muitas reflexões à filosofia (...) Pensar que esta raça de negros, hoje nossos escravos e objeto de todos os desprezos, é mesmo aquela à qual devemos as nossas artes e as nossas ciências e até o uso da palavra (...) Imaginem, finalmente, que está no meio de pessoas que se dizem os maiores amigos da liberdade e da humanidade que se aprovou a escravidão mais bárbara e questionado se os homens negros têm o mesmo tipo de inteligência que os brancos!” (MACHADO, 2017, p. 13)

Em seguida, com o Renascimento, autores como Michel Montaigne (1533-1592), filósofo, político e humanista, em sua obra “Dos Canibais”, a fim de romper com a linha de pensamento racista da época, o autor crítico a descrição dos povos nativos da América como selvagens e inferiores, uma justificativa da dominação europeia. Ele trata de apontar que os termos “selvagem” e “bárbaro”, utilizados na época, conotavam algo que não havia sido afetado pela sociedade por eles conhecida, denominando o selvagem como aquilo próprio da natureza, e sem intervenção. Sobre isso, ele diz:

“Não vejo nada de bárbaros ou selvagens no que dizem daqueles povos: e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra, e é natural, porque só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela ideia dos usos e costumes dos países em que vivemos” (MONTAIGNE, 2000, p. 105)

Outro autor que se soma a Montaigne é Immanuel Kant (1724-1804) em “Antropologia de um ponto de vista pragmático”, Kant trata de argumentar em torno da moral, natural, uma característica que todo homem é detentor, e que

independia da raça, nos torna diferentes de outras espécies. Porém ainda é possível apontar momentos em que o autor seguiu em uma linha de pesquisa que sustentava uma hierarquia racial, de seu ponto de vista etnocêntrico, ao colocar seu povo, o europeu branco no centro e todos, e os outros em torno da Europa. Para ele o caráter era designado aqueles que sabiam o que fazer de si mesmos. (KANT, 2006)

Aqui não importa o que a natureza faz do ser humano, mas o que este faz de si mesmo; pois aquilo faz parte do temperamento (onde o sujeito é em grande parte passivo), mas apenas isto dá a conhecer que possui um caráter. (KANT, Tradução Clélia Aparecida Martins, p.5)

Depois disso, com o Iluminismo, surge uma nova justificativa. Carl Linnaeus (1707-1778): “*Systema Naturae*”, além de ser o grande responsável pela Taxonomia moderna, colaborando com a organização da nomenclatura na biologia, ao introduzir os termos gênero, espécie, reino, filo e família. Ele também foi responsável por classificar as raças humanas em categorias hierárquicas, com base em características físicas e até mesmo cultural. Ele fez isso dividindo a espécie humana em quatro categorias, baseado em traços fisiológicos e comportamentais, são esses: *Homo Sapiens Americanus*, segundo ele, são sujeitos ruivos, com cabelos e barbas escassas e eram regulados pelo costume, livres e obstinados, além de serem inferiores aqueles que eram regulados; *Homo Asiaticus*, amarelos, melancólicos, cabelos pretos, arrogantes e mesquinhos, e ainda, segundo ele, indivíduos governados pela opinião; *Homo Sapiens Africanus*, “negros, astutos, fleumáticos, cabelos encaracolados, e mulheres que agem sem vergonha, e governados por impulso”.(LINNÉ, 1756, p. 3) Sendo assim, é possível compreender como isso serve de justificativa a exploração dessa parcela, vale lembrar que seus escritos são da época do auge do comércio transatlântico de escravizados, então não é meramente um texto científico, mas sim, uma justificativa para o seu contexto. (GOULD, 2014) E evidentemente, em sua visão havia o *Homo Sapiens Europeus*, que segundo ele, são brancos, cabelos lisos e cumprido, com olhos azuis, musculosos, criativos, que não gostam de todos os outros, e são governados pela lei. Hoje em dia é possível compreender que suas teorias não fazem sentido já que ele combina uma observação fisiológica com a generalização de comportamento, o que não é correto no método científico.

Outro autor que atua nesse sentido é Johan Friedrich Blumenbach (1752-1840) em “Sobre a natural variedade das raças humanas”, aqui o autor dividiu a raça humana em cinco grupos e considerou os caucasianos como superiores. Segundo ele, em 1775, Johann Friedrich Blumenbach, em seu trabalho "*De Generis Humani Varietate Nativa*" (Da Variedade Nativa da Espécie Humana), categorizou os seres humanos em cinco raças, sendo a raça branca descrita como "aquela com cor branca predominante, representando a maioria dos europeus". As cinco principais classificações de grupos humanos são: caucasóide, mongolóide, etiópica, americana e malaia. A categoria "caucasóide" refere-se aos nativos da Europa, Oriente Médio, Norte da África e Índia, assim denominada por Johann Blumenbach que acreditava que o "tipo" humano perfeito era encontrado nos habitantes da Geórgia, localizada nas montanhas do Cáucaso, região que ele considerava como o berço da humanidade. (GOULD, 1994). Suas classificações foram, em grande parte, semelhantes às de Linnaeus, dividindo as raças em caucasiana, mongol, etíope, além de adicionar o americano e o malásio à lista. (MACHADO, 2018, p. 15)

Posteriormente no século XIX, Samuel Morton (1799-1851): Um craniologista proponente do poligenismo afirmava que o tamanho do cérebro humano variava de acordo com a raça, o que supostamente influenciaria a inteligência. Sendo assim, o autor acreditava na hipótese de criar uma hierarquia racial baseada em fatores externos.(GOULD, 2014, p. 40) Além disso, o autor Arthur de Gobineau (1816-1882) em sua obra “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, argumenta que a miscigenação levaria ao declínio das civilizações, defendendo assim a superioridade dos Europeus brancos. Além disso, esse foi um dos primeiros trabalhos sobre racismo e Eugenia a ser apresentado em sua época. (SCHUCMAN, 2012, p. 82) Vale lembrar que tempos depois os pesquisadores dessa agenda concluíram que não havia relação do tamanho do crânio com a inteligência do indivíduo, já que o eficiente para se estimar a inteligência de um indivíduo depende de diversos fatores.

Ainda no século XIX, o que legitima o racismo é o Darwinismo Social, onde autores como Herbert Spencer (1820-1903) em “Princípios de Sociologia”, trata de replicar a teoria de Darwin para a sociedade humana. Seu argumento era que a competição entre as espécies resultava em uma hierarquia natural.

(MALERBA, 2010) Ernst Haecker (1834-1919), esse autor colaborou com a ciência, dentre outras coisas, ao afirmar a respeito do desenvolvimento de embriões que recapitulam a história genética do filo. Mas em sua obra: "*Antropogenie oder Entwicklungsgeschichte des Menschen*" - Haeckel defendia a aplicação das teorias de Darwin às diferenças raciais.

É nesse contexto dos séculos XIX e XX, surge a Eugenia, onde autores como Francis Galton (1822-1911): "*Inquiries into Human Faculty and Its Development*" - Galton cunhou o termo "eugenia" e promoveu a ideia de aprimoramento da raça humana por meio do controle da reprodução.

“A investigação da eugenia humana - isto é, das condições sob as quais indivíduos de alto padrão são produzidos - está atualmente extremamente prejudicada pela falta de históricos familiares completos, tanto médicos quanto gerais, abrangendo três ou quatro gerações. Não há tal dificuldade na investigação da eugenia animal, porque as gerações de cavalos, gado, cães, etc., são curtas, e o criador de qualquer desses animais vive tempo suficiente para adquirir uma grande quantidade de experiência por meio de sua própria observação pessoal. No entanto, um homem raramente consegue estar familiarizado com mais do que duas ou três gerações de seus contemporâneos antes que a idade comece a afetar suas capacidades; portanto, sua experiência de trabalho deve ser baseada principalmente em registros. Acreditando, como acredito, que a eugenia humana será reconhecida em breve como um estudo de máxima importância prática (...)” (GALTON, 1883, p. 30).

A partir das contribuições aqui exposta é possível compreender como se conforma a ideia de raça, e que desde o princípio há um interesse de uma raça, a branca, em construir sua superioridade a partir de diversos fatores, sob uma raça, a negra.

### 1.1.1 O Fardo do Homem Branco

A partir da criação da raça, no cenário internacional a raça branca cria para si mesmo uma ideia de “salvadores do mundo”, os responsáveis por guardar e proteger todos. Mas é importante ressaltar que eles inventaram isso. No século XIX, o autor, poeta, Rudyard Kipling, lança seu poema racista “O fardo do homem branco”, onde o autor legitima a exploração de outros indivíduos que supostamente seriam metade demônio, algo selvagem, e metade criança, infantilizados e necessitados de guarda. Ou seja, o fardo do homem branco é

tirar esses indivíduos da selvageria, e trazê-los a sociedade, o fardo do homem branco é “cuidar”, “civilizar” todos os outros. Em sua primeira estrofe ele diz:

“Tomai o fardo do Homem Branco, enviai vossos melhores filhos, Ide, condenai seus filhos ao exílio para servirem a vossos cativos; para esperar, com chicotes pesados O povo agitado e selvagem vossos cativos, tristes povos, metade demônio, metade criança” (KIPLING, 1898, p.1)

No Imperialismo e colonialismo - séculos XIX e XX, vários escritos coloniais e discursos de líderes europeus e colonizadores ao longo dos séculos XIX e XX justificaram o imperialismo e a exploração de povos não brancos com base na superioridade cultural e racial construída por todo o processo discutido até aqui. A partir disso, surge também a Pseudociência racial no século XX, onde autores como Hans F. K. Günther (1891-1968) "*Rassenkunde des Deutschen Volkes*" – Günther, foi um antropólogo alemão que promoveu ideias de superioridade racial alemã e a pureza da raça ariana, e que serviu de justificativa para diversos assuntos no mundo nos anos seguintes. Inclusive, era um dos autores de cabeceira de Hittler, já que no acervo pessoal de Hitler foi encontrado sua obra “Ciência Racial do povo alemão”. (EIBS, 2018)

Podemos compreender que desde que o mundo é mundo, os brancos e europeus vêm construindo a história e a imagem do outro. É no sentido de questionar e reposicionar os estudos sociais que surgem os Estudos decoloniais com o objetivo de descolonizar o conhecimento, e questionar as narrativas eurocêntricas dominantes. Além disso, essa corrente busca entender e expor as diversas formas que o colonialismo e imperialismo continuam a influenciar as estruturas políticas económicas, culturais e académicas contemporânea.

De acordo com Quijano (2007), a classificação de pessoas com base em características raciais é uma construção social resultante da colonialidade e expressa em forma de poder que é continuamente disseminado através da racionalidade específica do eurocentrismo. Isso implica na retirada da identidade e cultura dos povos colonizados e na criação de uma nova identidade colonial de carácter negativo, omitindo produções culturais e históricas. (QUIJANO, 2007, p. 212) Nesse sentido, Achille Mbembe afirma que o colonialismo foi um projeto de universalização, cuja finalidade era introduzir os colonizados no espaço da modernidade. No entanto, o colonialismo foi conduzido de forma detestável e

lamentável, tornando-se o maior exemplo de antiliberalismo. (MBEMBE, 2001 apud ALMEIDA, 2018)

Segundo Luciana Ballestrin, em “*América e o giro decolonial*”, Frantz Fanon, junto com Césaire e Memmi formam a “Tríade francesa”, para explicar o surgimento simultâneo do argumento pós-colonial. Juntos, eles foram os principais intercessores que atuaram pelos colonizados, quando esses não tinham voz (BALLESTRIN, 2013). Segundo a autora, são essas obras: “*Retrato dos colonizados*”, precedido de “*Retratos do colonizador*” (1947), de Albert Memmi, “*Discurso sobre o colonialismo*” (1950) de Césaire, e “*Os condenados da terra*” (1961), de Frantz Fanon, que inauguram tal agenda. Nesse sentido, outra contribuição importante para pensar o processo da criação de identidade alheias é o teórico Edward Said (1935-2003), onde o *Orientalismo*, soma-se a essas três obras. Said explica que isso acontece devido a criação do Oriente como uma invenção do Ocidente, ele foi responsável por denunciar a produção de conhecimento no exercício de dominação do “outro” (BALLESTRIN, 2013; SAID, 1990).

Segundo Cardoso (2010) é Albert Memmi que de maneira precursora é o primeiro a analisar o opressor e o oprimido, no contexto da colonização africana. Sendo assim, todos os autores que se seguiram, demonstram a importância dos estudos que Memmi iniciou, estudando tanto o oprimido quanto o opressor. Vale também ressaltar aqui que o ativista Steve Biko também pode ser considerado um dos precursores nos estudos da branquitude, em 1960 e 1970 este autor elaborou um estudo sobre o branco sul africano, e foi morto enquanto lutava contra o racismo estrutural. (CARDOSO, 2010) (FANON e SILVEIRA, 2008)

Os termos de povo branco ou raça branca foi primordialmente construído por europeus no século XVII. Ele é criado como uma categoria “pan-ética”, servindo para unir os europeus em uma categoria. No século XVI e XVII, os asiáticos passam a ser designados de amarelo, justamente pela conotação racial que cor havia tomado. (KEEVAK, 2001, p. 2 apud DIAS MACHADO, p. 15). Desde os princípios, pelas populações árabes e islâmicas, que já vinham praticando a escravidão, e começaram a reproduzir o discurso da inferioridade, justificativa para escravizar, no sentido de ensinar humanidade.

No cenário internacional o que aconteceu na época da escravidão dos povos africanos, legitimado pelos processos de racismo, como o científico, é considerado um crime contra humanidade pela ONU em 1948, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O artigo 4º da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama: "Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas." Essa declaração marcou um importante avanço na luta global contra a escravidão e reconheceu o princípio de que a escravidão é uma violação grave dos direitos humanos.(ONU, 1948)

Conforme observamos, essa perspectiva tem raízes profundas. A ideologia justificadora criou narrativas míticas, estigmas e estereótipos sobre indivíduos negros. As tentativas violentas de desumanizar, animalizar e objetificar os corpos de homens e mulheres negros na diáspora africana são resultados dessa visão e prática que criou a dicotomia entre selvagem e civilizado. O europeu construiu uma visão estereotipada e limitada do não-europeu, buscando solidificar fenômenos sociais dinâmicos, culminando em um projeto de dominação global que ainda hoje trata a alteridade como meramente um objeto do olhar euro-centrado, considerando-o a norma.

Ao compreendermos que tanto a história da construção de raça, e a criação do sistema internacional moderno, possuem diversos pontos de intersecção, como é possível afirmar que há um apagamento sistemático, uma amnésia seletiva a respeito da importância para a área e para a disciplina das Relações Internacionais. Qual foi o tratamento dos análogos a organização internacional a respeito da raça, como a raça, "O problema do século XX" foi considerado na formulação dessa área? É possível considerar que área ignorou outros exemplos de organização de Estados anteriores a formulação do sistema de Estados Moderno, fruto do tratado de Westfália?

O mito de Westfália tem sido amplamente difundido como um marco na história internacional que estabeleceu as bases para o sistema de Estados soberanos e a ordem mundial moderna. No entanto, diversos autores têm questionado essa interpretação simplista e ressaltado a complexidade histórica do desenvolvimento do sistema internacional. Martin Wight, em sua obra

"*Systems of States*" (1977), criticou a visão reducionista do mito de Westfália, enfatizando que o sistema internacional evoluiu ao longo do tempo e não pode ser completamente compreendido apenas através desse tratado. (WIGHT, 1977). Richard Ashley, por sua vez, no artigo "*The Poverty of Neorealism*" (1988), questionou a ideia de que o sistema internacional se baseia exclusivamente em Estados soberanos, destacando a importância de outras formas de poder e hierarquias na política global. (ASHLEY, 1984) Por sua vez, David Armitage, em "*The Declaration of Independence: A Global History*" (2007), apresentou uma perspectiva crítica, argumentando que o Tratado de Westfália não marcou o início da soberania estatal moderna, mas sim o início de um debate contínuo sobre seu significado e aplicação. (ARMITAGE, 1965)

Nessa perspectiva mais abrangente, é crucial considerar a influência do tráfico de escravizados na formação do sistema internacional e dos Estados modernos. O comércio transatlântico de escravos, que começou no século XVI e continuou por séculos, desempenhou um papel significativo na construção da economia global e na expansão dos impérios europeus. A exploração desumana de milhões de africanos, arrancados de suas terras e forçados ao trabalho escravo nas Américas, gerou riquezas que sustentaram o desenvolvimento dos Estados europeus. Como aponta Eduardo Galeano, foi o sacrifício dos escravos no caribe que financiou a máquina de James Watt e o progresso de Washington. (GALEANO, 2010) Além disso, o tráfico de escravos influenciou diretamente a formação do sistema internacional, uma vez que as rotas e fluxos comerciais foram determinantes na expansão do poder das nações europeias. A exploração e dominação de outros povos e territórios foram fundamentais para a consolidação do poder estatal e a definição das fronteiras territoriais. (SILVA, 2021)

É importante mencionar que, antes mesmo do Tratado de Westfália, existiam exemplos de organização estatal que desafiam a ideia de que a soberania estatal moderna foi estabelecida apenas a partir desse evento. O Quilombo dos Palmares, um dos mais conhecidos quilombos do período colonial brasileiro, é um exemplo disso. Localizado na região nordeste do Brasil, Palmares foi uma comunidade de resistência formada principalmente por africanos escravizados fugitivos. Essa comunidade exerceu muita organização

política, social e militar, desafiando o poder colonial português por décadas. Sua resistência é um exemplo de organização estatal anterior ao Tratado de Westfália e demonstra a diversidade de formas de governança existentes antes da consolidação do sistema internacional de Estados modernos. (SILVA, 2021)

Portanto, é fundamental reconhecer a complexidade histórica do desenvolvimento do sistema internacional e compreender que a formação dos Estados modernos foi influenciada por uma série de fatores, incluindo o tráfico de escravos e a resistência de comunidades como o Quilombo dos Palmares. A abordagem crítica dessas questões é essencial para uma compreensão mais completa e inclusiva da história e da política internacional.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o racismo científico na teoria e na prática foi oficialmente condenado, especialmente na declaração antirracista da UNESCO chamada "*The Race Question*" (1950). Essa declaração enfatizou a importância de distinguir entre a noção biológica da "raça" e o "mito da raça". Na realidade, a "raça" é mais um conceito social do que um fenômeno biológico. Esse mito teve graves consequências no âmbito social e moral, causando inúmeras perdas de vidas e sofrimentos incalculáveis. Ele também tem sido um obstáculo para o desenvolvimento pleno de milhões de seres humanos e privou a civilização da colaboração efetiva de mentes criativas.

O mito da "raça" e a suposta "inferioridade" da população negra africana causaram danos humanos e sociais imensuráveis. Segundo o The Trans-Atlantic Slave Trade Database, o tráfico europeu cristão levou à remoção de 12,5 milhões de africanos para o continente americano em 36 mil viagens entre 1525 e 1866. O comércio de seres humanos escravizados através do Oceano Atlântico foi o maior deslocamento forçado de pessoas em longas distâncias na história, sem formalmente se desculpar ou reparar os danos causados aos descendentes até hoje. O desenvolvimento da genética evolutiva no século XX demonstrou que as diferenças genéticas entre seres humanos são insignificantes, já que somos 99,9% geneticamente semelhantes. Portanto, não existem raças na humanidade.

Embora, como foi observado até o momento, a história da construção da raça e da formação do sistema internacional possuem uma ligação íntima. Porém não é tratado com o devido esforço. A marginalidade que estudos raciais ocupam

na área e na disciplina de Relações Internacionais, é abordado em 2015, pelos autores Alexander Anievas, Nivi Machanda e Robbie Shilliam, na obra *“Race and Racism in international Relations Confronting the Global color line”*. Esta obra pode ser considerada uma agenda dos estudos sobre a “Linha de cor Global” conceitualizada por W.E.B Du Bois. Ele que publica em 1915 uma tese que conceitualiza a relação das determinantes imperialistas com a Primeira Guerra Mundial. Em 1925, ele publica seu artigo *“Worlds of Color”*, e apresenta o problema dos problemas, o do século XX. A raça. Du Bois é responsável por iluminar um debate crucial em torno do significado de raça e racismo como fundamental na organização dos princípios das políticas internacionais, já que seguem uma hierarquia e opressão que estruturam a lógica do mundo político como conhecemos.(ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015, p. 17)

A obra *“confronting the global color line”* sugere que a resposta de Du Bois para as causas da primeira guerra mundial e às perspectivas de paz mundial foi sistematicamente moldada por meio das considerações dos efeitos políticos do pensamento racial e da ordem racial.

“Para Du Bois (1925, 502), a guerra não foi uma aberração da civilização europeia, mas sim a sua expressão mais clara, e as principais causas da grandeza europeia - a expansão ultramarina e o engrandecimento colonial - também foram as próprias causas da guerra.” (*tradução nossa*, ANIEVAS, 2015. p, 20)

Nesse sentido, Du Bois teorizou, no século XX, sobre a “linha de cor”, considerada uma estratificação sustentada na raça, responsável por formar e delinear o mundo, a ainda define a estrutura global de poder da raça branca baseada em forças económicas, políticas e ideológicas, sendo assim preestabelece a ideia de raça, não como entidade biológica, e sim como uma ferramenta de cunho sociológico integrado como elemento da política internacional.(DU BOIS, 1987). Outro autor que elabora a relação do elemento raça com o sistema internacional é Charles W. Mills, que colabora com o argumento que a raça pode mover estruturas da sociedade em diferentes dimensões.

Os estudos raciais ocupam um espaço marginalizado na disciplina que ajudou a formar, as Relações Internacionais. Há estudos recentes, que bebem da linha de pesquisa Anievas et al, como o de Karine Silva, 2021, onde realiza

um aparato a respeito de um esquecimento sistemático da importância da Raça e Racismo nas relações internacionais, porém indo mais a fundo, é possível compreender como uma apatia, com interesse. Ela também aborda que as relações internacionais acabam por cair no que Du Bois chama de Teoria de “linha de cor global”, pois ele afirma que o ponto auge do racismo foi a Primeira Guerra Mundial, e percebe que esse fenômeno já se movimentava nas relações internacionais desde o colonialismo e do imperialismo, mas que só ganhará foco para a disciplina na desgraça racista da Segunda Guerra Mundial com Hitler e o holocausto. Outro ponto relevante destacado por Karine, e apontado por *Vitalis, 2010*, é o fato da revista *mainstream* das RI, *Foreign Affairs*, ter inicialmente, em sua origem e primeiros anos, o nome de *Journal of Racial Development*. Ou seja, desde os princípios da formação da agenda de estudo há um interesse em silenciar uma discussão racial. (SILVA, 2021) (VITALIS, 2000)

Outra teoria que permite a compreensão da dinâmica do racismo no cenário internacional é “O Contrato Racial” conceitualizado por Mills, se baseia no contrato social, porém mais especificamente, como diz a obra, “as pessoas que contam”, ou seja, os brancos. O Contrato Racial se apresenta nas violações racistas do contrato social, que de fato dá suporte ao Contrato Racial. (MILLS, 1997, p. 3) O termo trata de criar uma ponte teórica entre duas áreas segregadas. Por um lado, o *mainstream*, do outro, os outros. Ou seja, os povos nativos americanos, africanos, americanos, os pensamentos políticos do terceiro e quarto mundo focados em problemas criados pelos brancos, como a conquista, o imperialismo, o colonialismo, o estabelecimento branco, o direito de terra, raça, racismo, apartheid. (MILLS, 1997, p. 3)

“Mas o contrato peculiar ao qual estou me referindo, embora baseado na tradição do contrato social que tem sido central para a teoria política ocidental, não é um contrato entre todos (“nós, o povo”), mas sim entre apenas as pessoas que importam, as pessoas que realmente são pessoas (“nós, as pessoas brancas”). Portanto, é um Contrato Racial”. (MILLS, 1997, p. 3, *tradução nossa*)

Desta forma, a sociedade internacional é estratificada, seja pelo que Du Bois chama de “Teoria de Linha de cor global”, seja pelo que Mills chamou de “Contrato Racial”. Acontece que no âmbito internacional as opressões presentes

na dinâmica interna são passíveis e acontecem no ambiente externo. Dessa forma é possível imaginar o estrago que a branquitude pode causar como um movimento organizado capaz de movimentar, configurar, e até mesmo estruturar ações no sistema Internacional. Mais importante ainda, é a compreensão que essas teorias ajudam a legitimar uma ideia de os países brancos são modelos a serem guiados, e com o ônus de salvar o mundo, sobre os pilares ocidentais construídos.

## **1.2 As características da branquitude**

W.E.B Du Bois é a referência para explicar a marginalidade da discussão racial nas relações internacionais, como vimos até aqui, ele foi quem apontou a relação do imperialismo com a primeira guerra mundial, mas acima de tudo, ele também é considerado um dos autores pioneiros no estudo da branquitude. Ele é o primeiro filósofo negro a falar sobre a identidade do indivíduo branco em uma sociedade racista como os Estados Unidos do século XX (DU BOIS, 1987).

A Branquitude é um conceito sociológico que se refere à sociologia da raça e é usado para descrever a vantagem sociocultural, econômica e política que é concedida a pessoas consideradas brancas em comparação com outros grupos étnicos. A branquitude é vista como um privilégio que dá aos brancos uma posição de poder e influência, e é usada para explicar desigualdades raciais persistentes. É importante notar que a branquitude não é uma característica biológica, mas sim uma construção social que varia ao longo do tempo e do espaço. Esse conceito se move nas Relações Internacionais desde as aspirações coloniais. (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015)

As Relações Internacionais como já apontado por Du Bois, foi uma disciplina que surgiu para solucionar as demandas causadas pelo advento do imperialismo, colonialismo. Como dito anteriormente, o conceito de ser branco varia de acordo com a perspectiva do observador. Nos Estados Unidos, ser branco está relacionado à origem étnica e genética, enquanto no Brasil, está ligado à aparência e ao fenótipo. Em contraste a isso, na África do Sul, o fenótipo e a origem são importantes marcadores de branquitude. (SCHUCMAN, 2012)

Sobre isso Schucman diz:

“Além das diferenças sobre os argumentos que constroem o racismo, podemos também distinguir as diferentes formas de manifestação destes e para isto é importante diferenciar o racismo individual do racismo institucional. O racismo individual é entendido aqui como atitudes e ações individuais de discriminação raciais feitas nas práticas de relações interpessoais. Já o racismo institucional se configura por meio de mecanismos de discriminação inscritos no corpo da estrutura social, e que funcionam mesmo sem a intenção dos indivíduos, ou seja, se estabelece nas instituições traduzindo os interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos racialmente dominantes.(SCHUCMAN, 2012, p. 31)

Os estudos sobre a Branquitude tiveram início com os "*Critical Whiteness Studies*" nos Estados Unidos da América, embora, segundo Lourenço Cardoso (2010), esses estudos tenham ocorrido em países como Austrália, Inglaterra, África do Sul e Brasil. W.E.B Du Bois (1935) é considerado o pioneiro na discussão sobre a identidade racial branca em sua publicação "*Black Reconstruction in the United States*". Em seu ensaio "*The Souls of White Folks*", Du Bois apresenta uma análise da identidade do branco a partir de um sociólogo negro em uma sociedade racista. Em sua obra, ele demonstra como nos Estados Unidos do século XIX, mesmo que os salários fossem baixos, os trabalhadores brancos tinham o que ele chama de "salário público e psicológico", já que recebiam alguns privilégios na sociedade, como livre acesso e melhores condições de vida. (DU BOIS, 1987) (DU BOIS, 1935).

Outro teórico importante para a elaboração da identidade racial branca é Frantz Fanon (1952), psicanalista caribenho e africano, em sua obra "*Peau Noire, Masques Blancs*". Ele defende a abolição da raça, argumentando que o que impede os humanos de aproveitarem sua condição humana é a raça. Fanon afirma a necessidade de "libertar o branco da Branquitude e o negro de sua Negritude". Para ele, somente com a superação do elemento raça, os humanos poderiam aproveitar genuinamente de sua liberdade humana.(FANON; SILVEIRA, 2008)

Ao analisarmos essa agenda de pesquisa é possível compreender os consensos e discussões que ocorrem em torno da identidade branca. De qualquer forma, todos os autores dessa agenda se empenham em apresentar novas características da identidade branca ou problematizar os conceitos já existentes. Sendo assim, é possível realizar um aparato caracterizando a identidade branca. Para isso esta sessão é dedicada, apresentar e debater as

principais características conceitualizados pelos autores dedicados aos estudos da Branquitude. Mas primeiramente é necessário se atentar ao surgimento dos estudos da branquitude em outra agenda importante, o feminismo.

### 1.2.1 Gênero e Raça

Os estudos da Branquitude e da Raça tem influência e contribuições das teorias feminista. Essa agenda de pesquisa é responsável por aproximar as teorias ao passo que investiga os privilégios raciais em comparação com os privilégios provenientes da estrutura machista da sociedade. Dentro do campo de estudos sobre a branquitude uma figura importante nesse debate é Peggy McIntosh, é uma feminista americana, ativista antirracista, acadêmica, palestrante e pesquisadora sênior, cujo artigo "*White Privilege: Unpacking the Invisible Knapsack*" (1989) introduz o conceito de "privilégio branco". A pesquisa de Peggy tem início quando ela percebe a negação dos homens em assimilar seus próprios privilégios, então McIntosh enfatiza como a branquitude confere vantagens e privilégios sociais que, muitas vezes, são imperceptíveis para aqueles que os possuem. Nesta obra ela diz: "Como pessoa branca, percebi que havia sido ensinado sobre o racismo como algo que coloca outras pessoas em desvantagem, mas não havia sido ensinado a reconhecer um de seus aspectos correlatos, o privilégio branco, que me coloca em vantagem." (MCINTOSH, 1988, p. 1) Em sua obra Macintosh fornece 26 exemplos de privilégios branco que a colocam em vantagem no cenário racial. Um exemplo seria: "Eu posso ligar a TV ou abrir uma revista na primeira página e ver pessoas da minha raça bem representada" (MCINTOSH, 1988, p. 2)

Em 1993, no livro "*White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*" (1993), Ruth Frankenberg investiga a participação das mulheres brancas na construção e manutenção da branquitude. A autora destaca a interseção entre gênero e raça, discutindo como as mulheres brancas estão implicadas nessa dinâmica social. Ruth Frankenberg é amplamente reconhecida como uma das precursoras na investigação da identidade branca e na análise do privilégio branco na academia. Frankenberg examina a construção social da identidade branca e como ela afeta as relações raciais e a formação da subjetividade branca. (FRANKENBERG, 1993)

O argumento central da obra segunda a própria autora, e em suas palavras:

“Meu argumento neste livro é que a raça molda a vida das mulheres brancas. Da mesma forma que a vida tanto dos homens quanto das mulheres é moldada pelo gênero, e que as experiências das mulheres heterossexuais e lésbicas no mundo são marcadas pela sua sexualidade, pessoas brancas e pessoas de cor vivem vidas estruturadas racialmente. Em outras palavras, qualquer sistema de diferenciação molda tanto aqueles aos quais confere privilégios quanto aqueles que oprime. Pessoas brancas são "racializadas", assim como os homens são "generificados". E em um contexto social onde pessoas brancas frequentemente se enxergam como não raciais ou racialmente neutras,” (FRANKENBERG, 1993, p. 1 - 22, *tradução nossa*)

Frankenberg argumenta que a identidade branca é frequentemente considerada como uma ausência, uma posição neutra ou padrão universal, o que mascara sua centralidade na estrutura social. Ela critica a tendência de tratar a identidade branca como algo natural e inevitável, destacando como ela é socialmente construída e mantida por meio de estruturas, práticas e discursos. Ao analisar suas próprias experiências como uma mulher branca e feminista, Frankenberg examina como a identidade branca é moldada por privilégios, estereótipos e relações de poder. Ela também discute como a identidade branca pode ser explorada e desconstruída, levando a uma maior consciência e responsabilidade no enfrentamento do racismo. O trabalho de Frankenberg foi pioneiro na medida em que desafiou a noção de que a identidade branca é uma posição neutra ou desprovida de raça. Ela destacou a importância de entender e reconhecer a identidade branca como um fator significativo na estruturação das desigualdades raciais e na reprodução do racismo. Sua abordagem crítica e reflexiva abriu caminho para estudos posteriores sobre a identidade branca e o privilégio branco, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência racial mais ampla e um engajamento mais profundo com questões de justiça social. (FRANKENBERG, 1993). Sendo assim, essas contribuições que aproximam os estudos de gênero e de raça, são cruciais para a compreensão da branquitude, já que as contribuições de privilégio branco discorrem em diversos estudos sucessores importantes para essa agenda de pesquisa.

### *1.2.2 Os Estudos Críticos da Branquitude*

Nos Estados Unidos, a branquitude crítica é uma área de estudo que busca entender a construção da identidade branca como um fenômeno social, político e cultural, bem como suas implicações nas relações raciais no país. "*The Possessive Investment in Whiteness: How White People Profit from Identity Politics*" (George Lipsitz) examina como a branquitude é investida de poder, influência e privilégio na sociedade americana e como isso molda as políticas de identidade. (LIPSITZ, 2006). Outro trabalho que contribui é "*Seeing White: An Introduction to White Privilege and Race*" (Jean Halley, Amy Eshleman e Ramya Mahadevan Vijaya), neste livro, os autores exploram as noções de privilégio branco e raça, questionando como as identidades raciais foram construídas e mantidas ao longo da história dos Estados Unidos. (HALLEY; ESHLEMAN; VIJAYA, 2011) Outra obra que deve ser considerada é "*Critical White Studies: Looking Behind the Mirror*" (Richard Delgado e Jean Stefancic), nesta coletânea de ensaios, os autores oferecem uma análise crítica da branquitude como uma categoria social, desafiando a noção de neutralidade e abordando questões de privilégio e poder. (DELGADO et al., 1997)

No Brasil, esse estudo pode ser observado em contribuições de autores como o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, ele é responsável por descrever as consequências do racismo e da ideologia do branqueamento para o próprio branco Brasileiro. Em a "*Patologia do Branco*" o autor demonstra como foi construída a imagem de superioridade do branco sob o negro, e como os aspectos contribuíram para que os brancos brasileiros, que tem origens na miscigenação, neguem sua própria verdade. A patologia para o autor é sentir vergonha de sua ancestralidade, negando as raízes negras e louvando as origens europeias. (RAMOS, 1955) Vale destacar também, que esse autor é o responsável por colocar a branquitude nos estudos sociológicos para entender o racismo.

Outra Brasileira importante para o debate da branquitude é Maria Aparecida Silva Bento, é uma ativista e psicóloga brasileira, diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, e atua na redução das desigualdades raciais e de gênero no ambiente de trabalho. Ela é mais conhecida como Cida Bento, em sua obra "*Branqueamento e Branquitude no Brasil*" (2002) apresenta um panorama sobre o branqueamento e a branquitude

no país. Em um primeiro momento, ela faz uma abordagem geral, onde explica que a desigualdade racial é vista como um problema do negro, pois é este indivíduo colocado como objeto de estudo, “dissecados”, segundo a autora. Isso contribui para uma omissão e silêncio acerca do espaço que o branco ocupou, e ocupa na sociedade (BENTO, 2002). Segundo a autora a primeira questão que pode ser observada sobre a branquitude, é que há um reconhecimento por parte dos indivíduos, de que há um problema, sendo este atrelado a escravidão, mas esse é um espaço histórico e um discurso que os indivíduos brancos aparecem como ausentes, é como um legado inerte a qual os brancos não fazem parte. (BENTO, 2002). E ainda, como conta em sua obra, é sempre bom lembrar que não foram os negros que inventaram o racismo, esse silêncio sobre o papel do branco na escravidão, dos indivíduos que saíram com os lucros da produção de trabalho de um outro grupo, contribui para que os brancos “não trabalhem para pagar suas contas”. (BENTO, 2002)

Outra autora que está preocupada com a identidade branca em 2002 no Brasil é Edith Pizza, em suas obras “Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu” e “Porta de vidro: entrada para a branquitude” em ambas as obras a autora escreve a respeito do branco não se enxergar como um ser racializado a partir do que discorre Frankenberg acerca da invisibilidade branca. Pizza descreve que há um choque, semelhante a se deparar com uma porta de vidro, quando os indivíduos brancos tomam conta de sua identidade racial (PIZZA, 2002). De certo modo, podemos compreender esse fenômeno como o que aconteceu com McIntosh e Frankenberg, elas se depararam com tal porta de vidro ao longo de suas pesquisas.

Nesse sentido, Lia Schuman (2016) em sua obra elabora um aparato sobre a normalidade que a pele branca confere, sendo assim vista pelos sujeitos brancos. Essa invisibilidade é fundamentada através de Edith Piza (2002) e Ruth Frankenberg (1999), e isso está relacionado ao sujeito branco não se perceber como um ser racializado. Ao mesmo tempo, é importante apontar que para Cardoso (2010), embora pesquisadores apontem para a invisibilidade - o branco não se enxergar como um indivíduo com uma raça - isso não passa de uma ideia fantasiosa. Ao mesmo tempo que o autor concorda com Ruth Frankenberg, no sentido que na colonização, ingleses, portugueses, espanhóis, holandeses e

alemães foram marcados, ou se autodefiniram, como brancos em relação aos nativos, ele conclui que mais importante do que argumentar a respeito da invisibilidade, é analisar se essa identidade racial é marcada pela invisibilidade, e como consta Cardoso, essa característica foi realizada pelos próprios teóricos norte-americanos. Mais importante ainda é destacar que para Matt Wray (2004, pag 357), segundo ele, esse ponto de vista de caracterizar a branquitude como "invisível" contribui para que o branco não questione suas vantagens raciais. (WRAY, 2004 apud CARDOSO, 2010, p. 619)

### 1.2.3 O Branco crítico e acrítico.

Alguns autores ainda tratam de se aprofundar e buscar analisar essa identidade racial de diferentes maneiras, como é o caso de Cardoso e Schuman, que não concordam em colocar todos os indivíduos em uma mesma caixa, e sim buscam diferenciar a branquitude antirracista, e a branquitude racista. O objetivo aqui é demonstrar como a branquitude pode ser compreendida e atuar de diversas maneiras na sociedade, e que é necessário investigações em todas as suas dimensões para um debate racial mais assertivo.

Cardoso faz um aparato sobre os estudos da branquitude debatendo sobre sua forma crítica e acrítica, ao discorrer sobre a mutabilidade e relatividade da branquitude, que pode ser expressado em suas duas formas, reconhecendo e desaprovando o racismo, mas também em sua forma oposta, em atitudes de reprodução e sustentação do racismo (CARDOSO, 2010, p.614). Os estudos da branquitude crítica são mais facilmente encontradas em países como os EUA e a Alemanha. Está representa uma agenda preocupada em investigar a identidade branca em sua forma crítica, ou seja, que desaprova o racismo. Os "*critical whiteness studies*" tratam de analisar as diferentes manifestações do racismo, colocando em destaque a contraposição entra a prática racista daquele que condena e daquele que sustenta a superioridade moral. A obra de Cardoso é inspirada nos *Critical Whiteness studies*. Vale lembrar que são linhas de pesquisa dos Estados Unidos e do Reino Unido os que se preocupara em investigar e diferenciar um indivíduo racista com práticas sutis, comparadas a um racismo homicida. E como elaborado por Cardoso, há um consentimento em torno de múltiplas formas de branquitude, assim como de racismo, mas há uma

carga maior de pesquisas que abordam a branquitude em seu sentido crítico, ou seja de indivíduos que possuem atitudes racistas, mas condenam a prática, em relação a racismo acrítico, que seria movimentos como Ku Klux Klan, que praticam um racismo homicida, o que acaba por deixar essa agenda em específico praticamente vazia, principalmente nas agendas de língua inglesa e portuguesa. (CARDOSO, 2010, p. 612)

Cardoso realiza em seu trabalho uma revisão bibliográfica de autores preocupados com estudos analíticos da identidade branca no brasil. São estes: Alberto Guerreiro Ramos, (1995[1957]a); Edith Piza (2000, pp. 97-125; 2002, pp. 59-90); César Rossato e Verônica Gesser (2001, pp. 11-37); Maria Aparecida Bento (2002<sup>a</sup>, pp. 1-10; 2002b, pp. 25-57; 2002c, pp. 147-162), Liv Sovik (2004b, pp. 315-325) e Lúcio Alves de Oliveira (2007, pp. 66-78). Até 2010 esses eram os autores preocupados com a branquitude, atualmente, o próprio autor Lourenço Cardoso soma-se a esses pesquisadores, assim como, Lia Schumman dentre outros.

Mas além desses autores, podemos citar outras obras e autores preocupados com a análise da branquitude crítica no brasil. São esses: "Racismo Recreativo: As Faces do Racismo Camuflado no Cotidiano Brasileiro" (Adilson Moreira): O autor explora as formas veladas de racismo e como a branquitude muitas vezes reproduz essas práticas de forma inconsciente, perpetuando desigualdades raciais.(MOREIRA; RIBEIRO, 2019). Também há "Dicionário de Branquitude: Termos Raciais em Corpos Brancos" (Makota Celinha e Sueli Carneiro): Este livro traz uma análise crítica dos termos e conceitos relacionados à branquitude, discutindo o uso dessas palavras e a construção das identidades brancas. Ou então, "Racismo e Anti-racismo no Brasil" (Liv Sovik), nesta obra, a autora examina a branquitude e suas implicações no contexto brasileiro, destacando a importância do anti-racismo como resistência à lógica racial dominante. E que assim como a obra "Branquitude: Novos Paradigmas" (org. Melvina Lobo e Marina Gomes), reúne textos que abordam a branquitude em diversos contextos e áreas do conhecimento, oferecendo diferentes perspectivas sobre o tema.

Outro elemento importante de ressaltar, e necessário para entender a extensão da discussão da Branquitude, são suas formas, a crítica, que em linhas

gerais seria o branco antirracista, e que desaprova publicamente o racismo, e a branquitude acrítica, seria o branco que observa e sustenta ideais racistas por acreditar que sua cor detém privilégio. Cardoso, ressalta que a criticidade surge e ganha mais vigor na comunidade internacional, principalmente na ONU, por exemplo, a II Guerra mostrou Hitler e seu holocausto baseado na ideia da superioridade da raça ariana, isso resultou em milhões de judeus mortos. É aqui, que segundo seu trabalho, a branquitude crítica se preocupa em analisar e em condenar tais ações, enquanto a branquitude acrítica, não tem tais preocupações, e não só justifica, como reescreve tais fatos, a fim de minimizar o holocausto e exaltar Hitler. (CARDOSO, 2010)

Tanto Schumman (2016) quanto Cardoso (2010) concordam que essa invisibilidade, é conferida pelo branco por uma ignorância com interesse, pois é o fato de se isentar que confere e continua a manter os privilegiados do ser branco com a identidade racial não marcada. Ambos tratam de separar aqueles que agem por ignorância ou por interesse inspirados no *Critical Whiteness Studies*. Outro elemento importante para entender a identidade do indivíduo branco, é entender o acordo silencioso que mantém uma estrutura de privilégios nos espaços sociais.

Segundo o autor, os *critical whiteness studies* analisam as diferentes formas de manifestação de racismo, tanto o lado crítico quanto o acrítico, para ele não cabe concordar com estudos que generalizam o mesmo conceito, um selecionador de RH que escolhe um branco em detrimento do negro por acreditar na superioridade branca, e um racista que assassina uma pessoa. Não cabe colocar estes em uma mesma caixa. Sendo assim, o estudo da branquitude crítica e acrítica de Cardoso se propõe a contribuir com uma melhor observação, análise e solução do conflito racial. É importante destacar que os autores que concordam com Albert Memmi, e que assim como esse trabalho, consideram relevante retratar o opressor e oprimido, isso não significa estar negligenciando os estudos sobre a negritude e sim, sendo responsáveis por preencher um espaço quase vazio nos estudos raciais. (CARDOSO, 2010)

É possível compreender essa invisibilidade, também como uma cegueira de cor. É sobre isso que o autor Eduardo Bonilla-Silva se debruça em sua obra “Racismo sem racista – O Racismo da Cegueira de Cor e a Persistência da

desigualdade na América”. Ele busca compreender como é possível haver desigualdade em um país onde seus habitantes não consideram a raça como um fator determinante, além disso, como esses explicam essa cegueira, já que há uma desigualdade de cor na América baseada na cor. (BONILLA-SILVA, 2020, p.18) Seu argumento é que o racismo contemporâneo é reproduzido por práticas que objetivam manter os negros e outras minorias raciais no mais baixo debate. É reproduzida por práticas de um novo racismo, caracterizadas por serem sutis, institucionais, e tentam não se parecer racistas. (BONILLA-SILVA, 2020, p.20). Essa cegueira atua como a armadura ideológica, que preserva silenciosamente e sem alarde os privilégios brancos. (*ibidem*, p.22). Cida Bento discorre sobre isso ao descrever o “Pacto narcísico da branquitude”.

#### 1.2.4 O Pacto Narcísico da Branquitude

É importante evidenciar as formas em que a raça branca mantém a sua posição de privilégio na sociedade. Nesse sentido, Maria Aparecida Silva Bento, em seu trabalho, explica a Indignação narcísica, que acontece apenas quando problemas de trabalhos afetam a classe do grupo de pertença. Essa é uma forma de compreender como a branquitude pode mover ou sustentam uma estrutura de poder, para se manterem privilegiados.

Sobre o “Pacto Narcísico da Branquitude”, a socióloga diz:

“O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. Quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiros usam quase que exclusivamente o modelo branco” (BENTO, 2002, p. 10)

Em síntese, o pacto da branquitude se refere a um compromisso velado que os brancos estão inseridos, uma forma dos brancos manterem-se em uma estrutura racial e social que os privilegiam.

Porém, também vale ressaltar que a branquitude possuiu uma fragilidade. É isso o que explica Robin DiAngelo, em sua obra "fragilidade branca", onde discorre sobre o ambiente isolado de estresse racial ao qual o branco ocupa, principalmente os da América do Norte, para ela, esse ambiente cria expectativas brancas de conforto, concomitantemente a uma baixa na

capacidade de lidar com estresse racial. Sendo assim, mesmo uma baixa quantidade desse estresse é capaz de gerar, e liberar movimentos defensivos, provocando emoções como medo, culpa e raiva. (DIANGELO, 2018)

A Branquitude possui diversas características, que se apresentam no âmbito doméstico na forma da normalização da estrutura racializada, porém no contexto social, da mesma maneira demonstra diversas características necessária de serem retratadas para possibilitar uma maior contribuição com esta agenda de pesquisa.

### **1.3 A branquitude e sua dimensão internacional**

Como discutido até o momento, a Branquitude e as relações internacionais são próximas. Mas como a branquitude surge como discussão, e como isso influenciou na formação da disciplina e na área das relações internacionais? Para compreender melhor isso é possível abordar Mills, que explica como o racismo, supremacia branca, atua como um modelo político de dominação local e global a serviço da branquitude. E retornar a “Linha de cor global”, teoria de Du Bois que também serve para explicar a estratificação da sociedade. Nessa sessão, é demonstrar a atuação da branquitude, e sua proximidade com a formação da disciplina de relações internacionais.

#### *1.3.1 A supremacia branca como sistema político*

O filósofo jamaicano Charles W. Mills, (1997), é de grande importância para a compreensão da construção e sustentação dos privilégios brancos que parte de um “contrato racial” ao qual os signatários ou não, que sejam ou se considerem brancos, aproveitam dos privilégios. O Contrato Racial se baseia no contrato social, porém mais especificamente, como diz a obra, "as pessoas que contam", ou seja, os brancos. O Contrato Racial se apresenta nas violações racistas do contrato social, que de fato dá suporte ao Contrato Racial. (MILLS, 1997, p. 3). O termo trata de criar uma ponte teórica entre duas áreas segregadas. Por um lado, o *mainstream*, do outro, os outros. Ou seja, os povos nativos americanos, africanos, americanos, os pensamentos políticos do terceiro e quarto mundo focados em problemas como a conquista, o imperialismo, o colonialismo, o estabelecimento branco, o direito de terra, raça, racismo,

apartheid, autenticidade cultural, identidade nacional, indigenismo, e afrocentrismo.(MILLS, 1997)

Mills compreende o racismo, supremacia branca, como um modelo político de dominação local e global a serviço da branquitude, e não enxerga apenas como uma doença social ou fruto da ignorância. Sendo assim, esse silêncio e omissão da disciplina e da área de relações internacionais poderia ser segundo o filósofo uma evidência importante de que o assunto não é de interesse particular. Mills trata de dividir o contrato racial e 3 dimensões, moral, por se tratar de um código e uma psicologia moral, político, ao passo que explica formação e construção da sociedade e o estabelecimento do Estado; e epistemológico, pelo fato de criar um estado cognitivo de superstição e ignorância, uma cegueira produzida para enxergar erroneamente o mundo. (MILLS, 1997, p. 9-19)

O caráter epistemológico é importante pois fundamenta a conservação colonial, que sustenta o sistema supremacista branco e seus privilégios, é desta forma, seguindo uma política de memória, que o pensamento moral, e principalmente político de uma sociedade se transforma, sendo construído e reconstruído. Ao compreendermos que a o contrato racial fundamenta que a sociedade e suas organizações foram construídas por pilares racistas, não é de se assustar que o sistema internacional reproduza esse contrato de maneira global, pois como consta Mills, esse contrato atua tanto no micro quanto no macro, no local e global. (MILLS, 1997, p. 47)

O autor compreende a supremacia branca como um sistema social e político que atua no benefício dos brancos ao custo de todos os outros, ou seja, negros, indígenas e todos aqueles diferentes deles. Além disso, Mills colabora com diversas contribuições para o debate racial, primeiramente, ele aborda uma visão do mundo racializada, ou seja, uma perspectiva racializada que coloca os brancos no topo e os não-brancos como “outros”. E, aborda a cidadania racializada, se refere a ideia de cidadania limitada à raça branca e os não brancos são excluídos ou tratados como cidadãos de segunda classe.(MILLS, 1997)

Mills argumenta que o Contrato racial subscreve o contrato da modernidade social ao passo que “constrói” raças. Ou seja, a raça branca é

trazida a existência através desse contrato ao qual a população mundial seguiu, uma raça inventada e única, e como dito pelo próprio Mills: “*White by law*”. Nesse sentido, é possível comparar com uma mesa de pôquer, onde a raça branca é o “*dealer*”, quem comanda a mesa e sempre dá as cartas, com suas características e valores, mas não recebe uma definição, e se apresenta como ausente de um “jogo de raças”.

Para tanto, Mills aborda os contratualistas, Hobbes, Locke, Rousseau, e Kant. Hobbes surge descrevendo um estado de natureza onde todos possuem direitos a todas as coisas, onde talvez baseado pelos escritos do descobrimento da América, alguns afirmam que o Estado de natureza pode ser comparado as Américas, e como pelo pensamento dos pesquisadores da época, havia quase um consenso a respeito da ausência de uma comunidade, as Américas seriam terras sem leis, ausentes de letras, sem cultura e sem arte.

Sobre isso o autor diz:

"É importante notar que há uma lógica racial implícita no texto: o estado literal de natureza é reservado para os não brancos; para os brancos, o estado de natureza é hipotético. O conflito entre brancos é visto como o conflito entre aqueles com soberanos, ou seja, aqueles que já estão (e sempre estiveram) na sociedade. A partir desse conflito, pode-se extrapolar, por assim dizer, o abismo racial e imaginar o que aconteceria na ausência de um soberano governante. No entanto, sabemos que os brancos são demasiadamente racionais para permitir que isso aconteça com eles. Assim, o mais notório estado de natureza na literatura contratualista - a guerra bestial de todos contra todos - é na verdade uma representação não branca, uma lição racial para os brancos mais racionais, cujo entendimento superior da lei natural aqui se apresenta na sua versão prudente, mais do que altruísta, permitindo-lhes tomar as medidas necessárias para evitá-lo e não se comportar como selvagens." (MILLS, 2004, p.26)

Mills também é responsável por explicar como a supremacia atua em 6 diferentes dimensões. 1) Política e judiciária; 2) Económica; 3) Cultural; 4) Avaliativa e Cognitiva; 5) Somática; 6) Metafísica. Todas essas são estruturadas ou atuam para manter o *Status* de privilégio dos indivíduos brancos.

1) Esfera política judiciário, se dá através da criação de leis que sustentam o status-quo de privilégios brancos, atualmente isso é mais explícito em suas consequências como a violência contra a população negra, e o encarceramento dessa população através da justificativa da justiça, a partir do meio policial, que

atua pela política. 2) Esfera económica, ou seja, oportunidade de emprego e salário digno para os brancos. 3) Esfera cultural, isso remete a imagem dos indivíduos não brancos ainda ser associado a algo negativa, e estereotipado. 4) Esfera avaliativa e cognitiva, isso refere-se a forma como o conhecimento atua para centralizar a experiência branca, e prioriza características brancas de pensar, ser e agir, ou seja, todos os “outros”, negros indígenas, são de certa maneira forçados a emular tal comportamento para obter sucesso na sociedade racista. Agora em relação ao tópico 5) Esfera Somática, isso está relacionada em como os corpos racializados são vistos de forma diferente. 6) Esfera metafísica, refere-se em como o mundo foi e continua sendo em discurso o formador do mundo, onde ser humano é ser branco, e ser humano de qualquer outro grupo racial é ter consigo um qualificador. (MILLS, 2004, p. 25)

Desta maneira, podemos compreender que branquitude é capaz de movimentar as estruturas da sociedade, escoradas por diferentes movimentos identitários. Um exemplo claro disso é o caso da “*Branquitude metodológica*”, descrita por Bhambra, onde o objetivo de seu trabalho é argumentar que a “brancura metodológica” generalizada distorceu os relatos científicos sociais tanto do *Brexit* quanto da vitória eleitoral de Trump e que isso precisa ser levado em conta na discussão de ambos os fenômenos. O que ele descreve é o retorno à “classe” por meio de um foco na classe trabalhadora branca, segundo ele, isso demonstra que a suposta preocupação com as realidades socioeconômicas é uma preocupação com uma nova política de identidade de raça – onde a “brancura” supera a posição de classe. (BHAMBRA, 2017)

A branquitude no cenário internacional é uma abordagem que examina como a identidade branca e o privilégio branco operam em diversas situações e eventos globais. Exemplos de como a branquitude pode influenciar e se manifestar em contextos como o *Brexit* e as eleições de Donald Trump nos Estados Unidos.

O *Brexit*, que foi a saída do Reino Unido da União Europeia, aconteceu em 31 de janeiro de 2020. A votação do referendo sobre o *Brexit*, realizada em 2016, teve um impacto significativo na política britânica e na União Europeia. A campanha do *Brexit* foi marcada por debates acalorados e muitas vezes polarizados sobre questões de identidade, imigração e soberania nacional. No

contexto do Brexit, questões de branquitude e nacionalismo branco emergiram como fatores importantes. Parte do discurso pró-Brexit argumentou que deixar a União Europeia permitiria ao Reino Unido retomar o controle de suas fronteiras e limitar a imigração, dando a entender que uma saída da UE protegeria a "identidade britânica" e a cultura branca do país. Além disso, o referendo do Brexit revelou divisões regionais e socioeconômicas dentro do Reino Unido, com áreas mais pobres e mais rurais inclinando-se para o Brexit, enquanto áreas urbanas e mais prósperas geralmente votavam pela permanência na UE. (BBC, 2020) Essas diferenças refletiram questões de classe e tiveram sobreposições com questões raciais e de identidade.

Bhambra utiliza da publicação pós-Brexit do relatório do think tank britânico Policy Exchange, intitulado *"Racial Self-Interest is not Racism"*. Através desse relatório, Bhambra explica que Kaufmann (2017) procura argumentar que o interesse próprio racial é simplesmente identificar-se com o próprio, um fenômeno de "parcialidade grupal". "Todas as outras culturas minoritárias são capazes de expressar pertencimento cultural e então por que as populações de maioria branca são estigmatizadas quando desejam fazer o mesmo", essa é a questão principal do autor. Ao aceitar que os grupos cuidarão de seus interesses culturais, econômicos e demográficos' e, por mais lamentável que isso seja, continua ele, tal clandestinidade ' não merece a denominação de 'racista' (2017: 10). A parcialidade da minoria, diz ele, geralmente não é considerada racista, por outro lado, os brancos que expressam sentimentos racialmente egoístas geralmente são" (Kaufmann 2017: 10). Bhambra aponta que a solução encontrada por Kaufmann, sugere o que chama de hierarquia e dominação produzida através do acúmulo de oportunidades concomitantes de linhas de diferença. O que ele destaca é o fato de os grupos majoritários cuidarem de seus próprios interesses, sejam eles, econômicos, culturais ou demográficos, ignorando as minorias que vivem entre eles. (BHAMBRA, 2017)

Neste contexto, o autor de Brexit, Trump e "brancura metodológica" expressa que argumentos como os de Kaufmann, de que a diversidade dá origem à solidariedade em declínio, derivam de uma falha em considerar a ausência anterior de solidariedade entre as linhas raciais que explica a atual distribuição de vantagens e desvantagens que entrou em disputa (BHAMBRA,

2017). É importante compreender aqui a diferença na expressão de grupos, enquanto os dominados expressam sua minoria por um sentimento de inclusão, os dominadores, expressam isso por desejo de exclusão e domínio. Por um lado, os primeiros não podem ser separados da desigualdade, enquanto o segundo caso, a bandeira, a política identitária expressa uma vontade de manter o *status quo*, e a desigualdade. O que a obra de Bhambra quer apresentar é a culminação de tais sentimentos grupais, observáveis nas vitórias das campanhas do Brexit e Trump". (BHAMBRA, 2017, p. 219)

Outro exemplo seria Eleições de Donald Trump: A eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em 2016 foi uma virada política significativa que teve implicações nacionais e internacionais. A campanha de Trump foi marcada por uma retórica controversa, incluindo posições sobre imigração e política externa. Muitos analistas apontaram que a eleição de Trump foi influenciada por questões de branquitude e identidade branca. Sua plataforma "*America First*" (América Primeiro) foi interpretada por muitos como uma apelação aos eleitores brancos que se sentiam ameaçados por mudanças demográficas e econômicas. Além disso, seu discurso anti-imigração e promessas de construir um muro na fronteira com o México ressoaram entre eleitores que expressaram preocupações sobre a preservação da identidade e cultura branca nos Estados Unidos. (BHAMBRA, 2017)

Esses exemplos destacam como a branquitude e as questões de identidade branca podem influenciar o cenário político e internacional, moldando perspectivas e influenciando decisões políticas. A compreensão desses fatores é fundamental para analisar como a política global é moldada por dinâmicas raciais e de privilégio. E ainda, considerando que o racismo, como ideologia se sustenta na ideia de superioridade moral, intelectual, estética e física do grupo racial branco. Dessa maneira, é uma forma de controle de poder, e distribuição de recursos (SCHUCMAN, 2012). Sendo assim, é importante e necessário colocar a branquitude na posição de discussão, como uma posição de privilégio e poder no sistema internacional. A força e a violência, não foram as únicas alternativas para sustentar a espoliação da maioria, pela minoria europeia, outra opção foi um sistema de pseudojustificação, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. (RAMOS, 1955, p. 220)

### 1.3.2 As organizações internacionais e a Raça.

Para entender como a sociedade Internacional foi estratificada de forma racial é retornar a Du Bois com sua teoria de “Linha de cor global”, a estratificação sustentada na raça. Nesse sentido, Du Bois teorizou, no século XX, sobre a “Linha de cor”, considerada uma estratificação sustentada na raça, responsável por formar e delinear o mundo, ainda define a estrutura global de poder da raça branca baseada em forças económicas, políticas e ideológicas, sendo assim preestabelece a ideia de raça, não como entidade biológica, e sim como uma ferramenta de cunho sociológico integrado como elemento da política internacional. (DU BOIS, 1987) (SILVA, 2021).

Ao considerar a Primeira Guerra Mundial e identificar que esse era o ponto auge do racismo, que já se movimentavam nas relações internacionais nas ações colonialistas e imperialistas, principalmente no que toca às questões da divisão da África. Assim, é nítido o silenciamento destas questões na disciplina e na área, o que colabora com essa compreensão quando se destaca que o artigo de Du Bois foi publicado em uma revista importante de RI, *Foreign Affairs*, sucessora do *Journal of Internacional Relations*, essa por sua vez, sucessora da *Journal of Racial Development*. Ou seja, há um apagamento sistemática da questão de Raça nas Relações Internacionais, sendo omissa nas questões que concernem ao racismo, a escravidão, e a centralidade do colonialismo para área. (JONES; 2006; KRISHNA; 2006 Aput SILVA, 2021).

Um exemplo de como a raça foi esquecida, mesmo sendo um tema importante para a conformação da disciplina, reside no seu tratamento por parte das organizações internacionais. Uma linha em específico estava preocupada com a paz no mundo e a boa relação entre as nações.

A Liga das Nações, estabelecida após a Primeira Guerra Mundial em 1920, tinha o objetivo de promover a cooperação internacional, a paz e a resolução pacífica de disputas entre os países. No entanto, em relação à questão do racismo, a Liga teve algumas considerações limitadas e não conseguiu enfrentar adequadamente esse grave problema social e político. Durante o período em que a Liga das Nações estava em funcionamento, muitas das nações membros ainda estavam envolvidas em práticas coloniais e racistas. O racismo era generalizado em várias sociedades, e a discriminação racial era uma

realidade para muitas minorias étnicas e grupos marginalizados. Embora questões como a etnia e o imperialismo tenham influenciado para que a Primeira Guerra ocorresse, a raça não chega a ser citada no tratado de Versalhes, que originou a Liga das Nações.(FUNAG, 2016)

Uma das principais falhas da Liga das Nações em relação ao racismo foi sua incapacidade de abordar as políticas racistas e as violações dos direitos humanos que ocorriam em alguns países membros. A Liga tinha como princípio a não interferência nos assuntos internos dos Estados, o que limitava sua capacidade de atuar contra o racismo institucionalizado em alguns países. Além disso, a própria Liga das Nações não era uma instituição livre de preconceitos. Os países membros que a lideravam muitas vezes tomavam decisões com base em seus interesses geopolíticos e econômicos, o que nem sempre considerava a igualdade racial e a justiça social. Esse auto interesse dos membros, e a falta da adesão por parte das potências hegemônicas do momento foram alguns dos motivos do fracasso da organização. (LETICIA SAMPAIO; RUSSO LOPES, 2011, p. 15)

Uma das exceções notáveis foi o trabalho da Seção de Mandatos da Liga das Nações, que tinha a responsabilidade de supervisionar os territórios administrados sob mandato após o colapso do Império Otomano e do Império Alemão. Esses territórios incluíam áreas no Oriente Médio e na África. A Seção de Mandatos, liderada pelo mandato britânico, empreendeu alguns esforços para promover políticas educacionais e sociais que combatessem o racismo e a discriminação em suas áreas de influência. No entanto, esses esforços ainda eram limitados e frequentemente subordinados aos interesses coloniais dos países europeus. A gestação do racismo, enquanto uma ideologia racista de dominação, se deu nos primórdios do capitalismo mercantil, emergindo da competição entre os diferentes povos europeus pelo enriquecimento e desenvolvimento de suas nações, e pelo controle do continente europeu. (ALVES, 2018, p. 2)

Em resumo, embora a Liga das Nações tenha sido criada com o objetivo de promover a paz e a cooperação internacional, suas considerações sobre o racismo foram insuficientes e limitadas. Ela não conseguiu enfrentar adequadamente o problema do racismo institucionalizado em muitos países

membros e, em alguns casos, até perpetuou ou tolerou práticas discriminatórias. (LETICIA SAMPAIO; RUSSO LOPES, 2011). Apesar de suas limitações, a Liga deixou um importante legado na busca por uma ordem internacional mais justa e pacífica, que culminou na fundação das Nações Unidas após a Segunda Guerra Mundial, que ocorre justamente por questões raciais, e que acaba por ser um tema não aprofundado pela organização.

Porém, isso foi esquecido em meio a tudo que ocorria na época de formação das instituições internacionais? Há autores como Silva (2021) que compreendem isso como um esquecimento ou apagamento sistemático da importância da raça nas relações internacionais, ao considerar as contribuições de Du Bois e sua teoria da linha de cor global, por outro lado, há autores como Mills que diriam amnésia, mas de qualquer forma, ambos com interesses.

### *1.3.3 País do Homem Branco e os Estados Frágeis*

Ao compreender que desde o princípio da concepção de raça, as relações internacionais se desenvolviam e se estruturavam na sociedade. O “Contrato Racial”, e a “Linha de Cor Global” auxiliam na compreensão de como se conformou no imaginário internacional uma ideia de que países não brancos, ou seja, com um maior percentual de pessoas não brancas, são infantilizados e necessitados de ajuda para se estabilizar aos moldes sociais, econômicos e culturas do parâmetro ocidentais, são “metade demônio”, e necessitam da guarda internacional para se manterem, ou alcançaram a paz, por isso são “metade criança”. Como consequência, esse processo influenciou em políticas que ignoram a importância racial para seu desenvolvimento e sucesso, esse é o caso das Operações de Paz, que sem a devida criticidade resulta em processos questionáveis, a MINUSTAH, o estudo de caso deste trabalho apresentará bem essa problemática. Por tanto, o objetivo aqui é abordar como se criou a ideia de “País do Homem Branco”, que poderíamos dizer, pelo “fardo do homem branco”, são os salvadores internacionais dos “Estados Frágeis, ou falidos”, e compreender: Essa ignorância seria por interesse? Um esquecimento, ou uma amnésia da importância da raça nas relações internacionais?

Nesse sentido, Debra Thompson, no livro de Anievas, Machanda e Shilliam, argumenta que não se trata de um esquecimento, ou amnésia, um

evento não proposital, e sim uma questão de Afasia Racial, intencional e objetivo em esquecer em como a sociedade foi formada em uma estrutura racial. Thompson também argumenta que a raça é enxergada como força apolítica e uma questão totalmente doméstica. (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015)(THOMPSON, p. 75) E como podemos perceber através de sua obra isso não é verdade. A autora diz:

“A supremacia branca como uma instituição global e o racismo como uma estrutura social pervasiva são obscurecidos pela dominação positivista e foco no empirismo em RI e na necessidade de estabelecer causalidade na política comparada; como resultado, o racismo é reduzido a atos ou atitudes individualistas abomináveis. A promessa da sociedade pós-racial é realizada não por meio de reparações ou igualdade substantiva, mas na imposição de discursos livres de raça que mantêm as ordens raciais internacionais e domésticas firmemente enraizadas.” (THOMPSON, p. 77)

Segundo Thompson, se há uma ideia de raça, ela é global. Uma vez que o conceito surge ao mesmo tempo que a era do império e da construção nacional, a raça surgiu na dimensão transnacional e foi criado para ser principal nos debates da era moderna. Isso acontece em parte por estar incluso nos principais debates nessa era, como no comércio global de escravos, o abolicionismo, o darwinismo social, e outros atos até o terrorismo do século XXI, segundo a autora, todos esses reproduziram e mudaram o significado de raça. Através desse debate Thompson explicar como é possível o tratamento por parte dos pesquisadores de Ciência Política com o Estado-nação e sua relação com a raça.(ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015, p. 78)

Robert Vitalis (2000) e estudiosos semelhantes podem teorizar a supremacia branca como uma norma global e o racismo como uma instituição nacional e sua influência duradoura na constituição da ordem mundial (VITALIS, 2000 *apud* THOMPSON). Outro elemento importante de ser apontado reside no fato que pesquisadores como Lake e Reynolds ao conceitualizar a branquitude como um elemento Transnacional, em sua identidade e inspirações, mas é nacionalista em seus objetivos e métodos. Eles explicam que a branquitude global é um projeto racial construído em debates internacionais que alimentaram uma mudança na consciência a partir do século XX e promoveram politicamente

a ideia de “país do homem branco”. LAKE, REYNOLDS, 2008, p.4 *apud* ANIEVAS; MACHANDA; SHILLIAM, p. 85)

Há um consenso entre os pesquisadores da raça, e está na mudança do conceito após a Segunda Guerra Mundial, interrompendo a lógica de raça vigente. Outro exemplo importante de ser citado é a revolução Haitiana, que assim como o colonialismo, a descolonização e a luta contra o Apartheid, influenciaram na mudança e discussão de raça. Mas certamente o Holocausto e a queda da Alemanha nazista acabaram com os pilares do racismo biológico (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015).

Este movimento transnacional descrito pela autora atua em mudar o significado de raça, que se torna algo além de um fator biológico, e sim algo que envolve produtos de forças sociais, que abarca as relações de gênero e classe. Porém a ideia de raça ainda é limitada por organizações internacionais como a ONU, a UNESCO e a União Europeia. Vale ressaltar que essas instituições internacionais não criaram essa norma, elas apenas institucionalizaram as já existentes em outros lugares. Segundo a autora, o mecanismo transnacional mais potente está na capacidade da ideia de alterar as estruturas de incentivo para os estados atuarem ou não, ao transformar as percepções de legitimidade entre as populações internacionais e domésticas. (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015, p. 88)

Dentro da mesma obra que teoriza a agenda de pesquisa de Du Bois. Jones aborda que há um senso comum, alvo de críticas de certos pesquisadores e reside nos conceitos de Estado Fracassado, Estado Frágil, ambos os vocabulários conceituais estão fortemente inseridos no discurso do desenvolvimento internacional e da política de segurança, construídos pelos Estados ocidentais, como os EUA, Reino Unido e a EU.(ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015)

Esses conceitos amplamente utilizados nas relações internacionais se refere a necessidade de uma governança, mas por outro lado, são elementos centrais nos discursos políticos internacionais no que toca o sul global, em especial a África, com a promoção de bom governo, medida do Banco Mundial na África a partir dos anos 1980. Ainda hoje, essa continua sendo uma medida que sustenta as iniciativas da agenda política internacionais, em questões como

a promoção da democracia, e até mesmo de cidades sustentáveis. Compreender a política internacional através desse aspecto de estado fracassado ou falido sustenta e legitima aspectos da intervenção ocidental em outras sociedades não ocidentais. (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015)

A categoria oficial de “estado frágil” foi parte da legitimação discursiva do Programa de Assistência à Governança e Gestão Econômica, um projeto largo do Banco Mundial de reconstrução pós-conflito com base nos princípios liberais de livre mercado na Libéria. Esse programa impôs um amplo controle externo sobre o desenho e a implementação de políticas nacionais, essencialmente, um modo contemporâneo de tutela (Bøås 2009; Andersen 2010; Hahn 2011, *Apud* ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015).

Sendo assim, os pesquisadores buscam uma forma mais crítica para nivelar se um estado é ou não fracassado, dessa maneira, autores como Newman (2009, p 440), sugere conceitos mais adequados como Estado colapsado, ou estado dilacerado pela guerra e regimes autoritários. De qualquer maneira, o uso deste conceito mesmo apenas para uma abordagem explicativa, recais sobre as preocupações de Du Bois no que toca uma tentativa falha de compreender sociedades não ocidentais, e as relações históricas e processos destas sociedades. Segundo Jones:

“As análises do fracasso estatal partem de uma noção ahistórica e eurocêntrica do estado como ponto de partida e, caracteristicamente, focam em processos e condições dentro do estado que são examinados isoladamente de sua formação histórica e relações globais. O passado do colonialismo e o presente da intervenção internacional são marginalizados na maioria das análises do fracasso estatal.” (JONES, p. 104)

O que Jones busca é contribuir com essa discussão ao argumentar que o discurso de boa governança e fracasso estatal é sustentado por um pilar da imaginação imperial e racializada. Além disso, essa ideia vem sendo usada para legitimar práticas de conquista, desapropriação e dominação que culminaram em estruturas racializadas, práticas e ordens internacionais (JONES, p. 105).

A partir disso é possível compreender como as organizações internacionais são guiadas por vieses racializados. Um exemplo disto está nas operações de paz, que apenas foram estabelecidas em países com uma densidade populacional não branca. Segundo Ramon Blanco (2017) as

operações de paz atuam como uma agente normalizador direcionando estados pós-conflitos. (BLANCO, 2017)

As Operações de Paz da ONU foram criadas em 1948, como resultado da Resolução 217 do Conselho de Segurança da ONU, que autorizava o estabelecimento de uma força militar para observar o cessar-fogo e supervisionar o cumprimento dos acordos de paz em conflitos internacionais. O conceito de operações de paz da ONU foi desenvolvido para ajudar a manter a paz e a segurança internacionais, intervindo em áreas de conflito após a eclosão da Segunda Guerra Mundial. (FAGANELLO PRISCILA LIANE FETT, 2013)

É necessário compreender os elementos racistas na criação dessa política, é importante considerar o contexto histórico em que as operações de paz da ONU foram estabelecidas. Na época, o colonialismo ainda estava em vigor em muitas partes do mundo, e o racismo era uma característica intrínseca dos sistemas de poder e dominação global. Essa mentalidade influenciou as decisões e políticas internacionais, incluindo a maneira como as operações de paz foram concebidas e implementadas.

Um exemplo notável que levanta questões sobre elementos racistas nas operações de paz da ONU é o caso do Haiti. O Haiti, uma nação caribenha de maioria negra, enfrentou uma série de crises políticas, instabilidade e conflitos internos ao longo de sua história. Em 2004, a ONU lançou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) após um golpe de Estado que depôs o então presidente Jean-Bertrand Aristide. A MINUSTAH tinha como objetivo principal estabilizar o país, promover a paz e o desenvolvimento, e proteger os direitos humanos.

No entanto, a presença da MINUSTAH no Haiti foi alvo de críticas por várias razões, algumas das quais têm implicações racistas. Algumas dessas críticas incluem: Abuso e exploração sexual, há relatos de abuso sexual por parte de alguns membros das tropas de paz da ONU no Haiti contra a população local, incluindo casos de exploração sexual e estupro cometidos por soldados estrangeiros. (TOLEDO; BRAGA, 2020) Esses casos destacam preocupações sobre o tratamento das comunidades negras pelo pessoal de paz, uma falta de responsabilização, já que muitas vezes, os casos de violações dos direitos humanos cometidos por membros das operações de paz não foram

adequadamente investigados e punidos.(HARVARD LAW STUDENT ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS, 2005, p. 15) Isso levantou questões sobre a impunidade e a falta de responsabilização, especialmente quando as vítimas são de comunidades vulneráveis. Também é necessário abordar o Impacto nas comunidades locais: A presença de tropas de paz estrangeiras no Haiti teve algumas relações tensas com a população, falta de participação efetiva das comunidades nas decisões e ações da MINUSTAH e uma percepção de que as operações de paz não estavam necessariamente trabalhando no interesse do povo haitiano.

Com tudo isso em mente é possível estabelecer uma conexão entre as relações Internacionais, raça, racismo. E mais importante ainda, a presença de elementos da branquitude na formação da disciplina de relações internacionais, ao passo que a raça não teve o devido tratamento nas organizações internacionais, mesmo estando presente nos dois maiores conflitos mundiais.

#### **1.4 Conclusões Parciais**

Nesse capítulo foi possível compreender como a raça foi construída por e para o benefício dos indivíduos brancos, e entender como existem privilégios raciais. Acima de tudo, foi possível compreender como a branquitude, assim como o ocidente forma criados por uma Europa preocupada em justificar suas ações, como o colonialismo, o imperialismo. Nesta parte do trabalho é possível compreender como o Branco foi construída através da dualidade entre o bom e o mau, o selvagem e o civilizado, esse contraste desde sempre colocou a branquitude como os donos do mundo, o poema, “O Fardo do Homem branco” se apresentam como um exemplo desse processo.

O mais importante é que foi possível caracterizar a branquitude da seguinte forma, detentora de vantagens e privilégios sociais que podem ser imperceptíveis para aqueles que os possuem (MCINTOSH, 1998), construída a partir do embate e contraposição às outras raças (ROEDIGER, 1991) são considerados neutros e o padrão universal escondendo sua centralidade na estrutura social, como se fosse desprovida de raça ao mesmo tempo que é moldada por privilégios, estereótipos e relações de poder. (FRANKEMBERG, 1993). Sendo considerado inerente a raça, o problema da desigualdade racial é

considerado um problema dos negros. (BENTO, 2002) A branquitude é patológica, há uma vergonha da ancestralidade negra naqueles que não são propriamente brancos, como os brancos brasileiros que são frutos da miscigenação (RAMOS, 1955). A branquitude atua na invisibilidade, mas não podemos considerá-la invisível pois isso perpetua a ausência desses indivíduos no debate da desigualdade racial (WRAY, 2004 apud CARDOSO, 2010, p. 619). A branquitude pode atuar na ignorância ou no interesse (SCHUMAN, 2016), pode ser crítica e acrítica (CARDOSO, 2010). De qualquer maneira, a branquitude é silenciosa, e age por um pacto narcísico, e de autopreservação da estrutura que os privilegia (BENTO, 2002, p. 10). E por esse motivo, também podemos caracterizá-la como frágil, uma vez que estressados pelos problemas raciais, se comportam de maneira defensiva, por um sentimento que envolve medo, culpa e raiva. (DIANGELO, 2018).

Por fim, foi possível compreender a relação íntima e marginalizada entre a raça e as relações internacionais, ao passo que a raça foi um pivô importante para os da área e da disciplina, como as falhas da Liga das Nações em manter a paz no mundo, e o imperialismo, e as ideias absurdas de raça de Hitler levaram o mundo a uma Segunda Guerra, e mesmo assim, a raça segue em um segundo plano de debates. Esses exemplos e críticas destacam a importância de reconhecer e abordar elementos racistas ou de discriminação racial nas políticas e ações, como nas operações de paz da ONU. É essencial que as políticas internacionais sejam sensíveis às dinâmicas raciais e busquem promover a igualdade e a justiça para todas as comunidades, independentemente de sua origem étnica ou racial. A reflexão e ações contínuas são necessárias para evitar o reforço de estereótipos ou preconceitos e para garantir que as operações de paz realmente promovam a paz, a estabilidade e o respeito pelos direitos humanos em todo o mundo, e de todo mundo.

## **2. AS OPERAÇÕES DE PAZ: DO TRADICIONAL AO MULTIDIMENSIONAL**

A paz foi compreendida de diferentes maneiras ao longo do tempo, desde seu sentido mais espiritual até alcançar suas diversas dimensões, incluindo além da ausência da violência, o estabelecimento da justiça social. Mas para que isso seja possível, é necessário encarar vários fatores. No sistema internacional, como foi possível compreender no capítulo anterior, falhou ao desconsiderar, ou destratar o assunto da raça como um elemento importante a ser debatido, ao passo de influenciar grades acontecimentos no sistema internacional, incluído as falhas das organizações internacionais que nasceram com o objetivo de evitar conflitos, mas que ao longo do tempo, é transformada em uma agenda preocupada com a paz, ou quase.

Nesse sentido a ONU cria políticas com essa preocupação, sendo uma delas as operações de paz, que de fato representam um avanço para a agenda que até certo dia tinha medo do termo paz, e que atualmente estabelece operações tutelada por diferentes países a fim estabelecer a paz em diversos lugares do mundo. Porém ainda assim, é um espaço de crítica, pois acaba por ficar estagnado em um formato de paz liberal, ou seja, que não está preocupada com a paz positiva, ou sustentável, que concebe a ideia Galtuniana da ausência da violência em todas as suas dimensões, e determinada ao estabelecimento da justiça social. Sendo assim, este capítulo buscará contribuir com os estudos das operações de paz ao revisitar o processo de construção dessa política internacional.

Para tanto, este capítulo será dividido em três sessões. Primeiramente busca-se explicar o surgimento das operações de paz, ao explicar o cenário internacional que precede essa política, assim como essas surgem na Organização das Nações Unidas para ser uma importante ferramenta na busca da paz, além, de abordar os principais marcos regulatórios que regem as operações de paz. Em seguida, busca se explicar a existência de diferentes momentos ou gerações das operações de paz, para tanto a segunda sessão busca apresentar a primeira geração, também chamada de tradicional, e suas características. Enquanto a terceira sessão será dedicada a discorrer sobre a transformação das operações de paz assim como a segunda geração, também conhecida como operações de paz multidimensionais, abordando suas características possibilitadas principalmente pela queda do mundo bipolar, ainda

trata de abordar a Agenda da paz, que configura um importante marco de mudança nessa política. Por fim, destacar os lugares e motivos ao qual essa ferramenta já foi empregado na sociedade internacional, a fim de buscar explicar possíveis fatores comuns a esses países que os elegeram para tais operações, visibilizando a questão racial e enfrentando a origens desses problemas, elencando as críticas da paz que liberal, mas acima de tudo, busca-se pensar um caminho que sustente uma paz com justiça social.

## **2.1 O surgimento das Operações de Paz**

A primeira sessão desse trabalho se ancora no contexto que antecede as operações de paz, e a elaboração de normas regulatórias, assim como a primeira fase dessa política da ONU, busca-se explicar os diferentes termos e entendimentos de *peacekeeping operations*, mas acima de tudo discorrer sobre sua criação e congelamento durante a guerra fria, ressaltando as nuances e transformações desse processo. Vale ressaltar, que esse capítulo se dedica a fase tradicional das operações de paz, ou seja, a fase durante o período da Guerra Fria.

Para que seja possível o entendimento das operações de paz, é necessário que se compreenda o cenário internacional que precede a criação de operações de paz preocupadas em atuar em função de resoluções pacíficas de conflito. Antes da ONU, e das operações de Paz, a forma mais utilizada e vista como a forma comum de resolver problemas entre nações era o conflito, essa era a ordem natural das coisas.(BUZAN; HANSEN, 2012). Podemos abordar esse contexto recorrendo ao processo de evolução dos Estudo de Segurança Internacional (ESI), Buzan e Hansen explicam ao solucionar o problema da delimitação do ESI passa por compreender os debates conceituais de segurança como produto de fatores históricos, culturais e políticos. A maneira específica de delimitar usada por ele são quatro questões: Privilegiar o Estado como objeto de referência de segurança; incluir tanto as ameaças internas quanto as externas; expandir a segurança para além do setor militar e o uso da força; ver a segurança como inexoravelmente ligada a uma dinâmica de ameaças, perigos e urgência. Eles ainda tratam de abordar a segurança e seus conceitos

adjacentes e explica a centralidade do conceito segurança, como uma questão de antagonismo, sendo subdesenvolvido e não problematizado. Antagonista para os pesquisadores da paz, ao ser colocado do lado realista, estratégico e militar, das batalhas acadêmicas e políticas. (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 41)

Também é necessário a compreensão da afinidade desenvolvidas entre os três conceitos, guerra, paz e manutenção de paz, que por muito tempo tomou benefício da guerra frente a outros termos, sendo o conflito bélico entendido como a prática comum para resolução de conflitos entre as nações, o que ao longo do tempo gerou destruições em diferentes esferas, principalmente no que toca a desconfiança entre os membros da Comunidade Internacional. Essa visão de centralidade de conflito começa a mudar quando se há o estabelecimento de doutrinas que visem buscar a paz ao invés do conflito, através de ações de negociações e arbitragem sobre temas discordantes. (FAGANELLO, 2013, p. 22)

O evento principal que antecede a ascensão das operações de paz é a Segunda Guerra Mundial, que além de demonstrar as falhas das organizações internacionais em manter a segurança, também apresentou novas possibilidades de resolução de conflitos. A criação da ONU resulta desse processo.

O Art 1º da Carta da ONU, estabelece como propósito primordial "manter a paz e a segurança internacional", e para tanto, devem ser tomadas medidas coletivas para ser possível alcançar tais fins.

"1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz" (Carta das Nações Unidas (1945).

Essa é a primeira preocupação de uma organização internacional que nasce após a segunda guerra mundial, sobre os escombros da vencida Liga das Nações que falhou em tal objetivo. Embora as Operações de Paz não foram estabelecidas de forma explícita na Carta das Nações, ao longo do seu desenvolvimento, com uma "agenda para a paz" e a "Doutrina Capstone", criaram-se ferramentas políticas que poderiam e deveriam ser utilizadas pela ONU para a resolução e prevenção de conflitos. Foram desenvolvidas seguintes instrumentos da paz: *prevenção de conflitos*, *peacemaking*, *peacekeeping*,

*peacebuilding* e *peace enforcement*, que devem ser utilizadas em conjunto, sendo caracterizadas por sua permeabilidade. (UNITED NATIONS, 2008 apud LIANE FETT FAGANELLO, 2013)

Para discutir operações de paz, faz necessário delimitar a compreensão desse conceito, uma vez que há diferentes termos que podem ser compreendidos pelo *peacekeeping operations*, e termos semelhantes. Como expresso por Faganello (2013) em sua obra “Operações de manutenção de paz da ONU: De que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz”, ela trata de diferenciar e explicitar a forma como tal termo é tratado pela ONU. Há uma incerteza ao termo operações de manutenção de paz, como explica a autora, o próprio site de informações das Nações Unidas utiliza os termos operações de paz e manutenção de paz, sem uma distinção.(FAGANELLO, 2013, p. 39). Em resumo, os conceitos de *peacekeeping*, são permeáveis, como um processo que depende de ações prévias, pois considera necessário um esforço contínuo devido a fragilidades (FAGANELLO, 2013, p. 48). Os termos *peace operations*, e *peacekeeping operations*, o primeiro supostamente é designado a missões além das ONU, sendo um termo guarda-chuva para o segundo, o preferido por integrantes colaboradores de tropa, como o Brasil, que alegam que esse termo fugiria de uma missão enviado por potências, já que é conferida pela ONU. O essencial aqui seria compreender o que explica Boutros Ghali, segundo ele, *peacekeeping operations* é parte dos cinco instrumentos que permitem a ONU interferir na intenção de prevenir e resolver conflitos ao redor do mundo.(FAGANELLO, 2013, p. 14) Em resumo, os conceitos *de peacekeeping*, são permeáveis, como um processo que depende de ações prévias, pois considera necessário um esforço contínuo devido a fragilidades. Dentro desse debate, se faz necessário também compreender a estrutura, e forma que as operações de paz são instauradas. Para tanto pode se abordar os principais marcos regulatórios que regem as operações de paz. Isso também é necessário para que seja possível idealizar uma crítica consistente.

### 2.1.1 Marcos Regulatórios

Um elemento importante de ser compreendido são os marcos regulatórios que regem as operações de paz, para tanto se faz necessários abordar artigos da carta da ONU que estruturam e organizam o estabelecimento de Missões de Paz.

Segundo as Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2008, p. 21) caso alguma ameaça seja levada ao Conselho de Segurança, a medida tomada pode ser a realização de uma operação de paz através de uma resolução, que delinea e limita o mandato dessa operação. Nisto deve ser estabelecido as características, o objetivo, as atividades e ação a serem desempenhadas, além do tempo de duração assim como a divisão das responsabilidades entre as entidades locais e as nações unidas. Isso é de grande importância pois funciona como um guia para os *peacekeepers*, já que isso permite um funcionamento adequado.(UNITED NATIONS, 2008 apud MAIDANA, 2012)

A partir do momento que uma operação de paz é desencadeada pelo Conselho de Segurança, fica a cargo do secretário Geral promover um *Status of forces agreement*, chamado pela sigla SOFA, isso trata de regular a presença das Nações Unidas no país anfitrião. E ainda, baseado nos Artigos 104 e 105 da Carta da ONU, estabelece os direitos e deveres do pessoal e da força mobilizada nas Operações de Paz. Além disso, estabelece a imunidade do pessoal envolvido para o melhor desempenho da operação. No SOFA, constam o *status* da operação de paz e dos *peacekeepers*, a responsabilidade civil e criminal, assim como a jurisdição a que serão impostos os membros da missão, também há a forma de resolução de conflitos e litígios e a proteção do pessoal da ONU dentre outras questões.(MAIDANA, 2012)

Dentro do estabelecimento de normas para a instauração de uma missão de paz, há a necessidade de estabelecer as responsabilidades administrativas e logísticas da missão, isso fica a encargo do *memorandum of understanding* (MOU), e se refere a um contrato firmado entre as Nações Unidas e o TCC, elaborado a partir do modelo MOU presente no COEManual, e é realizado pelo representante permanente do país com a Organização do Subsecretariado-Geral do DPKO. (MAIDANA, 2012b) Ademais, outro processo importante é o *Rules of engagement*, comumente chamado de ROE, é um documento anexo ao MOU e trata de delimitar o emprego da força por parte dos militares. O uso da

força deve depender dos propósitos da Carta da ONU, do mandato do Conselho de segurança, e ainda, os princípios do direito internacional e humanos.(MAIDANA, 2012b)

Segundo United Nation (2008, p.25) para haver uma paz duradoura, deve-se realizar quatro tarefas, em primeiro lugar reestabelecer o exercício da segurança e da ordem pública para o Estado, em seguida, fortalecer o Estado de direito, ou seja, o *Rule of Law* e a confiança e respeito pelos direitos humanos, também deve-se apoiar a reestruturação de instituições políticas legítimas, principalmente no que se refere a participação da população. Por fim, promover a recuperação económica e social, juntamente com a volta de refugiados e deslocados internos. (United Nation 2008, p.25 apud LIANE FETT FAGANELLO, 2013)

Nesse sentido, outra obra importante na agenda de operações de paz está na contribuição de Javier Rodrigo Maidana, com o trabalho: “Operações de Paz multidimensionais das nações unidas: Consolidação (ou não) desse instituto jurídico internacional para a situação de pós conflito intraestatal a partir da experiência das nações unidas para a estabilização do Haiti, MINUSTAH”, onde ele confere um aparato histórico bem abrangente em relação as gerações das operações de paz, além de se debruçar sobre outro tópico importante dessa obra, a MINUSTAH. Depois de 1948, após o primeiro envio de soldados para o conflito no oriente médio, até 2011, segundo o autor ocorreram 64 operações de paz, estando em curso até então 14 destas. (MAIDANA, 2012b, p. 32)

Vale notar e destacar que as operações de paz podem ser diferenciadas através de gerações e características distintas. Isso acontece principalmente por conta das mudanças no contexto histórico internacional, e vontades políticas dos Estados mais influentes na decisão de uma ação, além de anseio de estados de porte médio em busca de destaque no cenário internacional. Nessa agenda de pesquisa costuma-se apresentar essa divisão em 4 gerações. A primeira refere-se a fase inicial que acontece a partir das organizações de 1948. A segunda geração destaca-se pela grande gama de atuação em atividades passivas de execução no local foco da ação. Essas são as únicas divisões reconhecidas pela ONU, e chamadas de fase tradicional e multidimensional respectivamente. Isso acontece porque há outras maneiras de dividir as operações de paz, como

apontado pelo autor, Kristine St-Pierre em seu trabalho “*Then and Now: understanding the Spectrum of Complex Peace Operations*”, que faz uma divisão interessante de acordo com os principais momentos históricos desde 1948 até o Pós 11 de Setembro.

Sobre isso Kristine diz:

“Portanto, embora as consequências da Guerra Fria ainda sejam relevantes para a nossa compreensão da natureza e condução atuais de operações complexas, não há dúvida de que o contexto em que as operações de paz contemporâneas são lançadas foi moldado pelos eventos de 11 de setembro de 2001; este último constitui um momento definidor nas relações internacionais.” (KRISTINE, 2011, p,76, tradução nossa)

Já a terceira geração são consideradas aquelas que visam impor a paz em um local sem a necessidade de uma das *Holly Trinitty*, o consentimento. Já a quarta geração que é mencionada por alguns autores ainda não pode ser definida ou caracterizada segundo autores como Maidana (2012). Essa geração pode ser caracterizada como mais simples, já que comparadas as demais gerações, o objetivo desta reside apenas em caracterizar uma presença internacional em uma situação de conflito para fazer valer a paz (MAIDANA, 2012b, p. 33). Embora ela se caracterize por ser a fase dos anos de 1948 a 1987, ou seja, o período da guerra fria marcada pela disputa hegemônica de EUA e URSS que buscavam expandir suas zonas de controle, nada impede que essa geração em específico seja implantada a qualquer local ou região. Segundo Maidana, o termo "operações de paz", é compreendido como as operações armadas ou até mesmo como atividade de combate. E ainda, vale ressaltar que embora sejam operações armadas, não são operações de combate. Já que essas são estabelecidas pelo Art.42 da Carta das Nações Unidas, esta sim são caracterizadas por coalizões multinacionais qualificadas para ações de aplicação direta da força no cenário internacional, e com o principal objetivo de cumprir com as determinações do conselho de segurança na utilização do que se refere a "todos os meios necessários", em referência a expressão original “*all necessary measures*”, que se refere ao uso armado para solucionar um episódio de crise. (MAIDANA, 2012b, p. 34)

Como exemplo dessas operações de paz da primeira geração ou tradicional, vale destacar, assim como Maidana a UNTSO - United Nations Truce

Supervision Organization, de 1948 e ainda atuante no Oriente Médio – trata-se de 75 anos de operação - e que supervisiona as relações de Israel com seus vizinhos Egito, Jordânia, Líbano e Síria, e que não só observa como também acompanha os acordos de cessar fogo e armistícios, além de auxiliar na contenção de possíveis incidentes e presta apoio a outras operações de paz existentes na região. (MAIDANA, 2012, p. 35). Outros exemplos, porém com uma duração mais curta citada em sua obra são: United Nation Observation Group in Lebanon (UNOGIL) de junho a dezembro de 1958 e a United Nations Preventive Deployment Force (UNPREDEP), de 1995 a 1999. As duas tratam de missões de monitoramento, sendo a primeira responsável por vigiar o traslado de pessoas, armas materiais pela fronteira do Líbano, já a segunda tinha o objetivo de monitorar e reportar atividades ao longo da fronteira entre a antiga República da Eslováquia e da Albânia.(MAIDANA, 2012b). E ainda, como consta o autor, essa é uma característica de diferenciação entre as gerações, uma vez que a da primeira geração, a tradicional, é mais simples, e abrange apenas as atividades de monitoramento. Outra questão se refere a presença limitada das nações unidas. Isso determina se uma operação de paz vai ser considerada de primeira geração ou não, já que se ultrapasse a ação de monitorar, já não pode ser considerada um a operação de paz no formato tradicional. Um exemplo deste caso é a MONUC, que de 1999 a 2006, mandato pela resolução 1279 (1999), estabelecia funções de monitoramento, mas que devido ao desenrolar do processo exigiu uma ampliação determinada pela resolução 1856 (2008) e que estabelece funções características da segunda geração das operações de paz, ou seja, a multidimensional. (MAIDANA, 2012b, p. 36)

### *2.1.2 A primeira geração das operações de Paz*

Como já abordado anteriormente, durante a Guerra Fria, a abordagem convencional de paz e segurança internacional era focada principalmente em questões militares e estatais. Isso levava a uma ênfase na prevenção de conflitos entre Estados e na manutenção do equilíbrio de poder, com destaque para a dissuasão nuclear. Nesse período, a paz era vista como a preservação do equilíbrio de poder e da soberania dos Estados. Isso resultou no que é chamado de "primeira geração" de abordagens à paz internacional, caracterizada por

mediação de terceiros para gerenciar conflitos entre Estados. Também chamada de fase tradicional das operações de paz.

As operações de "*peacekeeping*" tradicionais das Nações Unidas eram frequentemente caracterizadas pelo fato de consistir em operações essencialmente militares, que tratavam apenas de observar e sustentar acordos de cessar fogo, sendo compostos por um pequeno aparato militar. Uma das principais motivações era criar *buffers zones*, ou seja, zonas de conflito separadas. (FAGANELLO, 2013, p. 57). A base dessas operações tradicionais era o consentimento de todas as partes envolvidas no conflito, sendo esse consentimento um requisito fundamental para o envio das forças de paz, de acordo com os princípios da "Santíssima Trindade" das operações de paz tradicionais, conforme descrito por Bellamy, Williams e Griffin. Esses princípios são herdados da primeira operação de paz armada, ou seja, da UNEF I.

Bellamy, Williams e Griffin vale apontar que ao conceitualizar o assunto, os autores abordam a aproximação das operações de paz com a vertente Westfaliana do conceito de sociedade, no que concerne a paz liberal como modelo de referência, já que na ordem liberal democrática os estados se tratam com cordialidade (BELLAMY, WILLIAMS E GRIFFIN, 2010 p.13). Por sua vez, a definição desses autores a respeito do termo operações de paz vai em direção ao que concerne Willians (2010), ao compreender as operações de paz como a expedição de personalizada não informada, de força política ou militar com ou sem autorização das nações unidas, e que atue através e um mandato que deve estabelecer suas atividade, como assistir e prevenir conflitos armados, servir como instrumento para o estabelecimento de cessar-fogo, e atuar para criar um ambiente estável de negociação.(BELLAMY, WILLIAMS E GRIFFIN, 2010 p.18)

As *peacekeeping operations* tomaram vida a partir de 1948, quando aconteceu a primeira operação de manutenção de paz, no oriente médio para tratar de um conflito interestatal, que nada mais era do que o embate entre judeus e palestinos no que se refere a criação de um Estado Árabe e um judeu, proposta pela AGNU a partir da divisão da palestina. A partir da escalada do conflito o Conselho de Segurança autorizou a criação da United Nations Truce Supervision Organization (UNTSO), que tratou de enviar observadores desarmados para a região. (UNITED NATIONS, 2008 apud FAGANELLO, 2013)

Agora a primeira operação de manutenção de paz armada da ONU aconteceu em 1956, chamada *United Nations Emergency Force I* (UNEF I), realizada na Crise de Suez, e representa um marco na história dessa política internacional, pois confere mudanças fundamentais em seus papéis e mecanismos. A crise de Suez aconteceu devido ao fato de Reino Unido ter passado o controle do canal de Suez para o Egito, em julho de 1956, e que em uma ação unilateral é nacionalizada pelo Presidente Nasser. Embora houvesse tentativas diplomática de resolver o conflito, isso não foi possível, já que não foi obtiveram êxito no acordo entre os principais interessados, que seriam, Israel, Egito, França e Reino Unido (FAGANELLO, 2013, p. 59)

Após o veto a proposição dos EUA de condenar as ações israelenses no conflito, por parte da França e Reino Unido, que a saída foi a aplicação da *Uniting For Peace*. De acordo com a Resolução da Assembleia Geral 377/1950 (V) (*Unitingforpeace*), no caso do Conselho de Segurança falhar na realização das suas tarefas em função de vetos dos membros permanentes, caberá à AGNU agir em seu lugar. Desse modo, em casos de ameaça à paz, ruptura da paz ou atos de agressão, a Assembleia Geral poderá fazer recomendações aos seus membros para que medidas coletivas sejam tomadas para a manutenção ou restabelecimento da paz e a segurança internacionais. (FAGANELLO, 2013) (BELLAMY; WILLIAMS, 2010, p. 50) Por fim, foi levado para apreciação da assembleia geral.

Dessa forma, em 4 de novembro, a Resolução 988, autoriza uma operação de paz que deve ser encaminhada para a região. A UNEF I incumbida de supervisionar o cessar fogo e supervisionar a retirada de forças estrangeiras. Esta operação foi um marco porque foi a primeira vez que soldados internacionais armados estabeleciam funções específicas em um conflito interestatal, e ainda primeira e única vez que que a *United for Peace* foi convocada na história das operações de paz.

Além disso, é a partir daqui que as operações de paz estabelecem seus três princípios, ou coimo chamado pela agenda de pesquisa, a Santíssima Trindade: Consentimento; Imparcialidade, e uso mínimo da força, ou legítima defesa (FAGANELLO, 2013, p. 60). Segundo Bellamy et al, é a relação entre as operações de paz e as Nações Unidas que têm três importantes efeitos 1)

Desenvolvimento das operações de paz e da responsabilidade *ad hoc*, em conflitos, 2) Conceitos chaves da fase tradicional, ou seja, consentimento, imparcialidade, e o uso mínimo da força e 3) A reinvenção dos estados membros. Tudo isso se converte em motivos pelos quais as operações de paz e a segurança internacional tem diferentes sentido ao longo do tempo. (BELLAMY; WILLIAMS, 2010, p. 50)

O *Holly Trinity* segundo Roland Paris, decorre da primeira grande *Peacebuilding* que ocorre em 1989, perto do encerramento da Guerra fria, na Namíbia, e é responsável por acompanhar a negociação da paz que ocorria no país devido a guerra civil que afetava o país. (Paris, 2004, p. 13). E como consta ele, embora houvesse pesquisadores entusiastas que previam um crescimento de *peacebuilding operations* como gerenciamento de conflito, isso não aconteceu, já que na década que se seguiu apenas outros 15 territórios tiveram tal política empregada. (PARIS, 2004, p. 13) Outra contribuição importante do autor para compreender por que o modelo tradicional de operações de paz prevaleceu durante a Guerra Fria é que nesse contexto bipolar, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética procuravam manter controle direto sobre suas esferas de influência, evitando ao máximo a intervenção de atores externos nessas regiões. (PARIS, 2004, p. 15). Essa abordagem de política externa adotada por ambas as superpotências resultou no que Herz, Hoffmann e Tabak (2015, p. 88) descrevem como uma "guerra de vetos" no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), onde o processo decisório desse organismo para medidas mais intervencionistas era frequentemente bloqueado. (HERZ; HOFFMAN; JANA TABAK, 2015). Além disso, devido à disputa ideológica entre os EUA e a URSS, não havia um modelo de governança política e econômica aceito unanimemente pela comunidade internacional como padrão a ser aplicado nas sociedades pós-conflito (PARIS, 2004, p. 15). Isso também era exacerbado pela falta de disposições específicas sobre operações de paz na Carta das Nações Unidas e pela explícita proibição de intervenções externas em assuntos domésticos (PARIS, 2004, p. 15 apud BLANCO, 2014, p. 269)

No entanto, com as transformações na ordem internacional após a Guerra Fria, há uma mudança na natureza das operações de paz, indo além do foco estritamente estatal e militarista. Novas abordagens estão emergindo para

lidar com conflitos e desafios mais complexos, refletindo a evolução das dinâmicas internacionais. (BLANCO, 2014). As Operações de Paz surgem de diversos processos no âmbito internacional. Segundo (PARIS 2004, p 13-17) Esses processos envolvem elementos compreendidos como violência, que fere o conceito de paz estabelecido por autores como o teórico da Paz Galtung, porém mais especificamente em detrimento dessa ameaça à segurança internacional em certo período, e a relevância dos dispositivos que eram considerados os certos para a resolução desse processo de violência. (BUZAN; HANSEN 2012, p. 37-38). No contexto de transição da bipolaridade global durante a Guerra Fria para a era pós-Guerra Fria, ocorreram mudanças significativas nas operações de paz.

Assim como Faganello se debruça á dois tipos e momentos das operações de manutenção da paz, durante e pós o período da guerra fria, esse capítulo também se dedica a essas categorias de operação de paz (FAGANELLO, 2013, p. 48). A fase tradicional, que se refere ao período da guerra fria e da guerra dos vetos, e devido a essa tensão o CSNU ficou paralisado durante os anos 1948 e 1989, realizando o total de 13 missões o longo desse período. Já o segundo momento, chamado de operações de paz multidimensionais trata de abranger novas características e funções. (UNITED NATIONS, 2008 apud LIANE FETT FAGANELLO, 2013, p. 58)

Do início da década de 1960 até 1970, as Nações Unidas estabeleceram missões de curta duração na República Dominicana (*Mission of the Representative of the Secretary-General in the Dominican Republic – DOMREP*), no Oeste da Nova Guiné (*UN Security Force in West New Guinea – UNSF*) e no Yemen (*UN Yemen Observation Mission – UNYOM*), e também autorizaram o desdobramento de missões de paz de longa duração no Chipre (*UN Peacekeeping Force in Cyprus – UNFICYP*), no Oriente Médio (*UN Emergency Force II – UNEF II*) e no Líbano (*UN Interim Force in Lebanon – UNIFIL*)<sup>105</sup>.(FAGANELLO, 2013, p. 105)

A maior operação de paz em larga escala foi a do Congo (United Nations Operation in Congo - ONUC), que aconteceu em 1960 e mobilizou cerca de 20 mil militares regulados pela ONU. Essa *peacekeeping operations* foi realizada devido a declaração de independência do Congo, ex-colônia belga, em 30 de

junho de 1960. Após esse evento, uma desordem aconteceu, sendo assim, tropas belgas foram mobilizadas ao Congo sem a autorização do governo congolês, a fim de restaurar a ordem e proteger os cidadãos belgas. No primeiro momento a ONU buscava auxiliar na retirada das tropas belgas do terreno congolês e ajudar na o governo local na prestação de serviços básicos. Porém, acabou incluindo tarefas mais pretenciosas, ou seja, a manutenção da integridade territorial e da independência política do Congo, prevenção de uma guerra civil, remoção de militares e estrangeiro, além de paramilitares e mercenários do país.(FAGANELLO, 2013)

Essa missão lembrou as operações de paz os riscos e a violência das zonas de conflito, na UNOC, 250 militares morreram enquanto atuavam nessa operação, incluindo o Secretário das Nações Unidas daquele momento, Dag Hammarskjold. Em 1960 também se refere ao período que Os Estudos da Paz começam a moldar a forma como a paz é vista para academia e pela ONU, já que Johan Galtung surge como uma ruptura da Agenda da Paz, por quebrar com a ideia de paz apenas como a ausência da violência em sua forma explícita, direta, sem medo da palavra “Paz”, ao contrário dos Americanos e sua tradição que considerava a paz em seu sentido negativo (GALTUNG, 1969).

“Sendo a paz considerada a mais alta ação contra a violência, então o conceito de violência deve ser largo o suficiente para abarcar as mais significantes e variáveis formas de violência, suficientes para servirem de base para ações concretas (GALTUNG, 1969b, p. 168, tradução nossa)

Também apresenta outras partes integrantes da Pesquisa da Paz que possuem uma abordagem mais radical, analítica e politicamente, e que argumentam que ambos os lados da tensão mantinham o mundo no clima nuclear. Segundo Hansen e Buzan, isso provoca uma virada, ao invés do Estado como objeto de segurança, se coloca em questão a importância da segurança dos indivíduos, sendo esses os principais objetos de referência. .v(BUZAN; HANSEN, 2012 p.167). Os Estudos para Paz se concentraram tanto em seu sentido negativo, quanto positivo, para criticar os Estudos Estratégicos. A abordagem do trabalho é bem coesa e clara ao apresentar a distinção da paz negativa, como ausência de Guerra, e da violência física, pessoal e de larga escala, inaugural de uma agenda de pesquisa de segurança militar, e a paz positiva, que apresenta diferentes conotações ao longo dos anos, de uma

"integração da ordem humana" até o fim da guerra fria, a inclusão da "violência Estrutural", também concebida como Injustiça social em algum momentos para Galtung.(BUZAN; HANSEN, 2012, p. 167)(GALTUNG, 1990)

Em 40 anos do período entre a guerra fria e a criação da ONU, algo que esse estabelece na tradicional operação de paz é o consentimento do país anfitrião em relação a missão e a legitimidade conferida por outros estados, esses eram quesitos fundamentais para o sucesso da operação. Segundo Paris, até 1989, apenas duas operações de paz ocorreram nesse formato tradicional, a do conflito Belga e Congolês (1960), onde a missão se encontrou entre uma disputa de poder e ficou responsável por mais coisas do que o previsto, como evitar uma revolta em uma das províncias do país. A segunda é referente a *United Nations Security Force* na Nova Guiana, sendo responsável por governar o território até o fim da colônia holandesa, que durou cerca de seis meses (PARIS, 2004, p.15)

A queda do muro de Berlim uma nova ordem de visão única, que sobre os escombros do desmantelamento da URSS, o CSNU tinha suas capacidades desbloqueadas, a partir de então, as *peacekeeping operations* se tornam o principal instrumento para a manutenção da paz, segurança internacionais, e ainda a proteção dos direitos humanos. Tal desbloqueio causou uma efetividade, que a base de comparação, a fase tradicional realizou 13 operações frente a 35 realizadas durante as décadas de 90, isso acontece tanto pela mudança das motivações de conflito quanto pelos impulsos internacionais de promoção da democracia e proteção dos direitos humanos. Sendo as missões de paz uma importante ferramenta para tais fins (FAGANELLO, 2013).

Por fim, nessa sessão nos dedicamos a explicar o cenário internacional de bipolaridade e congelamento da guerra fria que possibilitou a criação e desenvolvimento dos marcos regulatórios e da primeira de quatro gerações das operações de paz, além disso, tratamos de consentir os termos operações de paz, operações de manutenção da paz e *peacekeeping* em uma mesma compreensão, assim como faz a ONU ao não diferenciar tais termos. Juntamente com isso foi tratado sobre as cinco ferramentas inseridas dentro das operações de paz, ou seja, *preventive diplomacy, peakeeping, peacemaking, peacebuilding e state-building*. Ações que não se excluem, e sim são permeáveis dentro do

estabelecimento de operações de paz, e que será melhor desenvolvido a partir da Agenda da Paz pós-guerra fria. Finalmente, foi possível compreender como as primeiras operações de paz deixaram legados de acertos e erros que seriam ou não desenvolvidos em suas gerações seguintes.

## **2.2 A transformação das operações de Paz e a Segunda Geração.**

O fim da Guerra Fria causou uma enorme mudança na estrutura geopolítica, a queda do muro de Berlim também causou uma transformação nas operações de paz, uma vez que a natureza dos conflitos havia mudado, ou seja, não atuaria mais sobre a ideia de uma potência, mas tomava o rumo de ser uma ferramenta seletiva, mandada a estados fracos e que necessitasse de auxílio em disputa de poder ou económico. É sobre isso que a segunda sessão abordará, o processo de mudança e transformações que ocorrem nas operações da paz após o fim da Guerra fria, que desencadeia operações de paz multidimensionais. Além disso, ressaltaremos a importância da Agenda da Paz que representa um importante marco no desenvolvimento dessa política.

A natureza desses conflitos, que não eram mais motivados por causas ideológicas, direciona as operações de paz para países pobres com estados considerados fracos, onde a motivação fosse disputas de poder e ganho económico. Então a partir do fim da guerra fria, que se concilia com a mudança da natureza de conflitos de ordem interestatal no globo, torna as operações de paz mais maleáveis, e com diferentes configurações.(FAGANELLO, 2013) Desde o fim da Guerra Fria, considerando os custos financeiros e de pessoal das operações de paz multidimensional, juntamente com o fato das missões tradicionais envolverem uma maior risco, e noção de complexidade de situação certa, permitindo a capacidade da volatilidade, fez com que a afirmação de que a regra vem sendo a expedição de mandatos mais estruturados, não mais a exceção. Além de trazer novos atores como *peacekeepers*, que não eram mais limitados a agentes oficiais, mas também se torna uma força ativa em busca da resolução de conflito, deixando de lado os "bons ofícios", como destaca Faganello, para atuar em um processo que crie o ambiente necessário para a paz (United Nations, 2008 apud LIANE FETT FAGANELLO, 2013, p. 67)

As *peacekeeping operations* multidimensionais foram além de manter a segurança e a paz, mas também auxiliar no processo político, proteger civis, auxiliar no processo de desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes. Além disso, também se torna responsável por organizar eleições, apoiar e criar instituições governamentais, e claro, instituir o *rule of law*. Então o *peacekeeping operations* começa a atuar na área que era antes de *peacebuilding*, porém como uma preparação para a eficácia desse processo. Elas são mais perigosas, mais difíceis, e apresentam novos personagens, os militares não são mais os únicos responsáveis, também participam como *peacekeepers* administradores, economistas, policiais, peritos legais, especialistas, observadores eleitorais, monitores dos direitos humanos, instituição de governo e trabalhadores humanitários. (FAGANELLO, 2013) A agenda da paz explica bem esse alargamento das operações de paz, e que discorreremos mais a seguir.

O mais importante disso, é compreender como as operações de paz a partir dessas mudanças, se tornaram intimamente conectadas as ações de (reconstrução de estados) ou seja, *statebuilding*. Sendo responsável não somente por ajudar a reconstruir e aprimorar instituições Estatais, mais acima de tudo, ações no sentido de conduzir, direcionar e estabelecer relação entre estados pós-conflitos e suas populações. Isso segundo Blanco se tornou a essência das operações de paz (BLANCO, 2017, p. 67).

Para Maidana, a segunda geração se caracteriza por ser a resposta aos anseios a necessidades de um mundo unipolar, as regiões que eram influenciadas por certo bloco não mais necessitavam atuar sobre tais princípios, dessa forma estabelecendo apresentações de disputas internas de poder entre facções ou separações.

O primeiro caso, o Haiti, que será o foco principal do terceiro capítulo desta obra representa bem esse exemplo, já que a crise dos anos 1994 a 1996, onde teve seu exército e sua polícia dissolvidos pelo receio de um novo golpe, tendo assim a necessidade da intervenção da ONU, para possibilitar que a segurança local fosse restabelecida, incluindo até mesmo a reincorporação de antigos membros do corpo policial, e do exército. Sendo assim, essa era a primeira necessidade das operações de paz, providenciamento de segurança à

população com policiamento, auxiliando na formação e treinamento para o recondição político, jurídico, policiamento civil e militar. (MAIDANA, 2012b, p. 38)

Segundo o documento da ONU, (UNITED NATIONS, United nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines, p. 22), estabelece que as operações de paz devem ser implementadas para atuar na segurança em territórios violentos. "Estas operações são tipicamente lançadas em um perigoso contexto de pós conflito decorrente de um combate interno violento e pode empregar uma mistura de capacidades militares, policiais e civis" Para Maidana são três os elementos que caracterizam a segunda geração. Em primeiro lugar objetivo criar um ambiente estável e seguro, ao passo que se fortalece as capacidades do Estado hóspede, respeitando o Estado de Direito e os Direitos humanos. Em segundo lugar, deve atuar em facilitar o processo político pela promoção da reconciliação pacífica pelo diálogo. E em terceiro e último lugar promover um contexto que assegure a todos os entes envolvidos em atividades de campo, através de um funcionamento coerente e integrado. (MAIDANA, 2012b)

Algumas das precursoras das mudanças no cenário das operações de paz são a MONUSCO, que atuou sobre a resolução 1925 (2010), que institui a *United Nations Organization Stabilizations Mission in the Democratic Republic*, Esta já elenca 1) a proteção de civis contra violações de direitos humanos e direitos humanitários; 2) na dissolução de militantes armados pelas forças legítimas democráticas do Congo; 3) apoiar o governo do país para que agindo conjuntamente com parceiros regionais e outros programas das nações unidas. São essas atividades de reorganização interna do Estado e atuar com o objetivo de formar as principais características das operações multifuncionais, prestando o devido auxílio e apoio ao Estado.(MAIDANA, 2012b)

E ainda, outras precursoras UNTEA (*United Nations Temporary Executive Authority*), no Irian Ocidental entre 1962 e 1963 e a ONUC (*United Nations Operations in Congo*) no congo, entre 1960 e 1964, que podem ser consideradas as precursoras das operações multidisciplinares. A primeira possui algumas características de suporte a administração do território, enquanto a segunda é autorizada a recorrer ao uso da força devido ao estado de violência existente.

Até o momento foi possível compreender como se formam os primeiros sinais do alargamento das responsabilidades das operações de paz na sua forma multidisciplinar, além das suas principais características. Para compreender de que forma as operações de paz tomaram ainda mais abrangência, é possível recorrer a Agenda da Paz de Boutros-Ghali.

### 2.1.1. A Agenda da paz

A Agenda para a Paz da ONU foi um importante marco na evolução das operações de paz da organização. Esse documento foi elaborado pelo então Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali, em resposta aos desafios crescentes de conflitos armados no mundo após o fim da Guerra Fria" (GHALIS, 1992, p. 1). Ele defendia que as operações de paz da ONU deveriam ser mais multidimensionais, envolvendo não apenas o uso da força, mas também outras medidas para ajudar a criar as condições necessárias para um cessar-fogo duradouro e sustentável. Isso incluía o envolvimento em questões políticas, sociais, econômicas e humanitárias.

Com base nessa abordagem mais abrangente e integrada, às operações de paz da ONU evoluíram de missões de observação de cessar-fogo para missões mais complexas e multidimensionais, que incluíam não apenas o monitoramento do cumprimento de acordos de paz, mas também o apoio à reconstrução e desenvolvimento de áreas afetadas pelo conflito, a promoção dos direitos humanos e do Estado de direito e a proteção de civis em risco. Portanto, a Agenda para a Paz de 1992 foi um importante catalisador para a evolução das operações de paz da ONU e para a adoção de uma abordagem mais ampla e multidimensional para a prevenção e resolução de conflitos armados (BOUTROS-GHALI, 1992, p. 2).

Ainda, a Concepção da Agenda para a Paz (GHALIS, 1992) foi definitivamente o momento de aproximação entre a disciplina e a organização internacional, e das estratégias de ação, diplomacia preventiva (*Preventive diplomacy*), restabelecimento da paz (*peacemaking*), manutenção da paz (*peacekeeping*) e consolidação da paz (*peacebuilding*), elementos extraídos da formulação de paz Galtuniana. Sendo assim, a nova ordem internacional mundial foi beneficiada pela disciplina, ocupando uma posição de destaque, e se

tornando hegemônica essa concepção de paz no campo científico e nas diversas organizações internacionais, como organizações multilaterais, ONGs, sendo necessário por esses atores para guiar políticas públicas guiadas para a Paz. (GHALIS, 1992)

Assim acontece o processo que consagra as políticas de *peacekeeping*, *Peacebuilding* e *state-building*, e que são, segundo Blanco, centrais nas operações da ONU, e ainda, compõe diversos organismos e agendas que discutem além do campo teórico, mas também prático. Na mesma obra o autor trata das dimensões do campo teórico, uma que toca a "investigação para a pacificação", já outra de carácter emancipatório", ou em outros termos uma "investigação liberal para a paz" e outra "crítica" (BLANCO, 2010, P. 3) Conformando dessa maneira um embate epistemológico. O mais importante, segundo o teórico, é refletir e questionar a respeito dos pilares as quais as noções de paz que guiam essas políticas são operadas. Esse não é o caso da comunidade internacional e da literatura dominante, que estão centradas no pensamento e uma agenda de estudos preocupadas com a resolução de conflitos.

Dessa forma, nessa sessão foi possível compreender o destravamento das operações de paz que ocorre após o fim da guerra fria, principalmente influenciado na instauração de diversas operações de paz em sua forma multidimensional. Foram mais de 70 operações de paz após o fim da guerra fria. Tornando-se além de uma política de paz, uma ferramenta de visibilidade internacional por parte de membros internacionais em busca de protagonismo. De qualquer maneira, tal processo de evolução não foi o suficiente, principalmente no que toca o formato de paz adotado pelas organizações Internacionais.

### **2.3. Elementos críticos e o fator em comum**

Ao longo do tempo, as operações de paz foram criando nuances, e adquirindo novas responsabilidades a partir da sua segunda geração. Mas nenhum desses processos de transformação foi capaz de evitar as críticas cabíveis a essa ferramenta política. Nesta seção o foco está em apresentar às

margens críticas dessa agenda, além de buscar elencar um elemento em comum presente em todos os Estados em que as operações de paz foram tomadas como medida de intervenção. Para tanto, primeiramente busca-se conceitualizar a organização crítica dessa agenda ao apontar autores e diferentes conceitos de diferenciação ou estruturação de crítica. Em seguida, elenca-se 25 operações de paz, que não representa o todo, mas que se levado em conta, ainda assim cabe categorizar todos os países hóspedes como detentores de uma característica em comum.

Além do fim da vitória dos EUA na Guerra Fria, e a mudança das motivações de conflitos ao redor do globo, que agora eram intraestatais e motivados por causas identitárias, não mais sobre a órbita de influência de uma ou outra potência. (KALDOR, 2013, p. 1–2). Outro elemento foi a consolidação de um período de unipolaridade no sistema, em volta de uma única superpotência, e a ausência de uma contraordem, foi o que possibilitou uma universalização do liberalismo político, primordialmente disseminado e defendido pelos Estados Unidos, (BUZAN; HANSEN, 2012, 257-258; PARIS, 2004, P.19 apud BLANCO, 2018) Teorias como a do autor Francis Fukuyama (1989, p.3) demonstram como a democracia liberal e o capitalismo foi disseminado como o ponto máximo e inevitável da evolução política, influenciando acadêmicos dentre outros profissionais mundiais, como ONG's e governos que se guiaram por regras liberais por considerar esse o clímax da política e economia. (FUKUYAMA, 1989 apud GUERRA; BLANCO, 2018)

Além do mais, como apresentado por Guerra e Blanco, a concepção de Richmond (2010, p 19) essa é a percepção que caracteriza fundamentalmente a identidade da segunda geração das abordagens da paz no cenário internacional, e se trata de uma negação da necessidade e direitos humanos mais básicos, ou seja, direitos políticos, econômicos, culturais e psicológicos, em contraponto, promove a ideia da necessidade emergencial de conflitos intraestatais, que estão localizados na periferia global. (RICHMOND, 2010) (GUERRA; BLANCO, 2018, p. 10) E ainda, segundo (HELLMAN; RATNER, 1992, P. 3 -6) É dessa forma que surgem categorias como a de "Estados Falidos", referentes a entidades estatais consideradas incapazes de manter a segurança, o bem-estar econômico e social, assim como o estado de direito. (HELLMAN; RATNER, 1992, p. 3–6)

Sobre isso, Roland Paris é direto em sua obra de 2004, "*At War's End*" ele diz:

"As missões de PeaceBuilding de 1990 eram guiadas por um congelamento generalizado e amplamente aceito na teoria de gerenciamento de conflito: a noção de que ao promover a "liberalização" em países que recentemente experienciaram uma guerra civil ajudaria a criar e estabelecer condições de uma paz estável e duradoura" (PARIS, 2004, p. 5)

A primeira crítica que podemos abordar, e apontada por diversos autores dessa agenda de pesquisa, origina-se da paz internacional liberal, onde as operações de *peacebuilding* contemplam as economias de mercado e a democracia ao estilo liberal, apresentadas como a única possibilidade de sucesso para a paz. (PARIS 1997; SHARP 2013, p.15. apud KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016, p. 6)

De fato, é difícil desviar dos organizadores da crítica da paz liberal, como apresentado por Blanco 2014, Gomes 2013, Chandler 2013. Ramon Blanco categoriza as críticas as operações de paz em 4 diferentes categorias 1) Conceituais Teóricas 2) Normativas 3) Políticas 4) Prática. Por sua vez Gomes separa as críticas uma categoria Reformista e outra crítica estruturalista. Já Chandler trata dessas críticas no que refere ao Poder e Ideia. Cada um dos autores possuem uma quantidade e metodologias diferentes de elencar as críticas. Inclusive, os dois primeiros, Aureo Toledo e Ramon Blanco possuem um "Dossiê: Paz nas Relações Internacionais." De 2016, onde centralizam diversas problematizações acerca da paz e a construção da paz, uma das bases das Relações Internacionais. O Dossiê apresenta trabalhos relevantes para o desenvolvimento dessa agenda de pesquisa. Dessa forma ambos buscam alargar e desenvolver as reflexões dentro da academia, principalmente a brasileira. (BLANCO; DE; GOMES, 2016). Vale ressaltar, que o objetivo aqui não é esgotar os tópicos críticos, mas sim, colaborar com o alargamento dessa agenda de pesquisa.

Ramon Blanco (2014, p. 289) elenca as falhas das operações de paz em quatro categorias diferentes, são essas: 1) Conceituais teóricas, se refere a falta de consideração que as operações prestam ao seu processo e conceitos ideológicos. 2) Normativas, no que toca a inexistência de parâmetros diretos que definam a operação de paz como bem-sucedida. 3) Políticas, isso porque muitas

vezes não se considera as condições de esferas locais em diferentes fatores nos esforços de democratização e liberalização. 4) Prática, porque há uma frequente falta de recursos a serem destinados as operações de paz.(KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016)

Já em relação a organização crítica de Gomes, se refere a uma crítica a paz liberal a partir de três pontos diferentes: 1) Reformista, isso porque ao compara visões reformistas como Chesterman (2004; 2007), e Paris (2004), o primeiro defende ao estabelecimento das instituições locais entregues só quando esse tiver as competências necessárias, o segundo, por defender a "institucionalização antes da liberalização", já que a economia e política de um país devem ser desenvolvidas concomitantemente ao seu processo de institucionalização.(KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016); 2) Críticas estruturalista, pode ser compreendida como intrínsecas ao funcionamento do sistema internacional, ao apontar principalmente as causas do conflito e as limitações das operações de paz. Exemplos desse debate é citado por Gomes como Pugh (2005), e Taylor (2007, 2010), que abordam perspectivas semelhantes ao criticar a paz liberal que contempla os interesses dos interventores em progredir na construção de arranjos institucionais que seguem seus próprios interesses; 3) Em relação a virada local, se refere a defesa das dinâmicas locais como forma de construção duradoura, (Gomes 2013, p.63). Onde Richmond (2010) e Mac Ginty (2011), atribuem importância do papel local para a construção da paz, ao mesmo tempo que debate a construção da paz como um fenómeno híbrido. Isso se refere ao conceito que desafia e questiona as fronteiras entre a ação dos interventores externos e a ação local, ao mesmo tempo que concebe o local como aquele que é capaz de modificar e/ou rejeitar o projeto de paz liberal(GOMES, 2013, p. 64); (Richmond 2010, p.26; (GINTY, 2016, p. 71)

Já Chandler (2013, p3), faz sua crítica a partir de duas óticas diferentes. A primeira se refere ao Poder, que concebem a paz liberal como a representação das vontades e interesses ocidentais, a partir de uma farsa preocupada com os interesses locais. Já a segunda, concebem a crítica da Ideia, ou seja, o carácter universalista das operações de paz.(CHANDLER, 2013) Exemplos dessas esferas críticas são Pugh (2005), e Paris (2004).

Essas críticas do conceito de construção da paz podem ser compreendidas e explicadas de diversas maneiras, isso porque apresenta diversos enfoques, além do conceito de *peacebuilding* poder ser alvo de muitas críticas. Seja porque existe uma única conceituação de *peacebuilding*, mas inexiste um parâmetro capaz de qualificar uma operação de sucesso. Seja pelas variáveis originárias do conceito de *peacebuilding*, mas em grande parte pela consequência desse paradigma nas relações internacionais contemporânea. (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016, p. 8)

Em relação ao questionamento do conceito único de *peacebuilding*, Jenkins, (2013), alega que este conceito se apresenta em constante transformação, sendo assim considerado elástico. Outra forma de observar e diferenciar esse conceito é apresentado por Heathershaw (2008, p.203), que diferencia o conceito de *peacebuilding* em três: 1) *Peacebuilding* via reforma democrática, ou seja, a paz deve ser obtida através do fortalecimento do Estado de Direito; 2) Via sociedade civil, onde a paz deve ser alcançada pelo meio popular; 3) via construção de Estados (*statebuilding*), ou seja, a paz deve ser alcançada a partir da segurança, estabilidade e institucionalização do Estado. Além disso, o autor pontua que a visão dos atores nacionais e internacionais nem sempre compactuam uma com as outras, o que leva a distintas estratégias em virtude das diversas possibilidades de conceito que pode ser adotado. (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016). Ainda em Jenkins (2013), é possível elencar questionamentos importantes feitos pelo autor acerca das operações de paz: Quando inicia uma operação de paz? O que planeja alcançar? Que tipo de programa deve ser adotado, e onde? Quem faz o que? (JENKINS, 2013, p. 24–28)

Mas, além disso, quando é possível afirmar que deu certo? Autores como Krause Jutersonke (2005, p.449) diz que isso depende da definição de sucesso. (KRAUSE; JÜTERSONKE, 2005). Doyle e Sambanis (200 p 779) atesta que as operações de *peacebuilding* poder ter maior êxito, com base em 124 conflitos civis pós a segunda guerra que foram analisados pelos autores. (DOYLE; SAMBANIS, 2000) Na contramão, autores como Richmond e Franks (2008, p.190) relativizam o sucesso e fracasso embaçados pela operação do Timor - Leste. A operação de paz do Timor-Leste é um exemplo pois teve as atividades

da ONU reaparelhadas após um aparente desfecho pacífico. A isso damos o nome de "paz virtual", como aponta Richmond (2007, p.178) e se refere a incompatibilidade da percepção externa e interna de um ambiente de conflito. Nas visões de Richmond e Franks (2008p.198), isso reflete em operações de paz liberal que buscam satisfazer as condicionantes das Nações Unidas, isso resulta em uma institucionalização falha, sem respeitar as necessidades dos países hóspedes.(RICHMOND; FRANKS, 2008)(KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016)

Vale ainda elencar a problematização de Paris (2002, p637-638), ele argumenta que as atividades de construção da paz como instância da aplicação de um modelo ímpar de governança doméstica, ou seja, a democracia liberal de mercado, um movimento que vai do centro a periferia do sistema internacional. Segundo o autor a construção de paz pode ser compreendida como a última fase da expansão da sociedade internacional, como conferido pela Escola Inglesa das Relações Internacionais. Essa pretenciosa universalização da construção da paz deixa pouco espaço para interpretações alternativas. E ainda, por ser o modelo liberal adotado pela ONU acarreta uma falta de diálogo com contextos e atores locais. (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016)

Nesse sentido, vale ressaltar as considerações de autores como Stamnes (2010, p.13) é necessário pensar em uma agenda que defina internamente seus valores, com regras e estruturas específicas. Mais ainda, não permitir que essa crítica paradigmática sirva como justificativa para os erros da política de construção de paz. (STAMNES, 2010) É necessário acima de tudo, explorar essa complexidade de *peacebuilding*, e criar debates e instigar um aprofundamento em torno dos processos de construção de paz regidos pela ONU, dessa maneira será possível almejar novas formas de manejar os conflitos que existem na realidade internacional.

### *2.3.1 Um fator em comum*

Ao compreendermos as margens críticas das operações de paz, é possível avançar nos estudos da margem crítica das Operações de Paz. Um exemplo disso é observar uma linha de crítica dessa ferramenta da ONU que estabelecem essa política como uma forma de controle da população não

branca. Desde que as operações foram desenvolvidas, já foram utilizadas em diversos momentos e países, escorados por diversas justificativas, vejamos uma lista com 25 operações de paz, suas datas, e países hóspedes, o que de mais poderíamos apontar como um elemento comum a todos eles?

**Tabela 1** – As operações de paz e a porcentagem de população não-branca.

Operação de Paz	País-sede	Ano	Duração	Percentual de população não branca	Motivo e objetivo da operação	Número da resolução
UNTSO	Israel	1948	75 anos	20,80%	Supervisão do armistício entre Israel e seus vizinhos árabes	47/123
UNEF I	Egito	1956 a 1967	11 anos	99,90%	Separação das forças egípcias e israelenses e observação do cessar-fogo	119/1
UNFICYP	Chipre	1964	59 anos	77,40%	Supervisão da linha de cessar-fogo entre a Turquia e a Grécia	186/1
UNEF II	Egito	1973 a 1979	6 anos	99,90%	Supervisão do cessar-fogo entre Israel e Egito	338/73
UNDOF	Síria	1974	49 anos	10,60%	Supervisão da linha de cessar-fogo entre Israel e Síria	338/73
UNIFIL	Líbano	1978	45 anos	90,80%	Supervisão da linha de cessar-fogo entre Israel e Líbano e observação do embargo de armas a Israel	425/78
ONUCA	Honduras	1989 a 1992	3 anos	99,90%	Supervisão do cessar-fogo entre o governo de Honduras e a Frente Nacional de Libertação de Honduras	638/89
UNMOGIP	Índia e Paquistão	1949	74 anos	10,40%	Supervisão do cessar-fogo entre	39/1

					Índia e Paquistão na Caxemira	
UNAMIR	Ruanda	1993 a 1996	3 anos	99,90%	Ajudar a implementar o Acordo de Paz de Arusha e proteger os civis durante o genocídio de Ruanda	870/93
MINUSTAH	Haiti	2004 a 2017	13 anos	95,40%	Estabelecer condições para a estabilização do Haiti e apoiar o processo político	1542/2004
MONUSCO	República Democrática do Congo	2010	13 anos	80,60%	Proteger os civis, promover a paz e a segurança e apoiar a implementação dos acordos de paz	1925/2010
MINUSCA	República Centro-Africana	2014	9 anos	33,20%	Proteger os civis, promover a paz e a segurança e apoiar a implementação dos acordos de paz	2149/2014
MINUSMA	Mali	2013	10 anos	90,30%	Proteger os civis, promover a paz e a segurança e apoiar a implementação dos acordos de paz	2100/2013
UNSMIS	Síria	2012 a 2012	1 ano	99,90%	Monitorar o cessar-fogo entre o governo sírio e a oposição	2043/2012
UNMISS	Sudão do Sul	2011	12 anos		Proteger os civis, promover a paz e a segurança e apoiar a implementação dos acordos de paz	1996/2011
MINURSO	Saara Ocidental	1991	32 anos		Monitorar o cessar-fogo entre o Marrocos e o Polisario e promover o processo político	690/1991

UNIFIL	Líbano	1978	45 anos	Supervisão da linha de cessar-fogo entre Israel e Líbano e observação do embargo de armas a Israel	425/78
--------	--------	------	---------	--	--------

Fonte: World Factbook da CIA

Os dados em relação ao percentual racial da população dessa tabela foram produzidos através do World Factbook da CIA, já em relação as resoluções e motivações das operações de paz são dados das nações unidas. Dentre as operações de paz, vale destacar alguns pontos de relevância de alguma. A operação UNTSO é a mais antiga operação de paz da ONU, sendo estabelecida em 1948 para supervisionar o armistício entre Israel e seus vizinhos árabes. A operação UNAMIR foi a mais curta operação de paz da ONU, sendo estabelecida em 1993 para ajudar a implementar o Acordo de Paz de Arusha em Ruanda. A operação MONUSCO é a maior operação de paz da ONU, com mais de 16.000 militares, policiais e pessoal civil. A operação UNMISS é a operação de paz da ONU com maior duração em andamento, sendo estabelecida em 2011 para ajudar a implementar o Acordo de Paz de Juba no Sudão do Sul (ONU, 2023).

Os países mencionados nas operações de paz da ONU têm em comum o fato de terem passado por conflitos armados, instabilidade política, violência interna ou outras formas de desordem que ameaçam a paz e a segurança internacionais. Essas nações enfrentaram desafios significativos, como conflitos étnicos, disputas territoriais, crises humanitárias, lutas pelo poder político, instabilidade pós-conflito e ameaças terroristas. As operações de paz da ONU foram estabelecidas em resposta a esses desafios, com o objetivo de ajudar a resolver conflitos, manter a paz, proteger os civis, facilitar a estabilização e contribuir para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito.

Esses países também compartilham a característica de serem alvos de preocupações internacionais devido ao potencial de suas situações instáveis afetarem a segurança regional e global. As operações de paz da ONU foram criadas para responder a essas preocupações e fornecer assistência internacional para lidar com os problemas enfrentados por essas nações. Além disso, é importante notar que os países escolhidos para operações de paz da ONU muitas vezes enfrentam desafios que envolvem questões complexas, como

o equilíbrio de poder interno, a reconciliação pós-conflito, a construção de instituições democráticas, a proteção dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável. As operações de paz da ONU visam ajudar a lidar com essas questões de maneira coordenada e colaborativa, envolvendo múltiplos atores internacionais e locais.

Mas vale destacar autores como Ramon Blanco que utilizam das ferramentas analíticas de Michel Foucault e da Escola Inglesa para afirmar que as operações de paz atuam como um dispositivo normalizador, e age ao padronizar os Estados pós-conflito e suas populações, refletindo assim na centralidade para a sustentação e manutenção do formato de sociedade (neo)liberal. (BLANCO, 2017, p.84) Dentro disso, ele utiliza dos conceitos de dispositivo, de Foucault e Deleuze, Agaben, para elucidar como um dispositivo pode atuar na interferência na sociedade, ligada principalmente em resposta a uma necessidade urgente. Seguindo essa linha de pensamento, esse dispositivo pode ser utilizado como uma ferramenta de normalização, uma vez que se entende essa como uma necessidade emergente (BLANCO, 2017). Os elementos do dispositivo normalizador a qual o autor se refere, são os conjuntos de atores, que inclui discursos, práticas, conceitos, instrumentos e institucionalização, estes por sua vez são aglutinados por uma operação de paz com enfoque no terreno, com o objetivo de moldar e conduzir os comportamentos dos estados pós-conflito e de suas populações. Esse dispositivo normalizador surge em resposta às necessidades urgente na sociedade internacional, e a legitimação do manejo do dispositivo normalizador que as operações de paz insurgem. Isso por sua vez, essa normalização é legitimada através de duas noções operativas, a fragilidade do Estado e a transformação do *status* de soberania do Estado. (FOUCAUT, 1976 apud BLANCO, 2017, p. 95)

Esse processo de Normalização funciona a partir de diversas tecnologias de poder. Essas por sua vez, são relacionadas a conduta de indivíduos e suas submissões para diversas finalidades, Foucault fala sobre em sua análise de poder, onde ele categoriza em três formas de conduzir a sociedade: Governo; Disciplina e Biopoder. Sendo as duas últimas capazes de atuar tanto no micro quanto no macro, e são eficientes pois produzem conhecimentos e

comportamentos individuais e de populações inteiras. Mesmo assim, as operações de paz não são compreendidas como uma problemática as intervenções externas nestes estados, justamente o contrário, é através dessa compreensão, as operações de paz são propagadas como capazes de aumentar a capacidade do Estado, e independência do mesmo. E ainda, é visto como uma ação positiva entre estado hóspede e estado interventor. (BLANCO, 2017, p. 95)

É importante compreender que os elementos "normais" e "anormais", parte de Foucault, trata-se de explicar a ideia de que os anormais devem ser normalizados. Os normais são os Estados liberais democráticos e Ocidentais, já os anormais são aqueles que não se comportam dessa maneira na sociedade internacional. É necessário também lembrar, assim como confere Blanco, que as condições de "normal" e "anormal", não são características naturais na sociedade internacional. Essa percepção foi construída e cristalizada até se tornarem fatos na sociedade internacional. Essas condições são percebidas através de duas narrativas de justificativa. A organização de Estados ocidentais são os modelos ideias de Estado, assim como associação de valores liberais a paz e o progresso. São valores aceitos e compartilhados pela comunidade internacional (BLANCO, 2017).

Esses conceitos se fundem, e são legitimados pelo argumento da "Boa governança". Sobre isso ele diz:

"A "boa governança" tornou-se um elemento importante do processo de normalização sob o qual passam os estados e populações pós-conflito por meio do dispositivo normalizador que as operações de paz materializam". (BLANCO, 2017, p. 101)

Para finalizar, é importante ressaltar que ao invés de (re)construir as instituições, o processo de reconstrução pós bélica são a própria materialização do exercício de um poder deposicional sobre os Estados pós-conflitos e suas populações (BLANCO, 2017). Portanto, por um lado esses países têm em comum a necessidade de assistência internacional para enfrentar desafios complexos relacionados à paz, segurança e estabilidade

Por outro lado, Guerra e Blanco são responsáveis por abrir uma margem crítica racializada categórica e de destaque. Essa organização crítica vai no sentido do que pode ser compreendido como um "elemento comum", embasado por essa agenda crítica, é a constatação de que essas operações de paz são

enviadas unicamente a países pós-coloniais, e posicionado na periferia global, e geralmente, com a composição demográfica em sua maioria não branca. Pois como apontado por autores da agenda, a conceituação de "Estado Falido" tem uma carga demasiadamente a-histórica, pejorativa e racista.(GUERRA, 2018, p. 8). Esses Estados da "Periferia" global, são considerados os "anormais, os outros", depravados e aversivos ao *Self* estatal ocidental (HILL, 2005, p 139-140 apud GUERRA, 2018 p,8) Outra questão de destacada é que essa concepção ignora as debilidades consequentes do papel estruturante do colonialismo na "falha" dos estados em fatores económicos, políticos e sociais. (HILL, 2005, p.148; JONES, 2015, p.64 apud GUERRA, p. 8)

Outra questão de destaque é que essa concepção ignora as debilidades consequentes do papel estruturante do colonialismo na "falha" dos estados em fatores económicos, políticos e sociais. (HILL, 2005, p.148; JONES, 2015, p.64 apud GUERRA, p. 8) Isso permite a sustentação e aprimoramento do *status quo* de superexploração e controle do trabalho, em sua maioria de população não branca, e ainda, se apropria dos recursos naturais dos países periféricos e suas populações. Taylor aponta a manutenção dos poderes das elites transnacionais (brancas) proporcionado pelo formato de democracia liberal disseminado pelas operações de paz (TAYLOR, 2010, p.170). Enquanto a contribuição de Pugh (2004, p.40-41), destaca a relevância dessa política na "organização" de regiões e setores lucrativos, seja pela mão de obra ou pela abundância de recurso, são forma de beneficiam o domínio da economia hegemônica. Isso vai em direção o que argumenta Roland Paris (2002, p.693-641) para ele, as operações de *peacebuilding* liberal podem ser analisados como "missões civilizatórias" contemporâneas (GUERRA, BLANCO, 2017) (GUERRA, 2018, p. 9).

A contribuição de maior relevância de Ramon Blanco para a crítica que esse trabalho tem a fazer, é a constatação em seu trabalho de 2017, (p.96-99), ele trata de apontar a forma que as operações de paz atuam como um instrumento e controle da população não brancas. Sua análise da "normalização" e "disciplinarização" dos países localizados na periferia e suas populações em detrimento do benefício de um formato de sociedade liberal. Ainda, como acrescenta Guerra, (p. 10), Mark Duffiel (2016, p.149) aponta que as operações de paz realizam um processo de "redescobrimto", categorizando diferentes

elementos de atores norte global sob populações em cenário pós-conflito no sul. Nesse contexto relacionar essas críticas, como fez Guerra é importante pois insere como a tendência identificada por Achille Mbembe (2017, p.22-23) referente ao uso da tecnologia para controlar e influenciar, vigiar e estruturar corpos, geralmente negros e não brancos. Essa tecnologia é concomitante com a lógica de "raça" designadas a corpos não brancos considerados ameaças pela comunidade branca (MBEMBE, 2017, p.35 apud GUERRA, 2018, p.10)

As operações de Paz como um instrumento de vigilância e controle sobre massas populacionais não-brancas, seus recursos, e trabalho, justificado pela situação de conflito. Isso resulta na tomada do direito fundamental dessas populações tanto de se autogovernar como sua soberania, em definir a forma de governo, de economia, e que em vez disso, é determinado por agentes externos da parte global oposta. Isso reforça a ideia de supremacia branca global, como apontado por Mills (1997). E assim como justificativa a pesquisa de Guerra, assim acontece nessa obra (GUERRA, 2018, p10).

## **2.4 Conclusões Parciais**

Neste capítulo foi possível compreender como surge e como foi estruturada as operações de *peacebuilding* da ONU, além de discorrer sobre as categorias existentes, primeira geração, fase tradicional, e segunda geração ou fase multidimensional com o fim da guerra fria. Além disso, foi possível observar como acontece um descongelamento no conselho de segurança na disposição de novas operações de paz instauradas em regiões com conflitos órfãs da interferência de uma potência hegemônica. Por fim, é possível compreender a partir das teorias críticas dessa agenda se abre uma margem teórica de crítica de raça, que pode ser legitimidade, ou pela linha de cor global e pelo contrato racial que atravessa essa política internacional resultando na disposição de soberania de áreas pós-conflito localizados na periferia global, com populações majoritariamente não branca, tendo recursos e trabalho explorado em detrimento de economias transnacionais de elites do norte global e branco. Além do mais ressalta-se o caráter racista e a-histórico das compreensões de estados falidos, que ignoram a relação causal do colonialismo e as graves consequências.

Sendo assim, através das contribuições dessa linha de pesquisa crítica, principalmente a propaganda da paz liberal, contribui para diferentes problemáticas e áreas de pesquisas que merecem e devem ser analisadas. Principalmente no que toca ao “problema do século XX” que por alguma razão não foi um ponto focal e de aprimoramento nas operações de paz. É por tudo isso que estudar a MINUSTAH, no Haiti, se torna um excelente estudo de caso, como exemplo da manifestação branquitude nas operações de paz.

O objetivo desse capítulo foi demonstrar como surgem as operações de paz, e descrever suas duas principais fases, ou seja, a primeira e tradicional, e a segunda, multidimensional. O foco está em demonstrar como após o fim da guerra fria, há um descongelamento das operações de paz, que passam a ser mais desenvolvidas. Não haveria espaço para críticas se essa agenda não estivesse seguindo um caminho completamente tendencioso de buscar a paz, que não era mais guiado apenas pelo interesse de uma grande potência, mas também pelo ideal de disseminação do formato de política, economia e de estado liberal.

Em primeiro lugar, é a partir da mudança de conflitos nos países, que passam a ser órfãs de ideologia, e passam a ter conflitos motivados por disputa internas. Isso decorre em primeiro momento a uma expansão das responsabilidades do *peacebuilding*, que passa a ser armado, auxilia na proteção civil, oferece treinamento, e auxilia em eleições além de acompanhar um cessar fogo. Pode se dizer que as missões de paz passam a se mover não mais por uma ação passiva, e sim atuante no cenário de conflito.

O ponto central do segundo capítulo dessa obra é demonstrar a tendência que as operações de paz têm em reproduzir o formato de paz liberal. A partir de uma justificativa humanitária há a disseminação de uma ideologia liberal, e racista. Isso a partir da contribuição da agenda crítica dessa teoria que demonstram como as operações de paz são geralmente instauradas em locais com uma população com maior densidade de pessoas não brancas ou negros, e ainda, o processo de *peacebuilding* pode corresponder a interesses de economia transnacionais brancas, que exploram, poder, recursos, e acima de tudo, drenam a capacidade de se autogovernar e construir instituições fortes de

formato próprio. A principal contribuição desse capítulo é auxiliar no alargamento da margem crítica das operações de paz.

### **3. A MINUSTAH**

O Haiti é um país que carrega uma história marcada pela violência, pela desigualdade e pela interferência internacional. A Revolução Haitiana de 1791-1804, que resultou na independência do país, foi a primeira revolução bem-sucedida de escravos do mundo. No entanto, a independência do Haiti não trouxe a paz ou a prosperidade para o país. Desde então, o Haiti tem sido repetidamente governado por ditaduras, golpes militares e instabilidade política. Em 1994, a Organização das Nações Unidas (ONU) enviou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) para tentar restaurar a paz e a estabilidade no país.

A MINUSTAH foi a maior missão de paz da ONU na história, com mais de 15.000 soldados e policiais de 40 países diferentes. Este capítulo analisa a MINUSTAH como um exemplo da política da paz marcada pela branquitude. A branquitude é um conceito que se refere a uma identidade social construída com base no racismo. A branquitude é frequentemente associada ao poder, ao privilégio e à superioridade. O argumento deste capítulo é que a MINUSTAH foi uma intervenção militar imperialista que serviu aos interesses da branquitude global. A MINUSTAH foi incapaz de resolver os problemas estruturais que causam a violência e a desigualdade no Haiti. Em vez disso, a MINUSTAH contribuiu para a perpetuação desses problemas.

Neste capítulo pretende-se elaborar um aparato histórico e crítico a respeito da MINUSTAH, como um exemplo da política da paz marcado pela branquitude. Para isso, busca-se explorar as bibliografias acerca das operações de paz da MINUSTAH, com foco as teorias críticas que servem de base para o argumento desse capítulo, onde a branquitude se apresenta como um elemento importante a ser problematizado, uma vez que se insere no problema, de forma causal e interessada. Para tanto, primeiramente busca se realizar uma breve descrição da história do Haiti, realçando o papel desse país na construção da história de revoluções mundial, abordando os aspectos políticos e culturais que antecede a Operação de Paz, e que por sua vez também servem como justificativa para essa intervenção externa, como a cultura de violência e de auxílio externo que abriram precedentes para o tratamento internacional que o país teve.

Em seguida buscamos abordar o período de 13 anos a qual o país foi submetido a disposição da sua soberania e de autogoverno, ressaltando os elementos de violência estrutural e cultural que não foram resolvidos e superados, incluindo formas de violência presentes na MINUSTAH no Haiti, como o racismo e a violência e exploração sexual.

Por fim, busca-se justificar o estudo de caso ao evidenciar o papel da branquitude e de seus interesses na MINUSTAH a partir das contribuições teóricas da “Linha de Cor Global”, de WEB DU BOIS, “Contrato Racial” de Charles W. Mills e a ideia de “Normalização” de Foucault sob o que é abordado e aprofundado pelas teorias de Ramon Blanco e Lucas Guerra, a cerca de uma padronização no sistema, e do cenário internacional, a partir de uma ótica que

considera um formato liberal de sociedade como o único capaz de trazer a paz duradoura e branca, já que essas operações de paz são em primeira instância causados por problemas estruturais e anteriores, como o racismo, da branquitude e sua lógica, e também por seus interesses, interno e externos, que beneficiam os mais brancos.

Vejamos bem, não é por conta do colonialismo e imperialismo, a partir de uma justificativa racista de superioridade em diversos moldes, que se justificou o descobrimento e exploração do mundo, a vitória do bem e do mau, do civilizado e do bárbaro/selvagem, do “normal” e do “anormal”. Foram os ocidentais brancos que causaram todos os problemas estruturais levam os países marginalizados aos conflitos. Pobreza, a marginalidade o *status* de falido e frágil, vem dos mesmos que os colonizaram, exploraram, e agora, impõe seus formatos como o único correto

### **3.1 Histórico e causas da MINUSTAH**

Nesta sessão o objetivo é destacar os elementos da história de desordem política do país após a Revolução de 1804 até a intervenção da ONU em 2004. Para tanto busca-se revisar a bibliografia acerca dos elementos importantes dessa problemática. De forma alguma o objetivo é esgotar os autores disponíveis, mas sim elencar os elementos de destaque que explicam a desordem política do país, e que servem de justificativa para a comunidade internacional interferir no Haiti.

A República do Haiti é um país do caribe, que divide ilha com a República Dominicana, ocupando a pequena parte ocidental da ilha de Hispaniola. O nome do país significa “Terra de altas montanhas”. O país possui uma história política de instabilidade, causado principalmente pela disputa de poder e vulnerabilidade a interesses estrangeiros que foi capaz de levar o país de uma das mais ricas ex-colônias francesas, para o lugar de país mais pobre da América Latina. (MATISJACIC, 2010)

Segundo Farmer (2006), a história de vulnerabilidade do Haiti vem desde 1492, quando o navegador Cristóvão Colombo pisou na Ilha Hispanhola, que representa ilha onde está o Haiti e a República Dominicana, e como apontado,

Haiti vem de Ayiti em Arawak, que significa “Terras Altas”. O principal interesse era a extração de riqueza, iniciado com o ouro e no século XVI, foi substituído pelo cultivo de cana de açúcar. Tendo uma escassez de mão de obra indígena, sendo assim, como relatado por Paul Farmer, entre os anos de 1517 e 1540, cerca de trinta mil homens foram trazidos do continente africano para serem escravizados nas lavouras de açúcar.(FARMER, 2006, p. 54) (MATISJACIC, 2010)

Vale ressaltar que a ocupação Francesa de porção da Ilha no final do século XVI, alcançou um terço do território ao qual denominaram como *Saint-Domingue*. Foi a mais rica colônia francesa, com mais de sete mil propriedades agrícolas, produtoras de café, algodão, e claro, açúcar (SEITENFUS, 1992) (SEITENFUS, 1992, p1. Apud MATISJACIC, 2010). Essa monocultura foi responsável por garantir uma fonte de riqueza para a metrópole.

Além disso, a estrutura da Sociedade Colonial do Haiti no século XVII, através da lente de Eric Williams, confere cinco grupos. Sendo esses: “Os grandes brancos” a ponta da pirâmide; os comerciantes e proprietários agrícolas; Funcionários da Monarquia Francesa; “Branco pobres”, homens de ofício com pouca remuneração, artesãos e professores por exemplo. Todo esse grupo conformava cerca de 40 mil pessoas. Então a sociedade colonial se dividia entre mulatos e negros que representavam aproximadamente 28 mil pessoas. Eram cidadãos livres que não tinham o mesmo *status* social e direitos políticos desfrutados pelos brancos. Por fim, a maior parte da sociedade, cerca de 452 mil escravos. (WILLIAMS, 1970). É importante destacar essa estrutura, para dessa maneira compreender como o Haiti foi continuamente conformado pelos privilégios dos mais brancos.

Segundo a leitura da obra sobre C.L.R James, foi essa desigualdade que tornou possíveis as rebeliões (JAMES, 1980 apud FARMER, *Ibid.*, p.58). Em meio a esse caos causado também pela Revolução Francesa, que foi um fator decisivo. Pois é nesse momento que os grandes proprietários e comerciantes se apossaram da Metrópole, assumindo o controle da Assembleia colonial, dessa forma, excluindo ainda mais os mulatos, e os brancos pobres de qualquer participação de decisão nessa sociedade. Vale ressaltar, que foram também os

grandes proprietários que romperam com a subordinação de *Saint-Domingue* à Assembleia de Paris. (JAMES, 1980)

Por sua vez, Toussaint L'Overture, autodeclarado "Tenente Governador", ficou conhecido por liderar a grande revolta dos Escravos. Ao enxergar uma chance na ineficácia da França de dar conta das rebeliões Toussaint L'Overture, assume o poder e estabelece novas diretrizes para o Haiti. O Líder propôs substituir a mão-de-obra escrava pela remunerada e ter como objetivo romper com o monopólio da França, assim podendo estender as relações comerciais com a Inglaterra e os Estados Unidos. E ainda, lutou pela expulsão de autoridades francesas. Já em 1802 momento em que França já não tinha mais soldados disponíveis, nem mesmo seu próprio capitão-general. E por conta das Guerras napoleônicas, a França ficou incapacitada de controlar Saint-Domingue, sendo assim, Saint-Domingue declarou independência em 1804.(MATIJASCIC, 2014)

O fato histórico de ser a primeira república de ex-escravos, e a primeira independência da América Latina em 1804 não foi um desacorrentamento por completo, pois a indenização exigida pela França ao conceder a emancipação política do Haiti em 1824, foi o primeiro descortino do país que agora era "Livre". A independência do Haiti foi uma grande conquista, que teve efeitos severos na organização social da ex-colônia, mas não mudanças fundamentais.

Segundo a obra "Haiti: Uma História de Instabilidade Política" de Vanessa Braga Matijascic, o poder manteve-se centralizado na minoria mulata, resultando no poder de defesa de interesses e privilégios a serem defendidos por essa elite as custas do trabalho de grande parte da população Haitiana. (MATIJASCIC, 2010, p.14).

Ou seja, é possível perceber que a lógica colonial e racista se mantém, os mais brancos, os mulatos, assumem o poder. Essa lógica conversa bem com a patologia do branco, de Alberto Ramos, do pacto narcísico da Branquitude de Cida Bento, e ainda com a Branquitude metodológica de Bhambra. Isso porque como bem-visto no primeiro capítulo, essas são formas desenvolvidas pela identidade branca de se manter em uma sociedade que os privilegie, pelo sentimento de superioridade branca e de hierarquias, a partir do sustentamento e proteção do indivíduo branco pelo branco, e ainda capaz de mover as

estruturas da sociedade. Ou como no caso do Haiti, manter a lógica.(BENTO, 2002; BHAMBRA, 2017; RAMOS, 1955)

O resultado disso foi que no início do século XX, com as rotineiras disputas internas pelo poder, resultou em um país vulnerável a interesses externos. Havia interesse de parte dos Haitianos para uma intervenção externa, o que abriu precedentes para a presença de países como França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Para evitar a concorrência, os Estados Unidos intervieram militarmente no país nos anos de 1915 e 1934, tomando assim posse do Haiti e defendendo os próprios interesses. Na tentativa de manter a ordem, criou-se em 1915 a *Gendarmerie d'Haiti*, com o objetivo de conter as rebeliões a base de um treinamento de monopólio da violência de forma profissional(MATIJASCIC, 2014).

Nesse momento, era de grande importância às relações internacionais, já que era necessário que outros países reconhecessem o território autônomo caribenho. Isso afetava as grandes potências que temiam que essa inspirasse novas rebeliões e revoluções em seus próprios territórios. Claramente, a França foi a primeira a negar o reconhecimento, sendo seguida por outros países. Pode se dizer, a partir da contribuição de Matisjadic, Farmer, que a interferência no Haiti é possível através de duas justificativas: 1) Instabilidade de poder político; 2) Cultura de pedido de ajuda externa.

O que se segue na História do Haiti é uma instabilidade política, sem reconhecimento internacional, e sofre com conflitos internos por poder político, e ainda acaba por passar por diversos desastres naturais que arruinou ainda mais a situação do País. Essas disputas por poder no Haiti acontecem por conta da não manutenção na estrutura da sociedade, uma vez que o Governo após a revolução foi assumido pelos “mulatos”, os próximos na hierarquia depois dos brancos, estes se mantiveram como elite, e para os outros ex-escravizados sobrou os trabalhos nas lavouras. Isso resultou em disputas políticas entre os mulatos e a parcela da sociedade que não se contentou com o manutenção da estrutura social, que para eles era a mudança primordial para uma verdadeira libertação.(MATIJASCIC, 2014).

É inocente pensar que o auxílio externo de grandes potências veio apenas pelas vontades dos haitianos em resolver a desordem política, eles também

vieram acompanhada de interesse, que se beneficiam do estado de fraqueza. Isso porque a ilha oferecia uma importante passagem e posição de parada de navios mercantes em direção aos países do continente americano. Então é nítido um interesse tanto por parte dos EUA quanto das potências europeias. (MATIJASCIC, 2014)

Para compreender como foi possível a interferência de agentes externos em diversos momentos de sua história, George Adam aponta que é no governo do Presidente Haitiano Geffrard (1815-1867) que se cria uma cultura de auxílio de agentes externos. Isso porque esse presidente foi responsável por abrir precedentes ao solicitar ajuda da Marinha Britânica para lidar com uma revolução no Nordeste. (ADAM, 1982; FARMER, 2006, p73) (MATIJASCIC, 2014, p. 6). Depois disso, essa se torna uma política recorrente para lidar com revoltas.

Porém, como demonstrado por Carrol Faubert, há diversos fatores da História do Haiti relevantes para a explicação da desordem política do país. Nesse intuito elabora um quadro, onde aponta os momentos chaves para história Haitiana. Isso sobre isso podemos tirar um resumo. O Haiti conquistou sua independência da França em 1804, mas logo foi assolado por uma guerra civil entre o norte e o sul. Em 1821, o Haiti invadiu e ocupou Santo Domingo, que se tornou a República Dominicana em 1844. Em 1915, os Estados Unidos invadiram e ocuparam o Haiti, permanecendo no país por quase 20 anos. Em 1957, François "*Papa Doc*" Duvalier foi eleito presidente em eleições fraudulentas. Duvalier era um ditador cruel que criou uma milícia privada para suprimir a dissidência. Após a morte de Duvalier em 1971, seu filho Jean-Claude ("*Baby Doc*") assumiu o poder. Baby Doc continuou o legado repressivo de seu pai, mas foi derrubado por um golpe militar em 1986.(FAUBERT, 2006, p. 8)

Seguindo nos pontos chaves, o Haiti então sofreu uma série de golpes militares e instabilidade política até 1990, quando o padre Jean-Bertrand Aristide foi eleito presidente em eleições democráticas. Aristide foi derrubado por outro golpe militar em 1991, mas foi restaurado ao poder em 1994 por uma intervenção militar liderada pelos Estados Unidos. O presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide aboliu o Exército Nacional em 1995. Como Aristide não podia se candidatar a um segundo mandato consecutivo, seu aliado René Préval foi eleito presidente em 1996. Aristide foi eleito presidente novamente em 2000, mas a

eleição foi marcada por fraude e baixa participação. Então Sanções econômicas foram impostas ao Haiti. Em fevereiro de 2004, Aristide foi forçado a renunciar e se exilar. O Conselho de Segurança da ONU autorizou o envio de uma força multinacional interina, seguida por uma missão das Nações Unidas para a estabilização do país (MINUSTAH). Em março de 2004, um governo de transição foi formado sob o comando do primeiro-ministro Gérard Latortue. Em fevereiro de 2006, René Préal foi declarado presidente eleito após as eleições realizadas em fevereiro.(FAUBERT, 2006, p. 9)

Com esse resumo em mente, a autora destaca que o mais importante é focar na organização das motivações da desordem do Haiti, que para ela formam o “Background” e as causas da crise: 1) Cultura de violência; 2) A Perda da moral e dos valores civis; 3) A criminalização das Guarnições Armadas 4) Uma resposta internacional errática.(FAUBERT, 2006).

A respeito do primeiro ponto Faubert diz:

“Os Duvaliers governaram o Haiti por quase 30 anos, e seu governo foi marcado por uma cultura generalizada de violência. Os infames Tontons Macoutes, a milícia privada de Duvalier, estabeleceram um regime de terror além da imaginação da maioria das pessoas: eles tinham carta branca para prender, deter, torturar e matar quem fosse considerado um opositor do regime, ou cuja riqueza os membros da classe dominante cobiçavam. Milhares foram mortos ou tiveram que fugir do país para salvar suas vidas. A violência se tornou um meio de alcançar e preservar o poder político absoluto.” (FAUBERT, 2006, p. 9, tradução nossa)

A respeito do segundo ponto, descreve que sob esse governo, a impunidade a corrupção também se espalhou, tornando-se a regra, e não a exceção para quem estava no comando. Em relação ao terceiro ponto, explica que em busca de se proteger, Aristide retorna com as forças armadas nacionais, mas aqueles integrantes descontentes acabam por criar grupos armados ou se juntaram a grupos já existentes. Já em relação ao quarto ponto, se trata da instabilidade política, a falta de interesse geopolítico e as intervenções internacionais ineficazes contribuíram para a situação atual do Haiti, marcada pela pobreza e pela desigualdade.(FAUBERT, 2006, p. 9–11)

Paul Farmer com sua obra “The Uses of Haiti” é uma referência da história do Haiti. Sua tese é que o Haiti serviu aos interesses dos Estados Unidos e da comunidade internacional.(FARMER, 2006) Em contrapartida Bob Corbett, argumenta que a obra de Farmer acaba por cair no que ele chame de única

causa histórica, que seria considerar apenas os Estados Unidos como interventores e formadores ativos na História do Haiti, quando há outros jogadores principais na história, como as potências europeias. (CORBETT, 1994) Concordando com Farmer, Trouillot (TROUILLOT,2010) que diz que o Haiti nunca teve controle de sua própria história, uma vez que era um peso pena, em um jogo de peso pesados.

Retornemos as crises, as que antecedem a MINUSTAH de 2004 foram as suspeitas de manipulação de votos em favor de Jean-Bertrand Aristide nas eleições presidenciais dos anos 2000. Essas suspeitas alimentaram a insatisfação da oposição que em 2003 começou a clamar pela renúncia do presidente, até que por conta das insurgências, conflitos armados que aconteciam por todo país e criaram casos massivos de violações dos direitos humanos, e tiveram início na cidade de Gonaives, causando assim a necessidade de Aristide pedir asilo para a África do Sul. (FAGANELLO PRISCILA LIANE FETT, 2013, p. 217) Vale ressaltar como aponta Djuan Bracey, a interferência dos governos da França e dos Estados Unidos após as tensões, que acabam por resultar em conflitos e a falência do estado.(BRACEY, 2010).

Outra contribuição que auxilia a explicar as causas do Estado Político do Haiti é o Secretário-Geral das Nações Unidas que descreve em seu relatório S/2004/300, sobre as diferentes características dos conflitos que o país enfrenta, como a 1) Insegurança Local 2) Violações de direitos humanos 3) Instabilidade política e 4) Falência de *rule of law* (S/2004/300, 2004).

Após o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizar o envio da MINUSTAH ao Haiti, o Brasil foi convidado para comandar o componente militar da operação. O governo federal brasileiro autorizou a participação das Forças Armadas brasileiras nessa missão de paz, que foi regulamentada pelo Decreto Legislativo 207, aprovado pelo Congresso Nacional em 19 de maio de 2004. Em 1º de junho de 2004, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) desembarcou no Haiti com um efetivo de 6.700 militares de 14 países, incluindo o Brasil, que contribuiu com 1.300 homens. Essa foi a maior participação das Forças Armadas brasileiras em uma missão de paz desde a Segunda Guerra Mundial. Vale ressaltar como aponta Bracey, essa iniciativa

brasileira é motivada pelo interesse em obter um assento permanente no conselho de Segurança (BRACEY, 2010).

Por fim, nessa seção foi possível observar como se criou uma cultura de violência a partir de governos autoritários, e de auxílio externo que legitimaram a MINUSTAH. Dessa forma enxergar como o Haiti foi usado pela comunidade Internacional. Além disso, diversas perspectivas que concordam que a desordem política do país após a revolução haitiana, é causado pelas antigas potências coloniais, que em primeiro lugar, colonizaram o país, e depois não reconheceram legitimidade, piorando a situação na comunidade internacional, para que depois forneça auxílio através da lógica que considera “justa”. Na próxima seção, buscase discorrer sobre os processos da MINUSTAH, e como esses apresentam atualizações ou retrocessos a partir de objetivos e resultados.

### **3.2 Os procedimentos e o progresso**

A MINUSTAH foi criada pelo Conselho de Segurança da ONU para restaurar a ordem e a estabilidade no Haiti, que estava mergulhado em uma crise política e humanitária. A missão foi bem-sucedida em seus objetivos iniciais, mas ainda enfrenta desafios, como a violência e a pobreza. A MINUSTAH ocorre após pedido oficial realizado pelo presidente interino do Haiti, Boniface Alexandre, que assumiu após a fuga do até então presidente Jean-Bertrand Aristide, abandonar o país em 29 de fevereiro de 2004, em busca de asilo na África do Sul. (BRAIL, 2012). A MINUSTAH é instaurada e o objetivo era que a organização auxiliasse na manutenção da segurança interne, e ajuda para uma transição política pacífica no país.(BRASIL, 2012)

#### *3.2.1 Os processos da MINUSTAH*

Para melhor compreendermos a MINUSTAH, é necessário observar documentos e resoluções importantes idealizados no seu decorrer, par isso, contaremos com a contribuição de autores que se debruçaram sobre esses documentos e tiraram importantes contribuições para o alargamento da agenda de operações da paz.

O trabalho de Faganello analisa a MINUSTAH sob a ótica dos documentos da MINUSTAH com o objetivo de verificar se as recomendações

sugeridas, principalmente as relacionadas aos direitos humanos, estão sendo aplicadas às atuais missões de paz das Nações Unidas. Ela se aprofunda mais ainda ao centralizar importantes relatório para a compreensão do funcionamento da MINUSTAH. Dentre eles: as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, contendo o mandato estabelecido pelo órgão, as alterações subsequentes e as instruções para o seu cumprimento; o SOFA firmado entre a ONU e o país anfitrião; o MOU firmado entre o Brasil e as Nações Unidas; a estrutura da MINUSTAH, visando a verificar sua adequação ao mandato; e as Regras de Engajamento orientadoras da atuação dos capacetes azuis.

Sobre isso as conclusões da autora sobre a colaboração destes relatórios são:

1) As resoluções do CSNU, expressa seu comprometimento com a soberania do país ao respeitar os princípios da Holly Trinity, estabelecendo políticas diretas, com destaque para a proteção de civis, como as políticas voltadas as mulheres e crianças. Além disso, vale destacar tanto a *Doutrina Capstone* quanto o *Relatório Brahimi*, recolocam o compromisso com a soberania, e por tanto com a imparcialidade e consentimento da ação. Vale lembrar qual mudança principal proposta por Brahimi, refere-se ao uso da força, que pode ser uma condição para o cumprimento do mandato.

2) O SOFA na MINUSTAH exemplifica o ponto 1, já que descreve a preocupação com a soberania do país, onde os membros das MINUSTAH, se comprometem com as leis do Haiti e as referentes ao direito humano; 3) O MOU contribui em pessoal e material e sobre a conduta que guiaria os militares durante a operação. Nesse ponto vale destaca o contingente brasileiro, com pessoal, armamento, viaturas e equipamentos; 4) Estrutura da Missão ressalta se complexidade que as missões multidimensionais assumem devido as múltiplas funções; 5) Sobre a ROE, determina o uso da força somente nas circunstâncias listadas no Item 1 na Resolução 1542 (2004), ou por defesa própria ou a de civis. (FAGANELLO, 2013, p. 268)

A partir da perspectiva do trabalho apresentado, a atuação dos capacetes azuis na MINUSTAH foi pautada pelo respeito à soberania do Haiti e pelos direitos humanos. As resoluções do CSNU, o SOFA, o MOU e a estrutura da missão foram instrumentos importantes para garantir a realização desses

objetivos. No entanto, o trabalho também aponta para alguns desafios enfrentados pela MINUSTAH. Um desses desafios é a complexidade das missões multidimensionais, que exigem uma coordenação eficaz entre os diferentes componentes da missão. Outro desafio é o uso da força, que deve ser sempre proporcional e necessário.

Sobre uma definição da MINUSTAH, nas palavras de Faganello:

“A missão de paz para a estabilização do Haiti revestiu- -se, portanto das características de uma peacekeeping operation multidimensional robusta e funcionou como um instrumento de aplicabilidade do princípio da responsabilidade de proteger”(FAGANELLO PRISCILA LIANE FETT, 2013, p. 278)

A MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti) foi estabelecida após um processo complexo e envolveu debates e discussões de diversos atores internacionais. A resolução da ONU original (UNSC, RES 1542/2004) estabelece três orientações ao mandato da MINUSTAH: 1) Manutenção da segurança, a partir do envio de forças armadas, desarmamento de ex-combatentes, treinamento e capacitação das forças policiais do Haiti a PNH; 2) Reestabelecimento do processo político a partir de governanças democráticas, programas institucionais e participação nas organizações das eleições; 3) garantia dos direitos humanos fundamentais, que inclui agências governamentais e não governamentais.(GUERRA, 2018, p. 12; GUERRA; BLANCO, 2018, p. 266)

### *3.2.2 Resultados e Consequências*

Pontos importantes da História da MINUSTAH, além dos que escolhemos desenvolver aqui, são, e que poderiam ser analisados, passam pela presença questionável de brasileiros na operação, os casos de abuso e exploração sexual envolvendo militares das tropas de paz. Os chamados “filhos dos capacetes azuis”; os desastres naturais e o surto de cólera. De maneira alguma a obra esquece ou acha desnecessário tais pontos, mas o foco principal aqui será os resultados e consequências objetivas comparadas com o estabelecido e o esperado.

Sobre os resultados e consequências da MINUSTAH podemos destacar A MINUSTAH, apesar de desafios, cumpriu de certo modo seu mandato, que

inclui restabelecer a segurança e a ordem pública, promover o processo político, fortalecer as instituições do Estado haitiano e promover e proteger os direitos humanos. Nesse sentido, é louvável o esforço para promover e proteger os direitos humanos, mesmo com falhas pontuais. Um exemplo disso foi a condenação de dois policiais paquistaneses por abuso sexual de um jovem haitiano.

Sobre isso Cavalcante destaca ao analisar a operação em 2009, após mais uma vez ser renovada a operação. Sobre isso o autor diz:

“Percebe-se que os resultados da Missão têm sido díspares nas três dimensões estabelecidas pelo seu mandato inicial: segurança, processo político e direitos humanos. Enquanto na primeira é possível verificar contribuições da MINUSTAH para a diminuição dos índices de violência direta no Haiti, as ações nas outras dimensões não lograram proporcionar um ambiente propício ao amplo diálogo político nacional e nem garantir substancialmente o respeito aos direitos humanos em todo o território haitiano.” (CAVALCANTE, 2009, p. 9)

E ainda, para demonstrar especificamente os resultados ele diz:

“Em um quadro mais alargado, o Haiti continua a apresentar os piores índices de desenvolvimento humano, mortalidade infantil, saúde e educação das Américas (vide PNUD, 2009).<sup>6</sup> Os índices macroeconômicos apontam para uma situação de grande debilidade, a taxa de desemprego é crônica e os doadores internacionais e as remessas de haitianos que vivem no exterior continuam a ser grandes fontes da renda do país (ICG, 2007b). Ademais, a infraestrutura nacional está longe de ser restaurada (ou mesmo construída) e o aparato estatal permanece muito fragilizado, de forma que o Haiti continua extremamente carente de apoio político, financeiro, militar e policial (ICG, 2009; CSNU, 2009a). Ao não perceber a influência desses aspectos para a estabilização no Haiti, a MINUSTAH corre o risco de permanecer afastada de qualquer definição de “sucesso” nos próximos anos”(CAVALCANTE, 2009, p. 10)

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi uma operação de paz de grande relevância para o Haiti, tendo sido implementada de 2004 a 2017. Durante sua atuação, a MINUSTAH conquistou resultados significativos que impactaram o país em várias áreas, conforme relatado por diversos autores relevantes. Como óticas positivas temos as compreensões desse processo e suas implicações é enriquecida por diferentes perspectivas de autores que analisaram o tema.

Mark Peceny, em seu livro *"Democracy at the Point of Bayonets: Armed Intervention and the Democratic Peace"* (2001), examina casos de intervenções militares, incluindo a MINUSTAH, e argumenta que essas missões podem contribuir para o fortalecimento da governança democrática (PECENY, 2001). Por outro lado, Philip Giraldi, em seu artigo *"Nation Building in Haiti: The UN's 'Independent' Assessment"* (2006), critica a abordagem da MINUSTAH, questionando sua eficácia na promoção da estabilidade e desenvolvimento do Haiti. Ele levanta preocupações sobre os resultados alcançados e argumenta que é necessário reavaliar a estratégia adotada (GIRALDI, 2006).

Por sua vez, Peter Hallward, em *"Damming the Flood: Haiti and the Politics of Containment"* (2007), examina a história do Haiti e critica a intervenção internacional, incluindo a MINUSTAH. Ele argumenta que as ações da comunidade internacional têm limitado a soberania haitiana e perpetuado problemas estruturais no país (HALLWARD, 2007). Já Robert Maguire, em *"Haiti's Road to Perdition: The International Community and Duvalierism"* (2002), analisa o envolvimento internacional no Haiti desde a ditadura de Duvalier até a criação da MINUSTAH. Ele examina as motivações e políticas dos atores internacionais envolvidos, avaliando as implicações dessas intervenções na construção da paz e estabilização do país (MAGUIRE, 2002).

Esses autores oferecem perspectivas diferentes sobre a MINUSTAH e o envolvimento internacional no Haiti. Enquanto Peceny destaca o potencial positivo das intervenções militares para promover a democracia, Giraldi e Hallward criticam a abordagem adotada e levantam questões sobre a eficácia e as consequências das intervenções. Maguire, por sua vez, analisa a história do Haiti e o impacto dessas intervenções ao longo do tempo. A presença da MINUSTAH contribuiu para a estabilização da segurança no Haiti e a redução da violência armada. Harvey Glickman (2012), especialista em relações internacionais, destaca que a missão foi fundamental para o controle de distúrbios e para a redução dos níveis de violência armada (GLICKMAN, 2012). Além disso, a MINUSTAH teve um papel significativo no fortalecimento do Estado de direito e na promoção da justiça no Haiti. Segundo James Cockayne (2009), especialista em governança internacional, a missão contribuiu para a

reestruturação das instituições judiciais e para o fortalecimento do sistema legal haitiano (COCKAYNE, 2009).

A missão também desempenhou um papel crucial na reconstrução do Haiti após o terremoto devastador de 2010. Anthony Maingot (2010), professor de estudos caribenhos, destaca que a MINUSTAH colaborou com a estabilização econômica e o desenvolvimento do país, por meio de projetos de infraestrutura e incentivo ao investimento. (MAINGOT, 2010)

No campo dos direitos humanos e da democracia, a MINUSTAH contribuiu para a promoção dos direitos fundamentais e para o fortalecimento da participação política inclusiva. Françoise Hamlin (2014), pesquisadora em história e relações internacionais, ressalta o papel da missão na proteção dos direitos humanos e na consolidação da democracia no Haiti (HAMLIN, 2014). Há autores que observam positivamente e relatam que a presença da MINUSTAH no Haiti refletiu a importância da cooperação internacional e do multilateralismo na resolução de conflitos e na promoção da paz. Thomas Weiss (2013), especialista em relações internacionais, destaca a missão como exemplo de como a ONU e seus Estados-membros podem colaborar para enfrentar desafios complexos. É importante ressaltar que a MINUSTAH enfrentou desafios e críticas ao longo de sua atuação. Uma análise equilibrada das conquistas e das limitações da missão é necessária para uma compreensão completa de seu impacto no Haiti. (WEISS, 2013)

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) teve um impacto significativo no país, tanto positivo quanto negativo. Enquanto algumas conquistas foram alcançadas, também surgiram consequências adversas que devem ser levadas em consideração ao avaliar o papel da missão. Diversos autores contribuíram para o debate sobre as consequências da MINUSTAH, oferecendo uma análise aprofundada do seu impacto no Haiti.

No entanto, é importante reconhecer que a MINUSTAH também enfrentou críticas e teve consequências negativas para o Haiti. A presença prolongada da missão gerou uma dependência contínua do Haiti em relação à ajuda externa. Peter Hallward (2008), especialista em estudos caribenhos, destaca que a presença maciça de organizações internacionais e o fluxo de recursos externos afetaram a capacidade do país de desenvolver suas próprias instituições e meios

de subsistência (HALLWARD, 2008). Além disso, alguns autores argumentam que a MINUSTAH contribuiu para a fragilidade institucional e o enfraquecimento da soberania do Haiti. Jean-François Caron (2012), cientista político, destaca que a presença maciça de atores internacionais pode minar as instituições haitianas e perpetuar a dependência externa.

Houve também relatos de abusos dos direitos humanos cometidos por membros da MINUSTAH durante sua atuação no Haiti. Mark Schuller (2017), antropólogo e ativista, discute a necessidade de abordar as questões de responsabilidade e garantir a prestação de contas pelos abusos cometidos por forças de paz (SCHULLER, 2017).

Sobre isso vale apontar o Seintenfus (2016, p.196-200) aponta que era possível observar ações de racismo nas operações voltadas para conter e controlar bairros da periferia do Haiti, como as duas maiores favelas do país, *Cité Soleil e Bel Air*.(GUERRA, 2018, p. 12) E ainda, como apontado por Pressley-Sanon (2014, p.139-141) Houve milhares de mortos por conta das incursões militares da MINUSTAH, isso porque não houve um esforço de diferenciar criminosos e movimentos populares legítimos, além de não haver um reconhecimento genuíno que legitimasse a posição de negociadores, como um processo correto de paz exigiria. Guerra é categórico é trata de apontar os autores: Keir Forgie (2014, p. 62); Mullings, Werner e Peake (2010, p.296); Pressley-Salnon (2014, p.139-141); Seguy (2014, p, 97-99); Seitenfus (2016, p.62) e a Rede Nacional de Justiça que concordam ao apontar a instrumentalização do aparato militar da MINUSTAH nas atuações de repressões a rebeldes e movimentos militares, causou fatalidades e até mesmo execução extrajudicial. (GUERRA, 2018, p. 12)

Guerra foi ainda mais afundo ao analisar documentos e relatórios das principais agências envolvidas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial e o Fundo Internacional Imobiliário. E Juntamente com a colaboração de perspectivas de Lucas Guerra, Ramon Blanco (2017, p.267-271) argumentam que as diretrizes da comunidade internacional para o Haiti demonstram as ideias e princípios da democratização Liberal, assim como a instalação do formato de livre mercado, a partir de uma lógica de sociedade ideal e da “Paz liberal”, sem dar importância para as

necessidades locais nem mesmo considerar os efeitos socioeconômicos e políticos da implementação desse modelo. (GUERRA, 2018, p. 13).

Além disso, a presença da MINUSTAH teve um impacto negativo na economia local haitiana. Alex Dupuy (2012), cientista político, destaca que a missão contribuiu para o enfraquecimento do setor produtivo nacional, uma vez que muitos bens e serviços foram importados por organizações internacionais. (DUPUY, 2012) É importante ressaltar que há opiniões divergentes sobre a eficácia da missão. Michel Martelly (2017), ex-presidente do Haiti, argumenta que a MINUSTAH não atingiu seus objetivos e não trouxe melhorias significativas para o país. Ao considerar tanto as conquistas como as consequências negativas da MINUSTAH, podemos obter uma compreensão mais abrangente do seu impacto no Haiti.

Missão deveria ter finalizado em 2006, mas foi adiada três vezes, primeiramente o Conselho de Segurança da ONU decidiu em 2009 prorrogar por seis meses o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), que expirava no mesmo ano. Adotado por unanimidade a resolução 1702 (2006), o Conselho também exortou as autoridades haitianas a concluir as eleições de segundo turno - nos locais onde o processo eleitoral foi interrompido ou os recursos foram mantidos - o mais rápido possível, e pediu à Missão que fornecesse toda a assistência apropriada. Em apoio adicional às prioridades estabelecidas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em seu último relatório sobre o Haiti (documento S/2006/592), o Conselho decidiu que a MINUSTAH seria composta por um componente militar de até 7.200 soldados de todos os níveis e de um componente policial de até 1.951 policiais, e exortou ainda os Estados-Membros a fornecer candidatos a policiais bem qualificados, particularmente francófonos, com experiência específica em, entre outras coisas, operações anti-gangues. A Missão também foi solicitada a reorientar seus esforços de desarmamento, desmobilização e reintegração para um programa de redução da violência comunitária, onde ajudaria o Governo do Haiti e a comunidade doadora em iniciativas para fornecer oportunidades de emprego a ex-membros de gangues e jovens em situação de risco. A Missão também ajudaria e aconselharia as autoridades haitianas a reestruturar e fortalecer o

setor da justiça, através, entre outros, da revisão da legislação e da identificação de mecanismos para lidar com a superlotação das prisões(SC/8811, 2006)

Depois disso, a missão foi adiada mais duas vezes, o segundo adiamento ocorreu em 2010, após o terremoto devastador que atingiu o Haiti em 12 de janeiro. O Conselho de Segurança estendeu o mandato da missão por um ano, até 31 de julho de 2011. O terceiro e último adiamento ocorreu em 2011, quando o Conselho de Segurança estendeu o mandato da missão por um ano, até 31 de julho de 2012. Os adiamentos da MINUSTAH foram um reflexo da complexidade da situação no Haiti. A missão enfrentou desafios significativos, mas também teve sucesso em alcançar alguns objetivos importantes. A decisão de estender o mandato da MINUSTAH foi controversa, mas refletiu a percepção de que a missão ainda era necessária para promover a paz e a estabilidade no Haiti.

Para a melhor compreensão dos motivos de adiamento e dos resultados pode se consultar as seguintes resoluções: 1) Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU, de 30 de abril de 2004: cria a MINUSTAH e estabelece seu mandato. 2) Resolução 1702 do Conselho de Segurança da ONU, de 19 de agosto de 2006: estende o mandato da MINUSTAH por um ano, até 31 de julho de 2007; 3) Resolução 1743 do Conselho de Segurança da ONU, de 4 de março de 2007: estende o mandato da MINUSTAH por um ano, até 31 de julho de 2008; Resolução 1808 do Conselho de Segurança da ONU, de 3 de fevereiro de 2008: estende o mandato da MINUSTAH por um ano, até 31 de julho de 2009; 4) Resolução 1838 do Conselho de Segurança da ONU, de 7 de setembro de 2008: estabelece o mandato da MINUSTAH para o período pós-terremoto; 5) Resolução 1904 do Conselho de Segurança da ONU, de 17 de dezembro de 2009: estende o mandato da MINUSTAH por um ano, até 31 de julho de 2010; 6) Resolução 1929 do Conselho de Segurança da ONU, de 11 de novembro de 2010: estende o mandato da MINUSTAH por um ano, até 31 de julho de 2011 7) Resolução 2004 do Conselho de Segurança da ONU, de 15 de novembro de 2011: estende o mandato da MINUSTAH por um ano, até 31 de julho de 2012.

### **3.3 MINUSTAH e a Branquitude**

A última sessão desse capítulo, e dessa monografia se dedica a explicar a relação íntima dos conceitos da branquitude e das operações de Paz. De maneira nenhuma este trabalho pretende ignorar os avanços e acertos da MINUSTAH. Reconhecemos que O CSNU acredita que a pobreza é um obstáculo ao desenvolvimento do Haiti. Para superar esse obstáculo, o país precisa investir em seu crescimento econômico e em ações sociais de longo prazo (Resolução 1608/2005). Mas isso não é toda a verdade, após 13 anos de operação a situação econômica do país piorou, ainda mais com o terremoto de 2010. O Papel desse capítulo é problematizar a MINUSTAH, a partir da consideração importante e devida de raça. Destacando os elementos racistas dessa operação, e considerando os elementos da branquitude como fundamentais.

Como elencado por Seguy (2015) para se compreender o racismo presente na MINUSTAH, é necessário entender suas formas estruturais, mas também as que são incorporadas pelas instituições haitianas sem sua devida participação. (SEGUY, 2014, p. 3). Pior ainda, para o autor o Haiti é um parquinho onde a comunidade internacional exerce seus interesses.(SEGUY, 2014). Lucas Guerra, em sua obra “Raça, racismo e operação de paz” realiza uma análise crítica, onde argumenta a partir de autores como Reginal Dumas (2011, p.126) e Presley Sanon, o primeiro acerca de raça e racismo serem os componentes centrais que é colaborada pela perspectiva de Pressley Sanon (2014, p. 130-131) que identifica de cunho racista e paternalista, principalmente por conta da ideia de “infantilidade” da sociedade, carente por auxílio externo, esses são os principais elementos de legitimação ideológica da Missão. (GUERRA, 2018, p. 12) E ainda, como aponta Seguy (2015, p.523). O racismo também esteve presente na MINUSTAH através da formatação e das práticas das instituições políticas e econômicas do país por parte das organizações internacionais presentes na Missão.

Pode se dizer que a branquitude se apresenta através de seus interesses de duas formas no caso da MINUSTAH. 1) Interesse interno da Branquitude e 2) Interesse da Branquitude Transnacional. Ambas as conceptualizações são idealizadas a partir das contribuições até aqui descritas.

1) Interesse interno da branquitude. Como já descrito nessa obra, a raça é um termo flexível, os mulatos do Haiti mantiveram uma estrutura de poder racializada, onde os trabalhos da plantação continuaram a ser dos ex-escravizados, perpetuando uma estrutura de poder económica desigual. Esse interesse, sobre nossa ótica, pode ser compreendido como a patologia branco (RAMOS, 1955), que confere a ideia de que há uma patologia dentro da sociedade interna, que hierarquiza e caracteriza como melhor os “mais brancos”. Essa compreensão é fundamental, principalmente considerando o manutenção e a manutenção da hierarquia racial do país.

2) Interesses da branquitude transnacional, ou seja, forças políticas internacionais e interesses da elite transnacional branca. O primeiro através da criação de políticas para auxílio externo em conter as revoltas dos ex-escravos que se mantiveram na estrutura de poder racial e marginalizada. Já o segundo, por parte dos interesses económicos e políticos sob a região justificada pelo argumento de Estado Falido e Estado falhado, concepções racistas e a-histórica de ver o mundo. E ainda, essa pesquisa segue o caminho da linha de pesquisa crítica a operações de paz que disseminam a política liberal, de economia, a partir do projeto de “normalização”, como citado por (BLANCO, 2017) onde o “normal” é ser liberal e branco, e ser “anormal”, é ser uma país marginalizado e não-branco. Mesmo que se espreite por um ideal humanitário, como aponta Seguy (2015, p.3) esse é o apelido para as práticas racistas, desumanas e desumanizantes ao quais foram expostos os Haitianos.

Nesse sentido, outra contribuição importante que destaca o racismo na MINUSTAH, é não considerar os Haitianos como capazes de cooperar para construir suas próprias instituições. (TROUILLOT, 2010). Um exemplo disso é a política de “*o laissez-faire*”, que já foi dito algumas vezes por chefes do Estado Haitiano e se refere a “é o dinheiro dos outros, eles que decidam como gastar”. (TROUILLOT, 2010 apud CRUZ, 2023, p. 44) . Dessa forma, cada organização internacional escolhe onde investir. Ou seja, um espaço completamente aberto para a promoção de interesses.

E assim como concebe autores dessa agenda crítica, denunciar essas perspectivas presentes nas operações de paz não é o mesmo que negar que suas ações foram benéficas população do país, e ainda evitando a piora do país,

até mesmo os mais ferozes críticos reconhecem isso. Na verdade, assim como ao estudar a branquitude não estamos negando a importância do estudo dos oprimidos. Seguimos em direção dos autores críticos que afirmam que a solução efetiva para o problema da violência, da pobreza e das condições do progresso precário do Haiti, só acontecerá a partir da participação ativa da população haitiana como protagonismo na construção das suas instituições, e respeitando o exercício de autogoverno e autodeterminação, e soberania, e não apenas seguindo os interesses dos Estados brancos no cenário internacional.

### **3.4 Conclusões Parciais**

O Objetivo desse capítulo foi evidenciar o processo de construção da paz do Haiti. Mais precisamente, explicar os acontecimentos que antecedem e legitimizam a MINUSTAH, passando pela resolução e documentos importantes ao longo do processo que colaboram com as ideias críticas de que a MINUSTAH, além de ser considerada um avanço para o *peacebuilding*. Porém a maior contribuição desse capítulo está no Estudo de Caso da MINUSTAH sob a conceitualização de branquitude e seus privilégios, além de duas formas de se autodefender e permanecer uma estrutura de lógica ocidental e colonizado, dos brancos pelos brancos, essa contribuição foi idealizada a partir dos interesses da branquitude interna e externa. A margem crítica, principalmente a que segue a linha da normalização de países periféricos a partir de um projeto racista, instaurando “paz” apenas em países com densidade populacional não branca, ou considerado um estado falido, frágil, infantil, carente de ajuda a partir de ideias ocidentais e racistas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da inquietação em relação a branquitude nos Estudos para a paz, surge essa pesquisa que busca se aprofundar nessa questão ao problematizar

esse elemento nas operações de paz, mais precisamente na MINUSTAH. Partindo da concepção de que assim como a raça e o racismo se inserem nas relações internacionais como causa da disciplina, da mesma maneira acontece com as operações de paz.

O objetivo geral dessa pesquisa era identificar de que forma as operações de paz são influenciadas por ideologias racistas que se apresentam pelas características da branquitude, e o resultado foi que isso acontece a partir de duas dimensões de interesses da branquitude, interno, e externo transnacional. O interesse da branquitude interna, aparece com o interesse dos indivíduos brancos, ou “mais branco” sobre os outros, ou seja, a estrutura de privilégio e poder branco que foi mantida no Haiti. Já o interesse externo da branquitude transnacional se refere as vontades e influências impostas pelas organizações transnacionais sob o território do país.

Em primeiro lugar, o objetivo foi apresentar a conformação dos estudos da branquitude, e suas características, dessa maneira realizar um aparato que permita visibilizar a presença desse conceito, quase invisível, em políticas internacionais. Isso foi alcançado pois a pesquisa consegue demonstrar branquitude como, detentora de vantagens e privilégios sociais que podem ser imperceptíveis para aqueles que os possuem e construída a partir do embate e contraposição às outras raças, uma vez que são considerados neutros e o padrão universal, escondendo assim sua centralidade na estrutura social, como se fosse desprovida de raça ao mesmo tempo que é moldada por privilégios, estereótipos e relações de poder. A branquitude é inerente a raça, o problema da desigualdade racial é considerado um problema dos negros. A branquitude é patológica, pois há uma vergonha da ancestralidade negra naqueles que não são propriamente brancos, como os brancos brasileiros que são frutos da miscigenação. Nesse caso foi possível observar essa patologia na manutenção e sustentação dos pilares racista do poder político no Haiti. A branquitude atua na invisibilidade, mas não podemos considerá-la invisível pois isso perpetua a ausência desses indivíduos no debate da desigualdade racial. A branquitude pode atuar na ignorância ou no interesse, pode ser crítica e acrítica. De qualquer maneira, a branquitude é silenciosa, e age por um pacto narcísico, e de autopreservação da estrutura que os privilegia. E por esse motivo, também

podemos caracterizá-la como frágil, uma vez que que estressados pelos menores problemas raciais, se comportam de maneira defensiva, por um sentimento que envolve medo, culpa e raiva.

Em segundo lugar, buscou-se compreender como surgem e evoluem as operações de paz, desde seu formato tradicional ao multidimensional. Dessa maneira foi possível explorar abordar os principais marcos regulatórios que regem as operações de paz. Em seguida, foi possível identificar a existência de diferentes momentos ou gerações dessas operações. E assim, destacou-se os momentos da queda do mundo bipolar, e a Agenda da paz, que configuram importante marcos de mudança nessa política. Por fim, foi possível realizar um aparato dos lugares e motivos ao qual essa ferramenta já foi empregada na sociedade internacional, afim de buscar explicar possíveis fatores comuns a esses países que os elegeram para tais operações, visibilizando a questão racial e enfrentando a origens desses problemas.

Em terceiro lugar o objetivo foi realizar um estudo de caso da MINUSTAH, elencando os elementos oriundos da branquitude nessa operação de paz. Mais especificamente, foi tornar visível a branquitude nesse processo. Isso foi possível pois se demonstrou ao relacionar os temas, como a branquitude está presente na MINUSTAH por parte de interesses internos dos indivíduos brancos, movidos por uma patologia branca, que coloca o referencial branco como superior, e se apresenta nessa operação pela estratificação racial da estrutura de poder do País e o exercido durante a operação. Foi possível elencar as causas, os objetivos e os resultados, onde a branquitude se fez presente na sua forma de organização transnacional, pois são os interesses de uma elite branca internacional que decide como investe seus recursos, e como explora o país.

Essa pesquisa partiu da hipótese da branquitude estar presente nas formas de violência exercida durante a operação, isso porque são originárias/características da branquitude, e desafiantes a lógica de paz positiva de Johan Galtung. Porém durante o trabalho a branquitude se tornou visível a cada camada de problematizações compreendidas e analisadas. Assim foi possível destacar os elementos de interesse desse problema que se esconde a vista de todos. Sendo assim, não apenas confirmando a hipótese inicial, como alargando sua compreensão de influência.

Por tanto, a resposta para o problema inicial: “Como a branquitude se relaciona com a MINUSTAH a partir da violência da lógica de raça?”, é apresentada e respondida com a análise de que sim, a violência de raça durante a operação de paz são elementos da presença da branquitude, mas acima de tudo, as causas, motivações, legitimação, os resultados e consequências também são. Tudo isso pode ser sintetizado a partir da compreensão dos tipos de interesse analisado no terceiro capítulo.

Para tanto, esse trabalho se dedicou a fontes primárias e secundárias da área de Relações Internacionais e Ciências Sociais disponíveis em meios eletrônicos, como os periódicos acadêmicos, e artigos da internet, principalmente no que confere a relatórios da ONU. Assim foi possível construir um referencial teórico que abrange as questões de raça, características da branquitude, o desenvolvimento das operações de paz, e o histórico do Haiti e da MINUSTAH.

Embora esse trabalho busque preencher um espaço quase vazio, suas limitações se dão nesse âmbito. Visto que a branquitude não é um tema comumente problematizado, já que há um movimento de não se investigar a identidade e manifestação da branquitude em movimentos internacionais. Por certo, há inúmero artigos que problematizam a raça, ou então as operações de paz, ou até mesmo a branquitude. Mas que interseccione esses assuntos, dificilmente. Outra limitação se deu na parte de análise, essa poderia ser mais profunda, no sentido de elencar as formas de violência e estatísticas desse elemento durante a operação. Ou então, os temas da violência sexual, dos filhos dos capacetes azuis, desastres naturais e o surto de cólera poderia ser aprofundado a partir de uma bibliografia mais ampla.

Por isso, as recomendações desse trabalho vão no sentido de que pesquisas futuras explorem fontes primárias, e em outros meios além do eletrônico, uma pesquisa de campo a cerca desse tema seria um grande alargamento para essa agenda de pesquisa. É necessário elencar mais elementos da presença da branquitude na MINUSTAH, com atenção aos relatórios que elencam as violências causado por e para a branquitude.

Por fim, espera-se que esse trabalho contribua com o alargamento do campo teórico da branquitude, e das teorias críticas da paz. Mas acima de tudo,

contribuir para a discussão da Paz de maneira plural, que respeita e considera os países sedes de operação de paz como algo além de “metade demônio metade criança”, que não busque acabar com modelos próprio de organização social por considerar ameaça, e que não infantilize esses países e os exclua do processo construção da própria história.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Feminismos Plurais ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, D. T. **A relação estrutural entre capitalismo e racismo: O Genocídio da população negra enquanto projeto societário.**, 2018.

ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R. **Race and racism in international relations: Confronting the Global Color Line.** New York: Routledge, 2015.

ARMITAGE, D. **The declaration of Independence.** London: Harvard University Press, 1965.

ASHLEY, R. K. The Poverty of Neorealism. **International Organization**, v. 38, n. 2, p. 225–286, 1984.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 89–171, ago. 2013.

BBC. Brexit: What is it and what does it mean for the UK?. **BBC News**, 2020.

BELLAMY, A. J.; WILLIAMS, P. D.; GRIFFIN, S. **Understanding peacekeeping.** Cambridge: Polity Press, 2010.

BENTO, M. A. S. **PACTOS NARCÍSICOS NO RACISMO: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público.** São Paulo: Instituto de Psicologia, 2002.

BHAMBRA, G. Brexit, Trump, and ‘methodological whiteness’: on the misrecognition of race and class. **British Journal of Sociology**, v. 68, p. 214–232, 1 nov. 2017.

BLANCO, R. Normalizando Anormais na Sociedade Internacional: Operações de Paz, Foucault e a Escola Inglesa. **Relações Internacionais**, n. 53, p. 83–107, mar. 2017.

BLANCO, R.; DE, A.; GOMES, T. **Apresentação do Dossiê “Paz nas Relações Internacionais”.** **Conjuntura Global**, 2016.

BONILLA-SILVA, E. **Racism without racists: Color-blind racism and the persistence of racial inequality in America.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2020.

BRACEY, D. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU: Os Casos do Timor Leste e Haiti. p. 315–328, 13 dez. 2010.

BRASIL, E. **Brasil. Exército Brasileiro. Histórico do Haiti.**

BUZAN, B.; HANSEN, L. **A evolução dos estudos de segurança Internacional.** Unesp ed. São Paulo: UNESP, 2012.

CARDOSO, L. **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista** **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista** \***Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>.

CAVALCANTE, F. Sucesso ou fracasso? Uma avaliação dos resultados da MINUSTAH. **e-cadernos CES**, n. 06, 1 dez. 2009.

CHANDLER, D. **A Crítica “não-crítica” da Paz Liberal** 10.5102/uri.v11i2.2534. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 11, n. 2, 6 nov. 2013.

CORBETT, B. **Review of Paul Farmer, The Uses of Haiti**. Monroe, 14 maio 1994.

CRUZ, A. K. S. DA C. **Raça, racismo e racismo de estado: uma análise do caso da missão das nações unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 10 maio 2023.

DELGADO, R.; STEFANCIC, J. **Critical white studies: Looking behind the mirror**. Philadelphia: Temple University Press, 1997

DIANGELO, R. Fragilidade branca. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, p. 35–57, 26 dez. 2018.

DIOP, C. A. **The African origin of civilization: Myth or reality**. Chicago: Lawrence Hill Books, 1983.

DOYLE, M. W.; SAMBANIS, N. International Peacebuilding: A Theoretical and Quantitative Analysis. **Source: The American Political Science Review**, v. 94, n. 4, p. 779–801, 2000.

DU BOIS, W. E. B. The Souls of White Folk. **Library of America**, p. 923–38, 10 ago. 1987.

EIBS, A. P. D S. **Censura em tempos de guerra**. Porto Alegre: UFRS, 2018.

FAGANELLO PRISCILA LIANE FETT. **Operações de manutenção da paz da ONU : de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. Brasília: FUNAG, 2013.

FAGANELLO, P. L. F. **Operações de Manutenção da Paz da ONU: De que forma os Direitos Humanos Revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. Brasília: FUNAG, 2013.

FANON, F.; SILVEIRA, R. DA. **Pele negra, máscaras brancas**. , 2008.

FARMER, P. **Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor**. Berkeley: University of California Press., 2006.

FAUBERT, C. **Case Study Haiti: Evaluation UNDP assistance to conflict-affected countries**. , 2006.

FRANKENBERG, R. Points of Origin, Points of Departure. Em: **White Women, Race Matters**. The Social Construction of Whiteness. NED-New edition ed. [s.l.] University of Minnesota Press, 1993. p. 1–22.

FUKUYAMA, F. The End of History? **The National Interest**, p. 3–18, 1989.

FUNAG. **Finding Aid-Liga das Nações (LN)**. , 2016. Disponível em: <[www.coc.fiocruz.br](http://www.coc.fiocruz.br)>

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. LEPM Editores ed. Porto Alegre: Paz e Terra, 2010. v. 18

GALTON, F. **Inquiries into human faculty and its development.** , 1883. Disponível em: <<http://galton.org/>>

GALTUNG, J. **Violence, peace, and peace research.** *Journal of Peace Research*, 1969.

GALTUNG, J. **Cultural Violence.** *Journal of Peace Research*, 1990.

GHALIS, B. **An Agenda for Peace Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping.** , 17 jul. 1992.

GINTY, R. MAC. **International Peacebuilding and Local Resistance,** Roger MacGinty. Andrews: Palgravemacmillan, 2016.

GIRALDI, P. R. **Relações raciais no Brasil: Uma análise crítica das teorias e das políticas públicas.** São Paulo: Selo Negro, 2006.

GOMES, A. DE T. **Da paz liberal à virada local: Avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding.** 2013.

GOULD, S. J. ERNST MAYR AND THE CENTRALITY OF SPECIES. *Evolution*, v. 48, n. 1, p. 31–35, fev. 1994.

GOULD, S. J. **A Falsa Medida do Homem.** 3. ed. São Paulo: [s.n.]. v. 3

GUERRA, L. **Raça, racismo e operações de paz: uma análise crítica da MINUSTAH.** *NEIBA*, v. VII, p. 1–19, 2018.

GUERRA, L.; BLANCO, R. **A Construção da Paz no Cenário Internacional: Do Peacekeeping Tradicional às Críticas ao Peacebuilding Liberal.** *Carta Internacional*, v. 13, n. 2, 5 out. 2018.

HALLEY, J.; ESHLEMAN, A.; VIJAYA, R. M. **Praise for Seeing White.** Lanham: Rowman e Littlefield, 2011.

HARVARD LAW STUDENT ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS. **Mantendo a paz no Haiti? Uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o cumprimento de seu Mandato como Parâmetro de Sucesso.** Massachusetts, 2005.

HELMAN, G. B.; RATNER, S. R. *Washingtonpost.Newsweek Interactive, LLC.* *Policy*, n. 89, p. 3–20, 1992.

HERZ, M.; HOFFMAN, A. R.; JANA TABAK. **Organizações Internacionais- Histórias e Práticas.** ELSEVIER ed. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

HILL, C. **War and peace in the 21st century.** London: Palgrave Macmillan, 20

JAMES, C. L. R. **The Black Jacobins: Toussaint L’Ouverture and the San Domingo Revolution.** New York: Vintage Books., 1980.

JENKINS, R. **Peacebuilding: From concept to commission.** Routledge ed. New York: Routledge, 2013.

JONES, K. **The rise of new powers: Challenges for global governance**. New York: Columbia University Press, 2006.

KALDOR, M. Identity and War. **Global Policy**, v. 4, n. 4, p. 336–346, nov. 2013.

KANT, I. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Iluminuras ed. São Paulo: Iluminuras, 2006. v. 1

KAUFMANN, E. **The rise and fall of Western dominance**: The global power shift from 1500 to 2020. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

KEEVAK, S. **The Cambridge history of Native American peoples**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

KEMER, T.; PEREIRA, A. E.; BLANCO, R. A construção da paz em um mundo em transformação: O debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 60, p. 137–150, 2016.

KIPLING, R. The white man's burden, 1898

KRAUSE, K.; JÜTERSONKE, O. **Peace, security and development in post-conflict environments**. **Security Dialogue**, dez. 2005.

LETICIA SAMPAIO, A.; RUSSO LOPES, G. A LIGA DAS NAÇÕES: UMA PERSPECTIVA EUROPEIA. **CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, v. 4, n. 1, 8 jul. 2011.

LOBO, M.; GOMES, M. (orgs.). **Branquitude: Novos paradigmas**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

LINNÉ, C. VON. **Systema naturae**. Lugduni Batovarum ed. [s.l.] UPSAL, 1756. v. 10

LIPSITZ, G. **The Possessive Investment in Whiteness**. Philadelphia: Temple University, 2006.

MACHADO, C. E. D. A construção da raça branca e a suposta incapacidade intelectual negra para a ciência, tecnologia e inovação. 2018.

MAIDANA, J. R. **Operações de paz multidimensionais das Nações Unidas: consolidação (ou não) desse instituto jurídico internacional para situações de pós-conflito intraestatais a partir da experiência da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, MINUSTAH**. Florianópolis: UFSC, 2012.

MALERBA, J. **Lições de história O caminho da ciência no longo século XIX**. FGV ed. Rio de Janeiro: EDIPUC, 2010.

MATIJASCIC, V. B. **Haiti: Uma história de Instabilidade Política**. 2014.

MATIJASCIC, V. B. Um estudo de caso sobre a evolução da decisão pelo uso da força durante a primeira operação de manutenção de paz das Nações Unidas no Haiti (1993-1996). **Revista Brasileira de Ciências Militares**, 9(2), 115-134, 2010

MBEMBE, A. **On the postcolony**. Los Angeles: University of California Press, 2001. v. 41

MCINTOSH, P. White Privilege: Unpacking the Invisible Knapsack. **Independent School**, v. 49, 1988.

MILLS, C. W. (CHARLES W. **The racial contract**. Cornell University ed. New York: Cornell Paperbacks, 1997.

MONTAIGNE, M. **DOS CANIBAIS**. (Luiz Antônio Alves Eva, Ed.) **Os Ensaios** Alameda, , 2000.

MOREIRA, A. J.; RIBEIRO, D. **Racismo recreativo**. Feminismos Plurais ed. São Paulo: Pólen, 2019.

PARIS, R. **At war's end : building peace after civil conflict**. Frontmatter ed. New York: Cambridge University Press, 2004.

PIZZA, M. **The white ethnic studies reader**. New York: Routledge, 2002.

PECENY, M. Democracy at the Point of Bayonets: Armed Intervention and the Democratic Peace. **Princeton University Press**, 2001.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2–3, p. 168–178, mar. 2007.

RAMOS, A. G. Patologia social do “branco” brasileiro. p. 171–195, 1955.

RICHMOND, O. P. A Genealogy of Peace and Conflict Theory. Em: **Palgrave Advances in Peacebuilding**. [s.l.] Palgrave Macmillan UK, 2010. p. 14–38.

RICHMOND, O. P.; FRANKS, J. Liberal Peacebuilding in Timor Leste: The Emperor's New Clothes? **International Peacekeeping**, v. 15, n. 2, p. 185–200, 2008.

S/2004/300. **United Nations. Security Council. Report of the Secretary-General on Haiti**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/304/27/IMG/N0430427.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 21 set. 2023.

SAID, E. W. **Orientalismo o oriente como invenção do ocidente**. SCHWARCZ ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SC/8811. **SECURITY COUNCIL EXTENDS UNITED NATIONS MISSION IN HAITI UNTIL 15 FEBRUARY 2007, UNANIMOUSLY ADOPTING RESOLUTION 1702 (2006)**.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, Hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. São Paulo: Univesidade de São Paulo, 2012.

SEGUY, F. Para compreender a recolonização do Haiti. **Revista Outubro**, v. 22, p. 79–108, 2014.

SEITENFUS, R. **A política externa do Brasil: um balanço do período 1985-1992**. Brasília: FUNAG, 1992.

SILVA, K. DE S. Esse silêncio todo me atordoia" A surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **RIL Brasília**, v. 229, p. 37–55, 2021.

- SOVIK, L. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.
- STAMNES, E. How can the insights from the liberal peace critique literature be brought to bear on the practices of the UN Peacebuilding Architecture? The Future of the Peacebuilding Architecture Project Values, Context and Hybridity. 2010.
- TOLEDO, A.; BRAGA, L. M. Abuse and Sexual Exploitation in Peace Operations: The Case of MINUSTAH. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, p. 1–13, 2020.
- TROUILLOT, M. R. *An Unthinkable History: The Haitian Revolution and the Scholarly Imagination*. Durham: Duke University Press, 2010.
- UNITED NATIONS. **United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines**. 10017. ed. New York: Department of Peacekeeping Operations, 2008.
- VITALIS, R. The Graceful and Generous Liberal Gesture: Making Racism Invisible in American International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 29, n. 2, p. 331–356, 24 jun. 2000.
- WIGHT, MARTIN. **Systems of states**. [s.l.] Leicester University Press, 1977.
- WILLIAMS, L. A. *Foreign intervention and domestic politics in Brazil*. **Princeton: Princeton University Press.**, 1970.
- WRAY, M. *Not quite white: White trash and the boundaries of whiteness*. Durham: Duke University Press, 2004.